PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

IVAN MARCELINO DE MIRANDA

A QUESTÃO HABITACIONAL E AMBIENTAL EM COTIA NO LIMIAR DO SÉCULO XXI.

MESTRADO EM GEOGRAFIA

SÃO PAULO - 2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Setor de Pós-Graduação

IVAN MARCELINO DE MIRANDA

A QUESTÃO HABITACIONAL E AMBIENTAL EM COTIA NO LIMIAR DO SÉCULO XXI

MESTRADO EM GEOGRAFIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do titulo de MESTRE em Geografia, Territorialidade e Análise Sócio-Ambiental, sob a orientação do Prof. Doutor Gustavo de Oliveira Coelho de Souza.

SÃO PAULO- 2009

Ao meu pai, Manoel, *in memorian*;

Somos monstros adormecidos diante da monstruosidade que a ciência dos saberes, científicos ou não, nos impõem. Para acordarmos, foi preciso buscar a universidade... dos saberes...

AGRADECIMENTOS

Quero em primeiro lugar agradecer ao Sol por nos mostrar a escuridão, podendo assim, nos libertar da “caverna” de Platão, de pouco conhecimento, agradeço também a Pontifícia Universidade Católica, por ser para a ciência como o Sol é para o dia, a que nos ajudam a nos libertar do senso comum.

Minha história de vida se assemelha com a história de muitos desses novos habitantes dessa cidade narrada nesse trabalho, no fato de que, também fui migrante ao chegar em São Paulo vindo do interior paulista em busca de melhor condição de vida. Minha formação em Ciências Humanas e minha prática pedagógica levaram-me a conhecer uma realidade socioespacial segregada. Estimulado por conhecer as razões sociais que fazem do Brasil um país tão contraditório, busquei explicações nas histórias de vida dessa população excluídas que possibilitaram esta pesquisa e a quem estendo meus agradecimentos.

Agradeço ao professor Dr Gustavo pela sua dedicação em estudar temas relevantes na compreensão dos problemas urbanos que tornam as cidades capitalistas num espaço urbano de contradições e por acreditar e dar oportunidade a novos pesquisadores que não possuem o perfil acadêmico, mas dividem a experiência de pesquisa e de docência, numa postura engajada com a história das contradições sociais, que ele inspira tão bem.

Agradeço aos demais professores por contribuir nesses pequenos passos que dei em ao conhecimento, e a profa Marisia Margarida Santiago Buitoni e o prof João....pelas oportunas sugestões no Exame de Qualificação. Da mesma forma, agradeço o apoio oferecido pela Secretaria de Educação por promover bolsas para pesquisa, sem a qual não seria possível realizar esse sonho.

Agradeço a minha mãe por me obrigar a ir para a escola, aos meus filhos que me ensinaram a ser pai, pela Patrícia minha namorada por acreditar em mim, a minha amiga Linda que me ajudou nas correções e para minha irmã Silvanir, já doutora que leu minhas primeiras páginas.

RESUMO

Esta pesquisa visa analisar o processo de ocupação irregular em dois locais do município de Cotia: Jardim Panorama e Parque Turiguara. A hipótese que norteou a investigação foi a de que boa parte os moradores das áreas ocupadas irregularmente tinham como origem o município de São Paulo, e que seu deslocamento para Cotia foi devido a um processo de expulsão motivado pelo seu empobrecimento. Tal situação traz como consequência um processo de suburbanização dos municípios do entorno da cidade de São Paulo, que aliado à falta de políticas públicas voltadas à provisão de moradia para essa população, causa situações de risco para os moradores e ameaça ao meio ambiente. Nos casos analisados tais processos levam à ocupação de áreas de preservação permanente, representadas pela ocupação de várzeas e margem de rios que são tributários da sub-bacia da Guarapiranga, portanto, de proteção aos mananciais. A investigação contou com um apanhado histórico de formação do município de Cotia, sua vinculação com a história do município de São Paulo; tratou das políticas de habitação popular fomentadas pelo Estado; e reconstituiu os processos de ocupação a partir da memória de seus moradores.

Palavras chave: Habitação popular, história de Cotia, meio ambiente, políticas habitacionais.

ABSTRACT

This research has in view to analyze the process of irregular occupation in two districts of the Cotia town: Panorama Garden and Turiguara Park. The hypothesis that guided the investigation was that the most parto f the inhabitants of the occupated areas irregularally had as origin in São Paulo city, and their dislocation for Cotia was on account of an expulsion process motivated for its impoverishment. Such situation brings as consequence a process of suburbanization of the towns around of the São Paulo city, that allied to a failure of public politics directed to the housing provision toward this population, cause risk situations toward the inhabitants and threat to the environment. In the analyzed cases such processes lead to the occupation of areas of permanent preservation, represented for the occupation of fertile valleys and edge of rivers that are tributaries of the sub-basin of Guarapiranga, therefore, of protection to the sources. The investigation counted on collect historical of formation of the Cotia town, its entailing with the history of the city of São Paulo; it dealt with the politics of popular habitation fomented by the State; e reconstituted the processes of occupation from the memory of its inhabitants.

KEY WORDS: Popular habitation, Cotia’s History, environment, habitation politics.

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Antiga Igreja do Colégio de São Paulo, 1860 9
Foto 2 – Igreja Nossa Senhora do Monte Serrat, 2002 14
Foto 3 – Sítio Padre Inácio ou do Moinho, 2007 16
Foto 4 – Sítio do Mandú, restaurada em 2007 17
Foto 5 - Cooperativa Agrícola de Cotia, 1985 24
Foto 6 – Rodovia Raposo Tavares, km 32, na cidade de Cotia em 1985 34
Foto 7 – A cidade de Cotia no ano de 1985, cortada pela Rodovia Raposo Tavares (km 32), com a construção do viaduto de acesso à cidade 35
Foto 8 – Panorâmica da zona sul de Cotia, ao fundo a Reserva do Morro Grande 40
Foto 9 – A Rodovia Raposo Tavares, duplicada no trecho entre Cotia e São Roque, 2007 45
Foto 10 – Retorno no km 36,5, acesso aos bairros Atalaia e Pau Furado 46
Foto 11 – Vista parcial do Bairro São Miguel, em direção ao Atalaia, em 2004 77
Foto 12 – Vista parcial do Jd. São Miguel, em direção ao Atalaia. Ao fundo, o Bairro Novo 75
Foto 13 - Novo empreendimento à direita da Raposo Tavares, sentido interior 77
Foto 14 – Área da primeira fase do Bairro Novo, 2007 78
Foto 15 – Como era O Bairro Novo em 06/2007 78
Foto 16 – Vista parcial do Bairro Novo 79
Foto 17 – Entrada do Bairro Novo 79
Foto 18 - Vista da ocupação, próximo da ponte Pe Inácio e do CDHU 95
Fotos 19 e 20 - Jd. Panorama, ocupação nas margens do Rio Cotia em 2004 98
Fotos 21 e 22 - Ponte Panorama /Jd das Graças, sobre o Rio Cotia,1998 e 2008 99
Foto 23 - Antigo lago no Rio Cotia, 1998 99
Foto 24 - Antigo lago em 2004 99
Fotos 25 e 26 - Ponte Panorama /Jd das Graças, no Rio Cotia, em dois momentos, 1998 e 2008 100
Foto 27 – Vista de cima ponte da Estrada do Pe. Inácio, no Rio Cotia, em 2003 101
Foto 28 – Mesmo local em 2007 101
Foto 29 - Foto 29 – Ponte Pe. Inácio, 2003 102

Foto 30 – Prédio afetado na estrutura, 2008 102

Foto 31 - Muro de contenção do CDHU, 2008 103

Foto 32 - Aterro da construção do Muro, 2008 103

Foto 33 - Sinais recentes da ocupação, 2009 103

Foto 34 - Nascente do Arakan, 2007 105
Foto 35- Nascente do Arakan, 2007 105
Foto 36 - Nascente do Arakan, 2009 105
Foto 37 - Nascente do Arakan, 2009 105

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Hidrografia da cidade de São Paulo 11
Figura 2 – Município de Cotia, Hidrografia, Região da primeira Capela 13
Figura 3– Município de Cotia antes dos desmembramentos e sua posição geográfica na Grande São Paulo, 1973 18
Figura 4 – Memória Ferrovia do século XIX no Estado de São Paulo 22
Foto 5 - Cooperativa Agrícola de Cotia, 1985 23
Figura 6 – Localização de Itapevi, Jandira e Vargem Grande Paulista, na categoria de município da Grande São Paulo, com destaque para São Paulo e Cotia 32
Figura 7 - Representação Parcial de Cotia, Área 1 e Área 2 74
Figura 8 - Mapa Crescimento Médio Anual da População de Cotia de 1991 a 2000 91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População de Cotia entre 1766 e 1900 21
Tabela 2 - Crescimento espacial de Cotia em números de loteamentos 37
Tabela 3 – População rural e urbana de Cotia, 1960 e 1970 37
Tabela 4 - População total, no período de 1970 a 2004, Cotia 44
Tabela 5 – População Rural e Urbana e Total do Brasil 52
Tabela 6 – População das Regiões Metropolitanas 61
Tabela 7 – Taxa de crescimento das Regiões Metropolitanas do Brasil de 1980 a 2000 61
Tabela 8 – Investimento Habitacional 67
Tabela 9 – Taxa de Crescimento da População das Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo, dos municípios de São Paulo e Cotia e total do Brasil, 1980/91-1991/2000 72
Tabela 10 – Tratamento de esgoto. Capacidade das ETE's. Vazão Atual nas ETE's 108

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gráfico 1 – Evolução da Mancha Urbana em Cotia 39
Gráfico 2 - Evolução da Mancha Urbana na década de 1980 41
Gráfico 3 - Evolução da Mancha Urbana na década de 1990 42
Gráfico 4 - Evolução da Mancha Urbana na década de 2000 43
Gráfico 5 - Estabelecimentos Agrícolas X Estabelecimentos Comerciais e de Prestações de Serviços – 1940-1980 80

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Limites do Município de Cotia e mancha urbana da porção oeste da Grande São Paulo. – Imagem de satélite, 2006 55
Imagem 2 - Área da primeira fase do Bairro Novo 78
Imagem 3 – Segunda fase do Bairro Novo 78
Imagem 4 - Vista do Panorama e Ocupação, visão obliqua do Norte para o Sul, 2002 93
Imagem 5 - Vista do Panorama e Ocupação, visão obliqua do Sul para o Norte, 2008 94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO 1 – O Município de Cotia: História e configuração territorial 7
1.1 – A velha Aldeia Koty dos guaranis karai-yos. 11

1.2 – De Freguesia a Município: desmembramento territorial de Cotia 18
1.2.1 – Emancipação de Itapevi 27

1.2.2 – Emancipação de Jandira 29
1.2.3 – Emancipação de Vargem Grande Paulista 30

1.3 – Fisionomias Urbanas de Cotia 32

CAPÍTULO 2 – Crise Urbana e Política Habitacional 47

2.1 São Paulo: de Pouso de Tropa a Metrópole Industrial 52
2.2 – Crise Urbana e Política Habitacional 57

2.3 – O Caso de Cotia 70

2.3.1 – A crise urbana em Cotia 72

CAPÍTULO 3 – Moradia, Direitos e Condições de Vida em Cotia 81

3.1 – O imperativo do desenvolvimento econômico 84

3.2 – Direito à Moradia 88

3.2.1 – Bairro São Miguel e Jd. Panorama 95

3.2.2 – Parque Turiguara 103

3.3 – O direito ao ambiente saudável 105

CONSIDERAÇÕES FINAIS 112

BIBLIOGRAFIA 118

ANEXO I – FAMILIAS

ANEXO II - ENTREVISTAS

INTRODUÇÃO

A cidade, como palco de grandes projetos urbanos que se pautam numa racionalidade produtiva, vem sendo "reconstruída" (reformada) durante a evolução do processo capitalista. Esse processo de transformação não foi um fato histórico acabado que ficou registrado em documentos, ele acontece hoje e é dinâmico. Esse "desconstruir" e construir novamente já foi abordado por muitos teóricos que discutiram e discutem a cidade como Harvey, Soja e Lefebvre que, entre outros; falaram dessa "reconstrução" orientada pelo Estado para racionalizar a produção urbana, simbolizada inicialmente pela ação da "destruição criativa" realizada em Paris por Haussmam, ao implantar a "grande reforma" no final do século, referência de analise para todos os teóricos[1].

Esses exemplos citados de reforma que as cidades vêm sofrendo são bastante ilustrativos para pensarmos nas reformas que a cidade de São Paulo vem sofrendo ao longo de sua história, que, como as citadas no parágrafo anterior, viveu as grandes mudanças no seu espaço impostas pelos adventos da Modernidade e da Pós-modernidade. Por exemplo, a primeira São Paulo, feita de Taipa de Pilão e que resistiu até 1880, a segunda, a neoclássica do ciclo da cafeicultura paulista, que na primeira metade do século XX já havia chegado e ultrapassado a avenida Paulista. A terceira reforma, a fordista, fruto do planejamento urbano, a cidade radiocêntrica e funcional, e a quarta, que está em curso a partir da última década do século XX, na região da Avenida Berrini, Ponte do Morumbi e parte da Marginal do Pinheiros, e que vem recebendo milhões de dólares na construção de um segundo Centro Financeiro.

Em todas essas reformas que São Paulo vem recebendo, concomitantemente seu valor de uso e de troca vem crescendo na velocidade da lógica capitalista, ou seja, promover a R.A.C. (Reprodução Ampliada do Capital). Ela vem se tornando cada vez mais cara para se morar, e esse valor vem determinando quem pode habitá-la. Os habitantes que

[1] HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. Tradução: Armando Corrêa da Silva, São Paulo: Hucitec, 1980;SOJA, Edward W. *Geografias Pós Modernas:a reafirmação do espaço na teoria critica moderna.* Rio de Janeiro, Zahar, 1993; LEFEBVRE, Henry. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999; Idem. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Moraes Ed., 1991; LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

perderam e os que perdem seu poder aquisitivo vão sendo expulsos para a periferia. Essa é uma das hipóteses levantadas no início desse trabalho; a cidade de São Paulo “expulsa” seus habitantes de baixa renda para os municípios que a circundam e formam a Grande São Paulo.

Essa é a questão central do problema que essas cidades vêm enfrentando: um acelerado crescimento populacional. No caso da cidade de Cotia nós nos ateremos a partir da década de 1970, não perdendo de vista o objeto central de nossa pesquisa, que é o crescimento populacional e o déficit habitacional para a população de baixa renda.

A dimensão dos problemas socioambientais da Grande São Paulo é proporcional à sua grandeza. São problemas inerentes à condição de região mais industrializada e com maior densidade demográfica do país. Dessa forma, os desafios que se apresentam para o desenvolvimento sustentável também são enormes. A metrópole paulistana registra complexidades de várias naturezas e torna necessário, para uma compreensão ampla de seus problemas, considerar movimentos diferenciados de fluxos econômicos e populacionais para podermos analisar as particularidades da Grande São Paulo, e em particular a cidade de Cotia, no que se refere à ocupação do solo urbano e os conflitos dessa ocupação com o ambiente.

A metrópole de São Paulo apresentou um processo acelerado de intensa periferização depois de meados do século XX, que vem sendo marcado pelos despreparos das administrações municipais. No contexto do crescimento populacional e da multiplicação dos problemas socioambientais, estes são acentuados por políticas corporativas que exigem abordagens parciais da problemática, sem abrir mão de uma visão totalizadora do processo histórico de urbanização.

A cidade de São Paulo, exemplo clássico de crescimento urbano-industrial acelerado, registra índices significativos de problemas de infra-estrutura, advindos de administrações públicas inadequadas, o que inviabilizou “gestões ambientais” que amenizassem problemas socioambientais. Um dos problemas do crescimento urbano que se processou na metrópole paulistana foi o da especulação imobiliária na ocupação do solo urbano, o valor da terra, cuja lógica resultou no monopólio de espaços vazios, empurrando a população pobre para áreas sem nenhuma ou pouca infra-estrutura urbana, registrando a

ausência do Estado como regulador das atividades econômicas e elevando o custo de reprodução da força de trabalho, ao mesmo tempo deteriorando o nível de vida das pessoas.

Segundo Milton Santos, no Brasil ocorreu uma urbanização corporativa, isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas e multinacionais, constituindo um ambiente adequado às conseqüências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais[2].

Ao analisar o processo de urbanização nos países capitalistas, Lojkine enfatiza que a origem dos problemas urbanos está nas contradições existentes entre as necessidades de reprodução do capital e as necessidades de reprodução da força de trabalho. Essas necessidades se ampliam e se modificam exigindo novos meios de consumo como transporte coletivo, educação, serviços de saúde, habitação, etc[3]. A implantação de serviços urbanos (energia elétrica, água encanada, pavimentação de ruas, etc.), é necessária à produção social, incluindo a reprodução da força de trabalho, todos dependentes do uso equilibrado do solo urbano. Estas necessidades levaram os governos a usar os fundos do FGTS, que deveriam ser destinados à construção de moradia popular e na instalação de infra-estrutura para a mesma população residente na periferia. Assim, o déficit habitacional só aumentou ao longo dos anos.

Nesse processo de crescimento urbano, por um lado, e o não atendimento às necessidades coletivas, de outro, somado à especulação imobiliária, ocorreu uma segregação urbana que levou a população de baixa renda para áreas distantes e carentes de infra-estruturas, ultrapassando os limites municipais e transferindo problemas estruturais para administrações vizinhas, muitas vezes não preparadas para atendê-los, agravando os problemas socioambientais, como é o caso de muitos municípios da Grande São Paulo e em particular o de Cotia, que pretendemos analisar neste trabalho.

Como veremos, a partir de 1970 a população brasileira deixou de ser predominantemente rural, e o Brasil tornou-se um país urbano. Esse processo ocorreu de

[2] SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem.* São Paulo: UNESP, 2004, p,72-74.
[3] LOJKINE, Jean, Op. Cit. p. 125.

forma acelerada e desordenada, intensificando-se a partir dos anos 1970, o que acentuou problemas urbanos e a degradação socioambiental na periferia dos grandes centros.

Grande parte da população migrante dirigiu-se às cidades que já desfrutavam das condições mínimas necessárias ao desenvolvimento industrial, e que acabaram se transformando em metrópoles com sérios problemas sociais e ambientais. Possivelmente, se o poder público e as oligarquias locais tivessem descentralizado espacialmente seus investimentos produtivos, e a população migrante tivesse se dirigido a um número maior de cidades, as regiões metropolitanas estariam menores e, certamente, com menos problemas de ordem estrutural. Com diferença de grau e de intensidade, as cidades brasileiras exibem problemas na ocupação do solo urbano, de desemprego, de habitação, de transportes, lazer, de educação, saúde, qualidade da água e tratamento de esgotos, de modo que, quanto maior as cidades, mais visíveis se tornam tais problemas.

No primeiro capítulo retrataremos o processo histórico do surgimento da cidade de Cotia desde quando era ainda uma aldeia de nativos, os Carijós, da chegada dos jesuítas com seu principal objetivo de evangelização e que levantaram uma capela às margens do Rio Cotia, oficializada tempos depois.

Veremos que a cidade desde seu início esteve ligada ao processo de colonização e que foi também o ponto de partida para o mesmo, passou a ser via de comunicação com outras partes dessas terras que resultariam no Brasil. Pela proximidade à Vila de São Paulo ela vai se transformando em uma região fundamental para a transformação desta vila na cidade de São Paulo, hoje a metrópole mais importante do país.

No segundo capítulo abordaremos a inter-relação da cidade de Cotia com a cidade de São Paulo, sua participação no processo de desenvolvimento industrial e econômico e sua interação nesse modelo que, além de receber os benefícios da proximidade da cidade mais rica da Região Sudeste, é também destino dos problemas que São Paulo vem exportando para sua periferia como: déficit habitacional e uso desordenado e ocupação do solo. Nesse contexto, destacaremos as políticas habitacionais adotadas pelos governos federal, estadual e municipal, que não vêm atendendo a demanda por moradia, agravando os problemas urbanos nas periferias, privando uma grande parcela da sociedade de seus direitos e do exercício da cidadania. de cidadão.

No terceiro capítulo trataremos dos problemas que a sociedade moderna vive, decorrentes do modelo de desenvolvimento econômico adotado na grande maioria dos países em desenvolvimento, em muitos casos legitimado pelos governos locais. Nesse aspecto devemos lembrar que, ao analisarmos os problemas urbanos, não podemos desassociá-los do processo de acumulação e do papel do Estado na participação diferenciada da sociedade, dos benefícios gerados pela mesma, tanto no que diz respeito às relações de trabalho quanto aos serviços públicos, que nos grandes centros tornaram-se inacessíveis à população de baixa renda. Assim, o Estado vem contribuindo para a formação dos diferentes espaços urbanos, num processo de segregação dos diferentes grupos sociais.

É essa segregação que leva o grupo social de menor poder aquisitivo, na grande maioria dos casos, a procurar os espaços mais distantes e sem os serviços fundamentais para uma vida digna, direitos esses garantidos por documentos internacionais, nacionais e municipais.

A discussão sobre os direitos humanos fundamentais (trabalho, alimentação, saúde, educação e habitação) deve levar em consideração que os mesmos são universais e indivisíveis, ou seja, devem vales em qualquer parte do planeta e serem contemplados na sua totalidade.

A afirmação histórica dos direitos humanos possui longa duração, entretanto, foi após as descobertas dos horrores praticados durante a Segunda Guerra Mundial, que chocou o Ocidente, reafirmou a luta por sua afirmação. Ainda assim, somente a partir da década de 1960, com os dois Pactos de Direitos (Direitos Civis e Políticos e Direitos Econômicos Sociais e Culturais) de 1965 e com a luta internacional contra o *apharteid* na África do Sul é que a luta ganhou as conotações atuais[4].

A compreensão de que os direitos humanos não podem ser pensados na sua dimensão individual mas sim na dimensão da coletividade, possibilitou a formulação dos direitos difusos, ou seja, o direito que a humanidade tem de viver em um meio ambiente

[4] COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 245-260.

saudável. Os desequilíbrios ecológicos causados em decorrência do modelo de desenvolvimento econômico possuem responsáveis e afetam toda a humanidade mas afetam primeiramente a população pobre com a escassez dos recursos naturais que são apropriados desigualmente.

Estamos cientes de que nossa pesquisa não aprofunda na medida correta as implicações existentes nas questões do meio ambiente e dos direitos difusos, mas optamos por manter referencia ao tema no título desta dissertação porque nossas imagens são contundentes ao mostra as relações entre política habitacional e degradação de áreas de mananciais na sub bacia Cotia - Guarapiranga.

CAPÍTULO 1 – O Município de Cotia: História e configuração territorial.

Os caminhos de pesquisa que nos permitiram eleger este objeto de estudo e formular hipóteses vêm de preocupações pedagógicas de como trabalhar em sala de aulas a ocupação dos mananciais e a qualidade de vida dos moradores e da água no Rio Cotia. Assim, um grupo de alunos coordenados por mim e pela Fundação S.O.S Mata Atlântica, passamos a monitorar a qualidade da água do Rio Cotia a partir de 2004

Como o trabalho didático na disciplina de Geografia tem por objetivo a conscientização socioambiental, percebemos a necessidade de contextualizar alguns problemas vividos por muitas famílias de alunos dessa escola[5]. Assim, há alguns anos vimos desenvolvendo o projeto "A História do Bairro", onde os alunos trazem fotos antigas, relatos de familiares e de pessoas da comunidade, contando suas trajetórias de vida e a história do lugar. Também faz parte do projeto visitar as áreas que foram fotografadas anteriormente para serem fotografadas novamente e, a partir de painéis analisarmos as mudanças socioespaciais ocorridas.

Nesse sentido, privilegiamos nesse capítulo a abordagem histórico-geográfica da formação da cidade de Cotia, para uma compreensão de longa duração das dinâmicas de ocupação ocorridas na região estudada, que remonta, em última instância, a formação da cidade de São Paulo.

A História da formação do espaço urbano do município de Cotia, assim como a de outros municípios da Metrópole de São Paulo, são correlatas à História de São Paulo dos Campos de Piratininga, dos anos que marcaram a chegada dos padres Manoel da Nóbrega e Anchieta. O primeiro começa e o segundo dá seguimento, lá por volta de 1554, quando ergue a primeira capela e ao lado uma escola para meninos. Primeiramente construiu uma casinha de pau-a-pique barreado, que media quatorze passos de comprimento por dez de largura, que servia ao mesmo tempo de escola, dormitório, refeitório, enfermagem, cozinha

[5] Este projeto foi desenvolvido de 2003 a 2006 como parte do Projeto Mãos à Obra pelo Tietê/SOS Mata Atlântica, com alunos da EM Paulo Zingg.

e despensa[6]. Foi entre as águas do Anhangabaú e do Piratininga. (Rio Piratininga foi o primeiro nome dado ao Rio Tamanduateí, por isso o primeiro nome da cidade de São Paulo foi São Paulo de Piratininga). A confluência desses dois rios foi considerada lugar estratégico para o ideal jesuítico de permanência - o primeiro povoado e primeira vila foi a de Santo André, o segundo povoado foi o de São Paulo, fundado em 1554 por padres jesuítas. Em 1560 foi elevado à categoria de Vila de São Paulo, e por isso passou a ser a sede do município que até então pertencia a Santo André. Aquela primeira capela e escola, hoje conhecidas com Pátio do Colégio, foram ao longo dos séculos sofrendo intervenções arquitetônicas e até demolição. Em visitação ao atual Museu do Pátio do Colégio é possível ver em seu pátio a ruína de uma antiga construção de taipa-de-pilão[7]. A antiga Igreja do Colégio de São Paulo de Piratininga descrita acima, a primeira edificação na cidade de São Paulo, pode ser vista na foto 1 (de 1860). Em 1887 foi parcialmente demolida e, depois de reformada, funcionou como sede do governo provincial e casa onde funcionava a Ópera. Hoje é um museu, considerado o núcleo fundador da atual cidade de São Paulo[8].

---

[6] SILVA, Raul de Andrada e. *São Paulo nos tempos coloniais*. In. AZEVEDO, Aroldo de. (dir). *A cidade de São Paulo: Estudos de Geografia urbana*. *Aspectos da Metrópole Paulistana.* Vol. III. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p. 10.

[7] Técnica de construção colonial em que as paredes são espessas, chegando próximo de um metro, e tem em sua estrutura madeira e barro socado. As fotos das páginas 9 e 10 mostram duas outras construções semelhantes: a do Sítio do Mandu e a do Pe. Inácio, as duas no município de Cotia.

[8] PONTES, José Alfredo Vidigal, MESQUITA FILHO, Rui. In: *São Paulo de Piratininga: de pouso de tropas a metrópole* .1º ed. São Paulo: O Estado de São Paulo/ Editora Terceiro Nome, 2003, p. 21.

Foto 1- Antiga Igreja do Colégio de São Paulo, 1860.

Fonte: In.*São Paulo de Piratininga: de pouso de tropas a metrópole*. p.21

Achamos interessante mostrar essa foto, não com objetivo de aprofundar o entendimento das construções, mas porque a Igreja do Colégio apresenta elementos semelhantes na forma de construção aos da Igreja de Monte Serrat em Cotia, datada do início do século XVIII (Foto 2 na página 8). Assim podemos ter uma visão espacial e temporal do contexto histórico-geográfico da expansão territorial, tendo como referência os tipos de construções, como por exemplo, a construção de taipa-de-pilão que antecede a das igrejas também é encontrada em Cotia. Podemos então imaginar que os processos de formação das duas cidades se relacionam há tempos, e que antecedem o século XVIII.

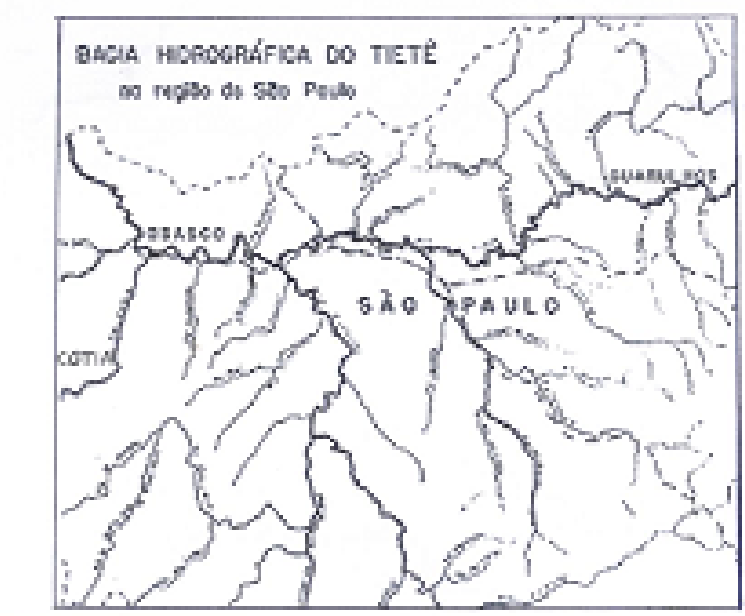
O povoamento da aldeia foi muito difícil, mesmo com a antecipada presença de João Ramalho entre os nativos. Com o fim do regime de Capitanias Hereditárias, que vigorou de 1530 a 1548, a solução para o problema do povoamento da colônia foi o regime de concessão de sesmarias a fidalgos, os primeiros colonizadores a serviço da Coroa Portuguesa, que avançaram em várias direções e se confrontaram com as populações indígenas do planalto de Piratininga.

Outro fator importantíssimo e estratégico ao início do povoamento foram os rios, a principal via de circulação para o interior do território paulista. A conformação do relevo permitiu uma vasta bacia hidrográfica com seu principal rio, o Tietê, drenando aproximadamente no sentido L-NO, tornando-se assim a principal via de penetração, o que permitiu a exploração no início. Junto com seus tributários formaram uma grande rede viária fluvial de comunicação, quer para os caminhos que vinham da Serra do Mar e faziam ponto em Santo André da Borda do Campo, quer para aqueles que vinham do Piabiyu [Caminho do Peru], permitindo a exploração empreendida primeiramente pelos colonizadores e em seguida pelos Bandeirantes, figuras representantes do "paulista" [9].

Nos primeiros séculos da história de São Paulo muitas canoas circulavam por rios e ribeirões e, ao longo destes, vários mini-portos foram construídos, próximos dos quais se instalavam ranchos para o repouso dos viajantes. Entre eles três se destacaram, dois no Rio Pinheiros, o de Santo Amaro e o de Pinheiros, e o mais importante deles, que foi o do Rio Tamanduateí, o Porto Geral, que afluía a maior parte dos produtos agrícolas. Para visualizar essa rede hidrográfica a figura 1 ilustra a hidrografia do Alto-Tietê.

[9] BARCELLOS, João. *Gente da Terra: uma história luso-brasileira em romance*. São Paulo: Edicon, 2007a, p. 22.

Figura 1 – Hidrografia da cidade de São Paulo.



Fonte – SANTOS, Eliana O. Tietê, o rio de São Paulo. In: AZEVEDO, Op.Cit. p. 49

1.1 – A velha Aldeia Koty dos guaranis karai-yos.

"Enquanto nas encostas da Serra do Mar dominam os Tupis [entre eles Tupiniquins e Guayanazes, sempre em guerra com os Tupinambás], e quase todos a praticarem antropofagia para celebrar a conquista do nome e da valentia do guerreiro abatido, os Guaranis da língua M 'Byã, mais conhecidos como Karai-yos [ou Caeós], vivem entre a boca-de-sertão do Piabiyu, com as suas Koty [ponto-de-encontro] migrando entre o planalto e o sul, em Sta Catalina [depois Sta. Catarina] e no Paraguay" [10].

Segundo o Sr. João Barcellos, em uma entrevista concedida em seu escritório, há um movimento na Europa no sentido de reescrever fatos históricos relevantes da nossa História. Ele afirmou que Portugal, depois de muita resistência, vem promovendo uma revisão na História oficial e política, tendo como fonte cartas oficiais da Igreja e da Coroa Portuguesa, sendo que muitas destas se encontram na Inglaterra. Ele continua: "No Brasil existe uma distância entre os interesses econômicos e individuais, daqueles relacionados à

[10] BARCELLOS, João. *Araçariguama do Ouro ao Aço*. 1. ed. . São Paulo: Edicon,. 2007b, p.13.

cultura. Em minha cidade, como em todo o Brasil, trazemos um ranço que bloqueia nosso olhar à cultura, são as práticas corporativas como o "coronelismo", em que famílias tradicionais governam a cidade de Cotia formando uma espécie de clã, e em torno deste os representantes do povo, os vereadores. Assim, ainda hoje, em 2009, não temos uma Secretaria de Cultura com orçamento que possa garantir pesquisas arqueológicas numa região que foi palco de grande fluxo migratório do Piabiyu, de genocídio cultural e apropriação indevida das terras dos Tupis".

Para esta apropriação de terras promovida pela Coroa Portuguesa foi necessário abrir mão dos degredados, e cristãos-novos fugidos são os primeiros europeus a terem contato direto com os povos da floresta. "São esses homens que iniciam o primeiro ciclo colonizador: o ciclo do cunhadismo. Os colonos casam com filhas de caciques e daí vem o início de uma nova raça euro-americana: o mameluco. Do cunhadismo ao mameluco criam-se as raízes sociais que, logo cruzando com o negro africano escravizado, originaram o luso-afro-americano, ou brasileiro. Aqui começa a independência mental do Brasil... Mesmo atuando em nome de el-rey de Portugal" [11].

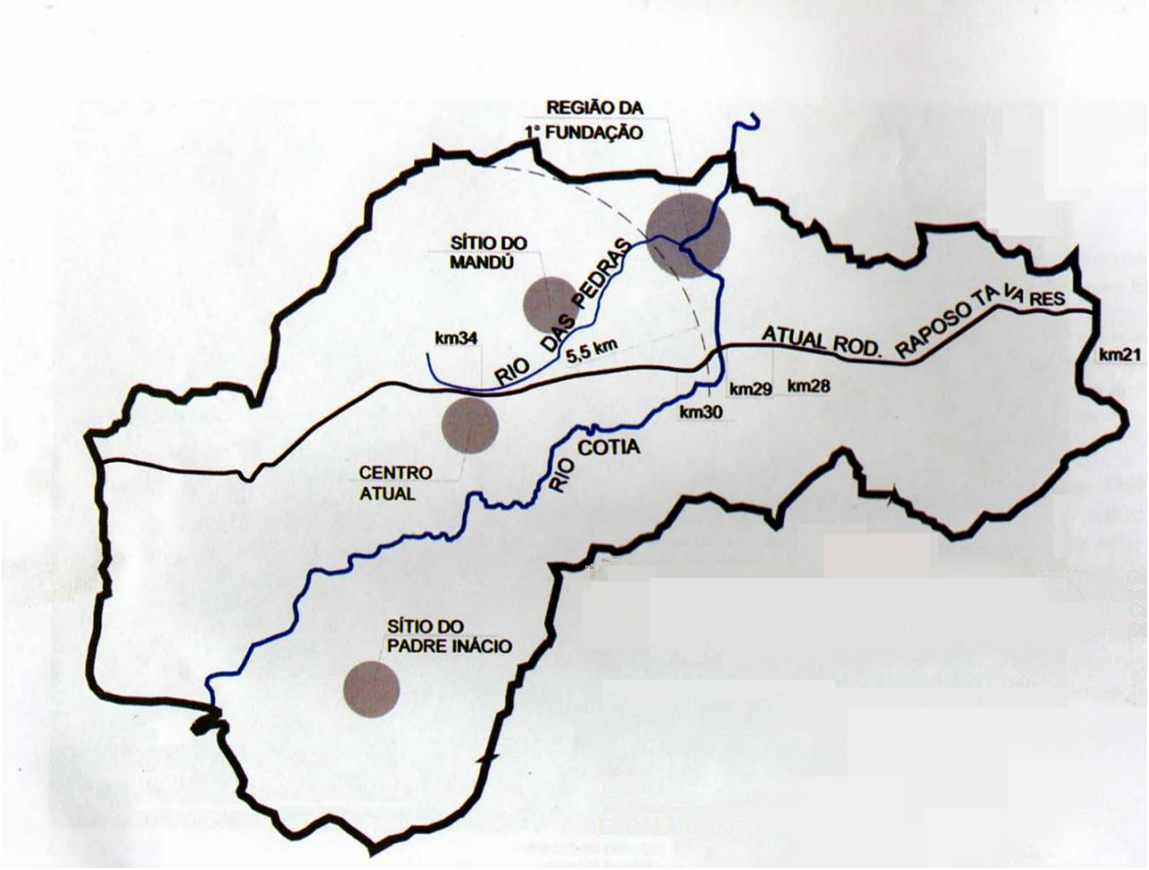
Em outro trabalho, Barcellos fala da existência de uma encruzilhada social provocada pela Linha de Tordesilhas (próximo a Sorocaba): "muitos colonos tem a Aldeia Koty, dos guaranis, como uma esquina do território português; para lá dela é, como dizem os jesuítas, terra dos brasis e dos castelhanos" [12].

Partindo da Vila de São Paulo no sentido oeste até próximo a Barueri [ou M'Baroeri], entra no sentido NE-SO pelo rio "Acutia" (Guarani), "como também era chamada a aldeia que deu origem à cidade de Cotia, povoado avançado da Nação Carijó", um afluente à margem esquerda do rio Tietê no sentido SSO, na porção sudeste da Sesmaria dos Índios das Aldeias dos Pinheiros e Barueri, cruzando parte das terras de Carapicuíba e, subindo mais o rio, os colonos encontraram um povoado nativo por nome de Acutia, na campina do Caiapiá (Guarani), "nome atribuído devido à abundância de ervas medicinais de mesmo nome". Como princípio da aberta evangelizadora e colonizadora levantaram uma capela, oficializada no dia oito de setembro de 1662, quando foi curada sob

[11] Idem, p. 14.
[12] BARCELLOS, João. Op. Cit. 2007a, p.23.

a dedicação a Nossa Senhora do Monte Serrat. Na figura do município, a seguir, veremos parte das terras do complexo colonial das sesmarias e o possível local da primeira capela.

Figura 2 – Município de Cotia, Hidrografia, Região da primeira Capela.



Fonte – A Cidade e a Estrada; as transformações urbanas do município de Cotia ao longo da Rodovia Raposo Tavares.

A antiga aldeia muda daquele lugar considerado “deserto” no ano de 1713, para o outro lado do rio, a uma légua do Caiapiá, mas há divergência, segundo Paioli, sobre essa data. Alguns consideram que a mudança ocorreu em 1703 opondo a data anterior. Nessa época a capela foi construída no Caminho São Paulo-Paraná, que em 1954 passa a se chamar rua Senador Feijó[13]. A primeira capela foi custeada por paulistanos como

[13] Entrevista com Sr. Waldemar Paioli, Editor do Jornal Gazeta de Cotia em 22/01/2009.

Fernão Dias Paes, “governador das esmeraldas”, e Gaspar de Godói Moreira[14]. A segunda capela foi construída em homenagem a N. Sra. do Monte Serrat e para a comodidade dos fregueses foi mudada para onde é hoje o centro da cidade, tendo como fundador o Coronel Estevão Lopes de Camargo[15]. Na foto a seguir, a atual Igreja de N. Sra. do Monte Serrat, construída em 1707.

Foto 2 – Igreja Nossa Senhora do Monte Serrat, 2002.

Fonte: Arquivo digital do autor.

Em fins do século XVI a Aldeia de São Paulo tornou-se uma espécie de “quartel-general” de colonos empreendedores a serviço da Coroa, e as aldeias periféricas, postos avançados de controle missionário dos jesuítas. Nesse contexto de expansão de catequese e

[14] SAVIOLI, Mario Luiz. *A cidade e a estrada: as transformações urbanas do município de Cotia ao longo da Rodovia Raposo Tavare*s. São Paulo : EDICON, 2007 p.29.
[15] MARQUES, Manoel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Bibliográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo Seguidos da Cronologia dos Acontecimentos Mais Notáveis Desde a Fundação da Capitania de São Vicente Até o Ano de 1876*, ?????vol.1, p. 210.

milícia, se deu a incorporação do povoamento de Acutia, servindo de defesa natural do povoado jesuítico do planalto e como portão de entrada para a exploração do sertão.

Cotia foi o primeiro projeto de exploração territorial aurífera e escravagista empreendido por colonizadores como Afonso Sardinha – o velho, e Clemente Álvares entre outros, e em seguida os bandeirantes, entre eles Antônio Raposo Tavares, que no início do século XVII organizou as primeiras bandeiras com o objetivo de desbravar o sertão, conquistar novos territórios, capturar índios para escravizá-los e, principalmente, descobrir riquezas como o ouro e a prata. Em 1629, utilizando-se de uma velha trilha já conhecida pelos nativos, o caminho do "*Pe-abiru"* ou Caminho de São Tomé (trilha nativa que levava à localidade do mesmo nome no sul do País), Raposo Tavares passou pela região onde se desenvolveu a cidade de Cotia. Esse mesmo trajeto começou a ser utilizado mais frequentemente por novos exploradores e por tropeiros que saiam da vila de Sorocaba em direção a São Paulo, para vender mulas e mercadorias vindas do Sul.

Um dos primeiros colonizadores e morador teria sido Bartolomeu Quadros, que em fins do século XVI (1580-1590) aí se "afazendou" ao findar este século. Outros ligados à facção portuguesa como os Pires, os Almeida, os Prado, os Bicudos e os Borba Gato, entre outras famílias, inimigas ideológicas dos Camargo, Godoy e Bueno, famílias castelhanas, seguiram seu exemplo e não tardou que novas fazendas surgissem. Esses habitantes formaram suas fazendas cultivando dentro da técnica rudimentar indígena e sob a forma de agricultura itinerante, a mandioca, o feijão, o milho, o trigo, a vinha, o arroz, o algodão, legumes, a cana-de-açúcar e instalando modestos engenhos e algumas casas de farinha ao longo do processo de ocupação [16].

No século seguinte Cotia já era uma ampla região rural e as casas dos senhores de terras, umas mais ousadas que as outras, representavam a ascensão de uma forte classe de fazendeiros que influenciariam diretamente o florescimento da Vila de São Paulo.

Por volta de 1750, duas casas rurais se destacaram na região: a do Sítio denominado Padre Inácio ou do Moinho, vista na foto 3, que hoje faz parte da Reserva Florestal de

[16] COSTA, Emilia Viotti da. *Cotia e Itapecerica da Serra, subúrbios agrícolas*. In. AZEVEDO, Aroldo de. (dir.). *A Cidade de São Paulo: Estudos de Geografia Urbana*. Vol. IV *Os subúrbios paulistanos*., p.132.

Morro Grande. A outra, mais próxima da cidade, à margem esquerda do Rio das Pedras, um afluente do Rio Cotia, vista na foto 4.

Foto 3 – Sítio Padre Inácio ou do Moinho, 2007.

Fonte – Arquivo digital do Autor.

A seguir veremos a foto do sítio do Mandu, que anteriormente tivera outros nomes como “Casa Velha” ou “Sitio Grande”, nas proximidades do rio Caiapiá, tombada em 1951. Em 2007, ao ser novamente restaurado e apresentado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico nacional – IPHAN. Como podemos ver, o casarão foi restaurado pelo mesmo instituto e alguns detalhes como no telhado, as telhas superiores são as originais e as inferiores foram substituídas, detalhe não identificado pelos visitadores.

Foto 4 – Sítio do Mandú, restaurada em 2007.

Fonte: Arquivo digital do autor.

Segundo Barcelos, “estas estruturas residenciais foram identificadas e doadas ao Patrimônio Histórico pelo arquiteto Eduardo Kneese de Melo nos anos 60 do Novecentos, e acerca delas não há mais documentos além dos estudos de geógrafos, arquitetos e historiadores”[17].

Na frente do casarão do sítio do Padre Inácio, do lado direito, existe uma moenda, por isso o nome de Sítio do Moinho que, por outro lado, confirma o cultivo de trigo já mencionado anteriormente por Bicalho, ao se referir aos reclamos dos camaristas em atas da Câmara Municipal de São Paulo pela falta do cereal para o consumo local, a despeito de sua existência na região[18].

Conforme observou Barcelos, estudiosos como Luis Saia, Aziz Ab’Saber e outros, afirmam que estas casas ostentam características das construções mais antigas, com telhado de quatro águas, onde a inclinação para as águas se faz por curvatura abrupta, hoje comumente chamada de corda bamba, que se projeta nos beirais pelos próprios caibros.

[17]BARCELLOS, João. *Cotia: da odisséia brasileira de São Paulo nas referências do povo carijó.* São Paulo: Cotia Cultural, 1993, 32.
[18] BLAJ, Ilana. *Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVII: o processo de sedimentação da elite paulistana.* Dossiês: Ensino de História: Novos Problemas. Do Império Português ao Império do Brasil. São Paulo: ANPUH,1998, p.287.

Estas duas residências rurais de Cotia, erguidas com taipa de pilão, são semelhantes às casas rurais portuguesas.

Cotia foi elevada à condição de freguesia em 1723, e pouco a pouco sua população foi aumentando. Em 1736 contava com 912 moradores e trinta anos mais tarde esse número havia duplicado. De acordo com o relato de D. Luís de Mourão (1766), ao passo que a cidade de São Paulo tinha 3.828 habitantes, Cotia contava com 1.735, sobrepujando, neste particular, muitas outras localidades como Santo Amaro, São Vicente, Moji das Cruzes. Um dos motivos para tal crescimento encontra-se no fato de o governo real ter promovido incentivos econômicos para o incremento na agricultura. Plantavam cereais, criavam gado e cortavam madeira para a obtenção de energia[19].

A cidade de São Paulo mantinha um comércio intenso com as vilas vizinhas e com outras capitanias através do porto de Santos, estruturando uma base escravista e comercial, e originando uma formação social hierarquizada, com alto grau de concentração de riquezas nas mãos de uma elite que se consolidava, uma elite produtora e mercantil. Esse comércio se intensificou com a articulação de São Paulo com as áreas mineradoras. Estas necessitavam de comerciantes para atender a demanda crescente por gêneros a alimentícios, trigo, gado, escravos e muares. Grande parte desses comerciantes era paulista e o capital acumulado nessa região estimulou o próprio comércio nas áreas suburbanas que se formavam e Cotia foi uma delas[20]. Dessa maneira a região alcançou o século XIX exercendo o papel de centro abastecedor da Capital paulista e a partir de então, essa função se ampliou.

1.2 – De Freguesia a Município: desmembramento territorial de Cotia

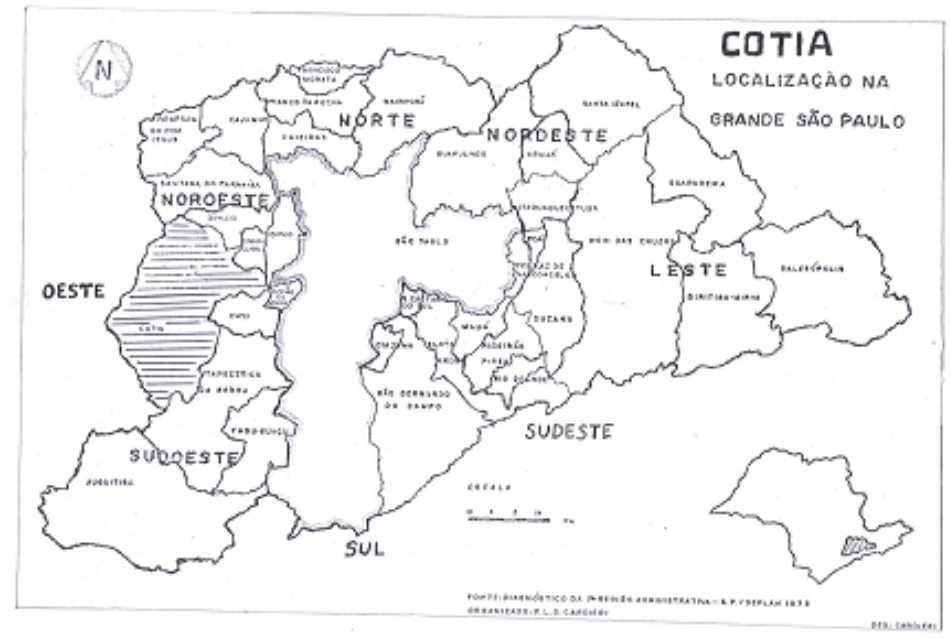
Outro elemento importantíssimo foram as vias de circulação assentadas no Caminho do Sul que passava por Sorocaba, que desempenharam papel fundamental na expansão mercantil e na reorganização do espaço, funcionando como agentes de povoamento e de ocupação, estimulando o surgimento de sítios e fazendas e atividades

[19] BARCELOS, Op. Cit.1993, P. 133.
[20] BLAJ, Op. Cit. 1998, 283.

junto às suas margens. A população vai crescendo e ganhando importância política, de modo que, em dois de abril de 1856, quando sua população já ultrapassava os três mil habitantes, a Freguesia foi elevada à condição de Vila pelo vice-presidente da província, Antônio Roberto de Almeida, passando a ter o direito de constituir uma Câmara de Vereadores[21].

Até conseguir a emancipação, a Freguesia de Cotia era parte do Município da Capital. Ao adquirir essa condição administrativa, contava com uma extensa área de 515 km^2, que será diminuída com futuras emancipações de alguns municípios como Itapevi, com 89 km^2, Jandira, com 17,5 km^2 e Vargem Grande Paulista, com 42 km². Na figura 3 a seguir, veremos sua localização na Região da Grande São Paulo e sua extensão física antes dos desmembramentos citados acima.

Figura 3– Município de Cotia antes dos desmembramentos e sua posição geográfica na Grande São Paulo, 1973.



Fonte: Diagnóstico da 1ª Região Administrativa – S.P. / Seplan 1973, organizado por F.L.C. Cardieri. [Modificado pelo autor em 2008.

[21] LEMOS, Amália I G. *Cotia e Sua Participação no Conjunto da Faixa Periférica da Metrópole Paulista.* Dissertação de Mestrado. FFLCH da USP. Departamento de Geografia, 1972, p. 40-47.

A província de São Paulo começava a dar seus primeiros passos para se tornar a capital econômica do país. Com a introdução da lavoura de café, no século XIX, ocorreu um fenômeno agrícola jamais visto antes, expandindo-se em suas terras com uma força incomum, que contribuiu para transformar, em menos de um século, a sua paisagem geográfica. Como a cana-de-açúcar povoou a Zona da Mata nordestina, e o ouro, as montanhas de Minas Gerais, o café promoveu o povoamento no Planalto Ocidental Paulista. Primeiramente a cafeicultura migrou no sentido norte do Estado de São Paulo, nas terras drenadas pelos rios Moji-Guaçu e Pardo; menos de um século após entrar no Estado de São Paulo, alcançou o extremo oeste do mesmo, tornando necessária a construção de vias de transportes, como as ferrovias, necessárias para escoar a produção das fazendas paulistas até o porto de Santos, pois até então, o transporte era feito em lombo de burro, o que o tornava cada vez mais oneroso[22].

Foi necessária a substituição desse sistema de transporte que já não atendia o escoamento da produção cafeeira. Assim, capitalistas ingleses e brasileiros iniciaram a construção da primeira estrada de ferro paulista, a antiga "São Paulo Railway" (1867), mais conhecida como "Estrada de Ferro Santos-Jundiaí", a mais importante por ter sido a primeira a vencer a grande escarpa da Serra do Mar. Nas etapas seguintes foram fundadas a "Companhia Paulista de Estradas de Ferro" (1870), a "Estrada de Ferro Sorocabana" (1872), que também venceu a "grande escarpa da Serra do Mar", e a "Companhia Mogiana de Estradas de Ferro", todas do café [23].

A Estrada de Ferro Sorocabana, que partia da Capital em direção a Sorocaba, passava na extremidade norte da antiga fronteira do território de Cotia, distante da sede desse município, e nesse ponto foi construída a antiga Estação de Cotia. Em torno dela não demorou a surgir um pequeno núcleo populacional, que se tornou o embrião da atual cidade de Itapevi. Mesmo com a chegada da ferrovia no município, a cidade de Cotia permaneceu teoricamente isolada do moderno meio de transporte de carga e passageiros. Como o transporte ferroviário passou a ser a principal ligação entre São Paulo e Sorocaba, grande

[22] MATTOS, Dirceu Lino de. *O parque industrial paulistano*. In AZEVEDO, Aroldo de. (direção*). A Cidade de São Paulo: Estudos de Geografia Urbana*. Vol. III. *Aspectos da Metrópole Paulistana. O parque industrial paulistano*. 1956, p. 7 e 8.
[23] Idem, p.9.

parte do fluxo de escoamento da produção que passava em Cotia, a partir de então, passou a utilizar a ferrovia. Provavelmente foi esse um dos motivos que trouxe certa decadência para Cotia no final do século XIX, como podemos ver na tabela a seguir, que mostra uma redução significativa na população da sede do município.

Tabela 1 - População de Cotia entre 1766 e 1900[24]

Ano	1766	1836	1874	1886	1900
População	1735	3370	5024	7517	4892

A estação de trem de Cotia foi inaugurada no dia 10 de julho de 1875 e, a partir de então, teoricamente Cotia não permanecia mais isolada do restante do Estado e sua produção passou a chegar mais rápido ao maior centro urbano que se aflorava no entorno do antigo Colégio de São Paulo. Na prática não aconteceu bem assim. A estrada que saía de Cotia até a estação de trem, a uma distância aproximada de dez quilômetros, permaneceu até meados do século XX intransitável no período chuvoso, fato confirmado pelo Sr Arno em entrevista citada. Somando a isso a grande expansão na agricultura de café para o interior de São Paulo, este se tornou o principal pólo de atração populacional, tanto dos trabalhadores que vinham de diferentes partes do país, como da imigração, que a partir do final do século XIX inseriu milhares de europeus, especialmente italianos, no trabalho da lavoura cafeeira e também na indústria que se desenvolveu lentamente a partir do final do mesmo século e início do XX.

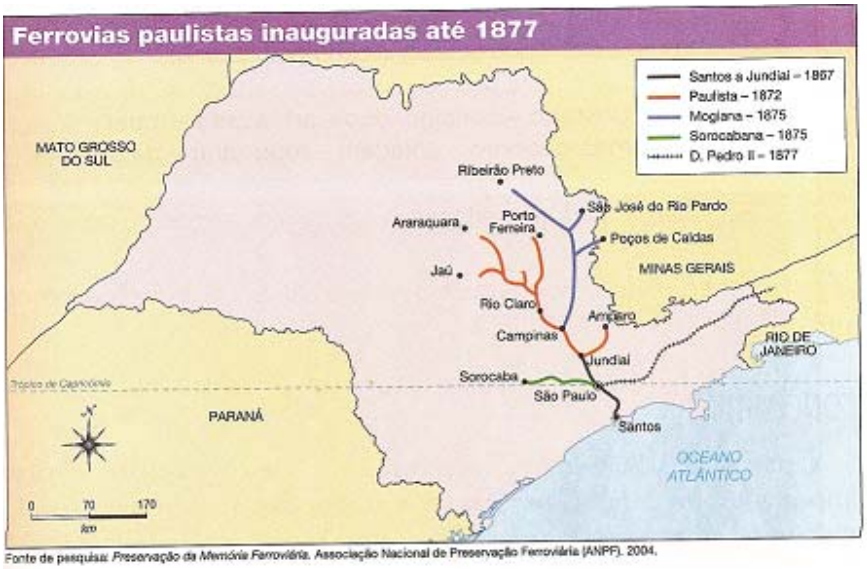
O crescimento populacional que se verificou em Cotia no século XX é, na realidade, decorrente do crescimento urbano e industrial de São Paulo. Como sabemos, segundo o Sr. Arno, o distrito de Itapevi tinha uma pedreira e os caminhões que transportavam os paralelepípedos para o calçamento das ruas de São Paulo iam por duas estradas, a de São Paulo-Itu, que não era muito boa, e a de Cotia, a que eles mais usavam. Este fato pode ser relacionado com a importância da Rodovia Raposo Tavares para o desenvolvimento de

[24] LEMOS, Op. Cit 1972, p. 42-43

Cotia, já abordado por Savioli (2007). Assim, o maior ou menor grau de desenvolvimento está relacionado à proximidade dos locais de produção e ao meio de transporte inovador. No momento em que as ferrovias foram responsáveis à formação de novos núcleos populacionais em torno das novas estações de trem, em 1875 a do subdistrito de Itapevi, em 1925 a estação do subdistrito de Jandira que mais tarde resultou em novos distritos, como veremos em seguida.

No caso de Cotia, o aumento populacional registrado entre 1874 e 1886 não foi motivado pela imigração. Ao contrário, entre 1886 a 1900 houve um declínio populacional motivado pela falta de incentivos econômicos, mesmo com a abertura da imigração italiana no Estado de São Paulo, que, a rigor, acabou direcionada para o eixo de expansão cafeeira como podemos verificar na figura 4, que ilustra a rede das ferrovias paulistas, ou seja, Jundiaí, Campinas e chegando até Araraquara pelo eixo "Araraquarense", e para o norte do Estado chegou até Ribeirão Preto pelo eixo "Mogiana".

Figura 4 – Memória Ferrovia do século XIX no Estado de São Paulo.



Fonte – Associação Nacional de Preservação Ferroviária (ANPF), 2004.

O crescimento populacional da cidade de Cotia é retomado com a imigração japonesa no começo do século XX, a região de Cotia se dinamiza, assim, e passa a ter um

novo impulso populacional e econômico devido à introdução de novas técnicas de cultivo como a jardinagem e o uso intensivo de insumos agrícolas na cultura hortifrutigranjeira, tudo em função da demanda do grande mercado consumidor que se tornava a capital paulista. Segundo Savioli, com a crise de 1930 o setor que mais produzia riqueza no país era a cafeicultura, portanto, São Paulo foi o estado que mais sofreu com o afluxo dos trabalhadores rurais, talvez o mais expressivo êxodo rural. Os lavradores se dispersaram pelas localidades vizinhas de São Roque, Cotia, Vargem Grande, Itapecerica da Serra e Ibiúna. Outros foram para a região leste da cidade de São Paulo, para localidades como Suzano, Mogi das Cruzes, Itaquera, etc. Percebe-se que uma porcentagem significativa dos migrantes do interior paulista é absorvida pela agricultura horti-fruti que se desenvolvia nos municípios vizinhos da cidade de São Paulo.

A colônia japonesa dedicava-se ao plantio de batata, tomate e outros gêneros alimentícios, transformando Cotia em próspera região de policultura. Com a agricultura sendo a principal atividade econômica, conforme demonstrou o vigor da Cooperativa Agrícola de Cotia - CAC, fundada em 1927, principal centro de negociação da produção, contratação de mão-de-obra e aluguel de carros-de-boi e tropas de burros para o transporte da safra até o Mercado de Pinheiros[25]. Em meados do século XX, já era expressiva a quantidade de caminhões circulando na estrada que leva a São Paulo. Num trecho de entrevista concedida pelo Sr. Barcellos, ao falar sobre a CAC, é possível perceber a importância que esta cooperativa representou à economia de São Paulo e principalmente para Cotia:

> *"Diziam que a terra não dava nada, que a terra não prestava, mas eles perceberam que estavam em cima de algo que valia ouro, que é o Aqüífero dos Guarani. Esta região toda do Peabiyu se assenta sobre o Aqüífero Guarani. Se os nativos já tinham essa percepção e não saíam daqui por causa disso, por que sempre diziam, nós sempre vamos no veio da água, essa era a percepção dos Guaranis, sempre do norte para o sul. Então os agricultores disseram, vamos nessa mesma temática também, assim, expandiram as ações da Sociedade Cooperativa dos Produtores de Batata S/A, sediada no barracão da Associação da Comunidade Japonesa, base da Cooperativa Agrícola de Cotia / CAC, esta vai de São Paulo para o sul passando pelo caminho do Peabiyu, chegando a todo o Brasil. Sua expansão econômica transformou-a na primeira Grande Multinacional brasileira* [26].

[25] SAVIOLI, Op. Cit. 2007, p. 44
[26] BARCELLOS, João. Entrevista de 16/02/2009.

A intensificação do comércio promovida pelas atividades agrícolas via cooperativa, impulsionada pelo crescimento da metrópole, fez com que, a partir da década de 50, começassem a circular na “Raposo Tavares”, estrada que leva a São Paulo, os primeiros ônibus intermunicipais. São também os primeiros sinais da existência de um insipiente mercado de trabalho entre as duas cidades. Na foto 4, de 1985, podemos ver a instalação da Cooperativa Agrícola de Cotia. Em meados da década de 80, as atividades agrícolas vão cedendo espaço a indústria que crescia. Nessa época a Cooperativa dava sinais de decadência.

Foto 5 - Cooperativa Agrícola de Cotia, 1985.

Fonte: Arquivo fotográfico do Jornal Gazeta de Cotia.

Quando a industrialização se intensificou, beneficiada com o excedente de capital produzido na cafeicultura e pela rede ferroviária já definida e consolidada, ela cria seu próprio sistema de produção de riqueza[27]. Fortalecida também pelas crises que abalavam o comércio internacional após 1929, a industrialização cria novo impulso econômico e novas necessidades para atendê-la, como por exemplo, a lenha, uma das principais fontes de energia da época, e a água para o abastecimento de São Paulo. Nesse contexto de

[27]SAVIOLI, Op. Cit. p. 9.

desenvolvimento econômico, o crescimento da cidade de São Paulo proporcionou a Cotia a instalação de infra-estrutura urbana, como água encanada e o sistema viário. Cotia também se beneficia por seus recursos naturais, quando em 1920 iniciou-se a construção das represas do sistema Alto-Cotia – reservatórios da Cachoeira das Graças e Pedro Brecht. O outro recurso natural foi a madeira extraída da Mata Atlântica. Para as obras das represas, foi necessária a melhoria da "Raposo Tavares", inaugurada em 1922. Dessa forma a distância que separava Cotia da Capital começava a "diminuir".

Numa entrevista com o Sr Arno Boettche, Diretor técnico da "Fazenda Roselândia", ele nos relatou sobre a vinda de sua família para o Brasil e nessa conversa descreveu parte do cotidiano da vida e do progresso que fez Cotia a partir de meados do século XX, o "Bosque" da cidade de São Paulo, e o mesmo "progresso" vem dando uma nova fisionomia à cidade, a de subúrbio da Metrópole:

> *"Com a recessão na Europa, muitos europeus foram em busca de novas oportunidades, falava-se muito de América do Sul, Brasil e Argentina. Meu pai e meu tio, os dois formados em agricultura, vieram conhecer. Chegando em Santos o navio quebrou e permaneceu por oito dias aportado, então eles resolveram conhecer São Paulo, e aí gostaram e resolveram ficar aqui. Meu pai voltou para a Alemanha e meu tio ficou morando no Jabaquara, alugaram uma chácara. Quando meu pai volta da Alemanha em 1929, ele traz na bagagem um monte de sementes, planta que suportava de trinta a trinta e cinco dias de viagem. Primeiramente eles começam a vender para as colônias alemãs e o comércio começava a crescer e a chácara ficou pequena, assim em 1933 eles mudam para Cotia. E para trazer tudo de São Paulo para Cotia naquela época a estrada era péssima, aqui era um carreiro de boi, caminho de tropas. De São Paulo até Cotia a estrada era sem pavimentação, levava quase um dia de viagem, de Cotia aqui na Roselândia. Chovia, não saía, aí foi um problema né, não tinha como depender do tempo no comércio. Ai veio a Pedreira da Prefeitura, seus caminhões iam pela estrada velha São Paulo / Itu, mas aquela estrada era ruim e eles preferiam passar por aqui, aí a prefeitura começou a melhorar a estrada. Quando a estrada começou a melhorar muita gente queria vir aqui, aí surgiu a idéia de fazer isso aqui, por volta de 1952-53 é feito o jardim também para as pessoas terem o mostruário, foi inaugurada em 1958. Em um acordo com o meu pai, a Prefeitura e o Governador Jânio Quadros, aí em 58, uns dias antes da Festa da Rosa eles asfaltaram. No dia da festa vieram muitos carros de São Paulo provocando um grande congestionamento em Cotia, porque a Rodovia ainda passava pelas ruas estreitas do Velho Núcleo. Depois na década seguinte o DER instala ao longo da Raposo Tavares vários quiosques com mesa e bancos e telhado de capim. Nos finais de semana e feriados muitos paulistanos vinham para cá e em um desses quiosques passavam o dia com a família, na década de 70 e começo de 80, alguns bebiam e faziam baderna, colocavam fogo no telhado. Foi o começo da decadência, então o DER tirou os quiosques"* [28].

[28] BOETTCHER, Arno. Diretor da Roselândia. Entrevista de 15/02/2009.

A nova fase de crescimento engendrada na futura Metrópole impôs a necessidade de nova organização do espaço e um novo meio de transporte, o automóvel. A substituição da tropa pelo caminhão, sobretudo após a pavimentação da Rodovia Raposo Tavares, iniciada em 1951 e inaugurada em 1958, (a São Paulo-Paraná que chegava só até São Roque), começou a haver transformação e valorização dos sítios e chácaras, que antes se mantinham da atividade agrícola de subsistência, novas funções como a recreação campestre e os clubes de recreação. Nesse processo acelerado de dinamização das atividades econômicas e imobiliárias destaca-se a região da Granja Viana, no km 24 da rodovia, onde abastados paulistas passam a adquirir chácaras para a construção da segunda residência ou casa de campo. Desse modo, a partir da década de 1960, a cidade de Cotia cresce no sentido leste e os espaços vazios vão sendo ocupados.

Neste contexto a melhoria da rodovia dinamiza a circulação de mercadorias e de pessoas, provocando o despertar do "velho núcleo" cotiano. A intensificação do trânsito com o Paraná pela única estrada que existia fez surgir novos serviços como postos de gasolina, borracharias, casas de autopeças, restaurantes e várias atividades ligadas ao comércio e à indústria. Em 1952 instalam-se as primeiras fábricas. Lemos mostra que ao longo da Rodovia Raposo Tavares, no município de Cotia, instala-se a partir dos anos 1960 um mini parque industrial, transformando Cotia num pólo de atração populacional, especialmente de nordestinos e mineiros. Destes, muitos já haviam morado em outras cidades, e vieram em busca de moradia e trabalho. Assim como os outros municípios que formam a Grande São Paulo, Cotia sofreu e continua sofrendo um crescimento populacional acelerado, estimulando o surgimento da especulação imobiliária, de loteamentos novos, inclusive formando bairros operários, transformando a cidade em mais um subúrbio industrial da Grande São Paulo[29]. Entretanto, devemos deixar claro que não foi só o deslocamento da indústria o responsável pelo grande aumento da população. Outros fatores também foram responsáveis, sobretudo a reestruturação da cidade de São Paulo, com as transformações necessárias para atender a nova fase da acumulação do capital financeiro, tornando-a cara. Tal processo provocou o deslocamento para as áreas mais

[29] LEMOS, Op. Cit. 1972, p.53.

distantes tanto a população de baixa renda em busca de moradias mais baratas, como parcela da classe média em busca de áreas verdes e dos condomínios[30].

No caso específico do município de Cotia, o processo de planejamento urbano e a legislação que deveria ter orientado esse crescimento teve inicio a partir de 1970, com o PMDI - Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado. Essa ação foi conduzida pela Secretaria de Economia e Planejamento através do Grupo Executivo da Grande São Paulo - GEGRAN. Cotia foi considerada como área prioritária de atuação em 1972, em 1973 é criada a Região Metropolitana de São Paulo, em 1978 a Emplasa preparou a lei de Ordenamento de Uso e Ocupação do Solo, e em 1991 foi aprovado o Plano Diretor e de Uso e Ocupação do Solo do Município de Cotia, que vigorou até dezembro de 2007, quando um novo Plano Diretor foi aprovado e passou a vigorar em 01/01/08.

Paralelamente a esse crescimento descrito acima, em que apontamos a rodovia como principal agente de desenvolvimento, ao norte do município, nas terras atendidas pela ferrovia, o crescimento econômico e populacional verificado em Itapevi e Jandira, no final do século XIX e na primeira década do século XX, foi superior ao ocorrido em Cotia, que era a sede do grande município. Com o crescimento desses novos núcleos urbanos às margens da ferrovia, vão surgir, em meados do século XX, os primeiros movimentos de emancipação e conseqüentemente os novos municípios como veremos a seguir.

1.2.1 – Emancipação de Itapevi

Entre os imigrantes que se destacaram no processo de expansão da Grande São Paulo, Julio Michelli[31], em 1894, abriu uma pedreira nas proximidades da estação de trem onde morava, em Itapevi, e passou a recrutar trabalhadores junto à população local. As pedras de lá retiradas eram levadas para São Paulo e usadas no calçamento de ruas, no áureo período de crescimento e modernização da metrópole paulistana. Esse mecanismo, associado à presença da ferrovia, fez com que esse povoado tivesse ligações mais estreitas com a cidade que se modernizava a passos largos.

[30] Idem, p. 94.
[31] Julio Michelli (mimeo. s/d).

Em 1920 Itapevi tornou-se um distrito de Cotia, porém, com a grande influência da ferrovia, novos ramos de atividades surgiram e o mercado imobiliário se expandiu. Carlos de Castro comprou uma grande propriedade rural que circundava a estação ferroviária e criou o primeiro loteamento, atraindo a população que vinha buscar alternativas de habitação, esgotadas no pólo urbano industrial que São Paulo se tornara.

O crescimento econômico de Itapevi estimulou na população a pretensão de ganhar autonomia política, fato que ocorreu em 10 de maio de 1952, a partir de um abaixo-assinado pleiteando à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo a emancipação de Itapevi. Em contrapartida, o governo de São Paulo pediu a realização de um recenseamento para provar o aumento populacional e de arrecadação de impostos. Contudo, isso não bastava. O governo precisava saber se aquele pedido representava, de fato, a vontade da maioria da população e, por isso, segue a ata de emancipação:

> *"A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo faz publicar a seguinte Resolução nº 237, de 07 de Novembro de 1958. A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo resolve":*

Artigo 1º - Fica determinada, em cumprimento ao que estabelece o artigo 73 da Constituição Estadual, e na forma regulada pela Lei Orgânica dos Municípios, (Lei nº 1, de 18 de setembro de 1947, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 2081, de 27 de dezembro de 1952), a realização do plebiscito de consulta à população do território compreendido pelas divisas do atual distrito de Itapevi, município de Cotia, comarca da Capital, que se pretende seja elevado a município.

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 07 de novembro de 1958.

a) Ruy de Almeida Barbosa, Presidente.

a) Ferreira Keffer, 1º Secretário.

a) Márcio Porto, 2º Secretário."

E de fato, todo os esforços empreendidos foram compensados: dos 1002 eleitores que compareceram às urnas, só 30 foram contrários à emancipação. Assim, em 15 de

dezembro de 1958, a lei estadual de número 1038 elevou a vila à condição de cidade. A região em torno da estação ferroviária também crescia, estimulada pelo desenvolvimento econômico da cidade de São Paulo.

1.2.2 – Emancipação de Jandira

Assim como Itapevi, Jandira também surgiu da organização da Estrada de Ferro Sorocabana. As terras que foram ocupadas por esta ferrovia pertenciam ao município de Cotia, e em 1912 um empreendedor paulistano instalou-se na área da atual Jandira. Seu nome era Henrique Sammarino. Adquiriu uma gleba que continha uma passagem obrigatória ligando Cotia a Santana do Parnaíba e Itu. Assim, Sammarino deu início ao desenvolvimento da região. Um dos pontos destacados foi a iniciativa de construir, junto aos trilhos da estrada de ferro, uma pequena estação. Inicialmente ficou conhecida como Parada do Km 32. Apenas em 5 de setembro de 1930 passou a chamar-se Jandira.

Até 1944, o povoamento em torno da estação era pequeno e os habitantes praticavam agricultura de subsistência. Essa situação somente veio a sofrer alterações quando houve o primeiro loteamento dando origem à Vila Anita Costa, marco inicial do processo de urbanização de Jandira.

Em 1948, o pequeno núcleo urbano foi transformado em Distrito pela Lei nº 233, de 24 de dezembro de 1948, e em 1950 atingiu a categoria de subprefeitura. Em 1951 foi fundada a União Pró-Jandira, representando o repúdio de um grupo de moradores à intenção de Itapevi de anexar Jandira à sua jurisdição. Assim, a União Pró-Jandira serviu como berço da emancipação política do município, por meio da Resolução nº 484, de 8 de novembro de 1963, conforme segue:

> “A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo faz publicar a seguinte Resolução. A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo resolve”:

Artigo 1º - É determinada, em cumprimento ao que estabelece o artigo 73 da Constituição Estadual, e na forma regulada pela Lei Orgânica dos Municípios, (Lei nº 1, de 18 de

setembro de 1947, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 2081, de 27 de dezembro de 1952), a realização do plebiscito de consulta à população do território compreendido pelas divisas do atual distrito de Jandira (município de Cotia e comarca da Capital), que se pretende seja elevado a município, com as divisas estabelecidas pelo Instituto de Geografia e Geologia, conforme descrição publicada no livro de Resoluções do Departamento de Documentação e Informação[32].

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos oito de novembro de 1963.

a) Cyro Albuquerque, Presidente.
a) Leôncio Ferraz Júnior, 1º Secretário.
a) José Felício Castellano, 2º Secretário."

Após a abertura das urnas constatou-se que dos 411 eleitores, 303 votaram a favor da emancipação. Estava garantido o destino do novo município de Jandira. Sua independência foi feita pela Lei Estadual número 8.092, de 28/02/64. Diário Oficial do Estado de São Paulo.

1.2.3 – Emancipação de Vargem Grande Paulista

Antes da emancipação, o município onde está Vargem Grande Paulista era conhecido como Bairro Raposo Tavares.

> "A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, na atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II do artigo 14º da VI Consolidação do Regimento Interno, e nos termos do resolvido pelo Plenário, promulga a seguinte Resolução:

Artigo 1º - É aprovada a solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para a realização do plebiscito referente à emancipação e desmembramento de área pertencente ao Município de Cotia, para constituir o Município de Vargem Grande Paulista.

[32] Documento da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. (Mimeo s/d.)

O Município de Vargem Grande Paulista foi criado pela Lei Estadual n° 3.198, de 23/12/1981.

A Resolução nº 747, de 18 de dezembro de 1992, dispõe sobre a solicitação ao Tribunal Eleitoral para a realização de plebiscito referente ao desmembramento de área pertencente à Cotia, para a sua anexação ao Município de Vargem Grande Paulista[33].

> "A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, na atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II do artigo 14º da VI Consolidação do Regimento Interno e nos termos do resolvido pelo Plenário, promulga a seguinte Resolução:

Artigo 1º - É aprovada a solicitação ao tribunal Regional Eleitoral para a realização do plebiscito referente ao desmembramento de área pertencente ao Município de Itapevi, para a sua anexação ao Município de Vargem Grande Paulista.

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 18 de dezembro de 1992.

a) Carlos Apolinário, Presidente.
a) Francisco Nogueira, 1º Secretário.
a) Arthur Alves Pinti, 2º Secretário."

Atualmente o município de Vargem Grande, pertencente à Grande São Paulo, tem uma área de 42 km² e uma população, em 2007, de 48.408 habitantes.[34]

Houve uma outra resolução, a de nº 683, de 21 de novembro de 1990, que solicitava ao Tribunal Regional Eleitoral a realização de plebiscito referente à emancipação do Distrito de Caucaia do Alto, pertencente à Cotia:

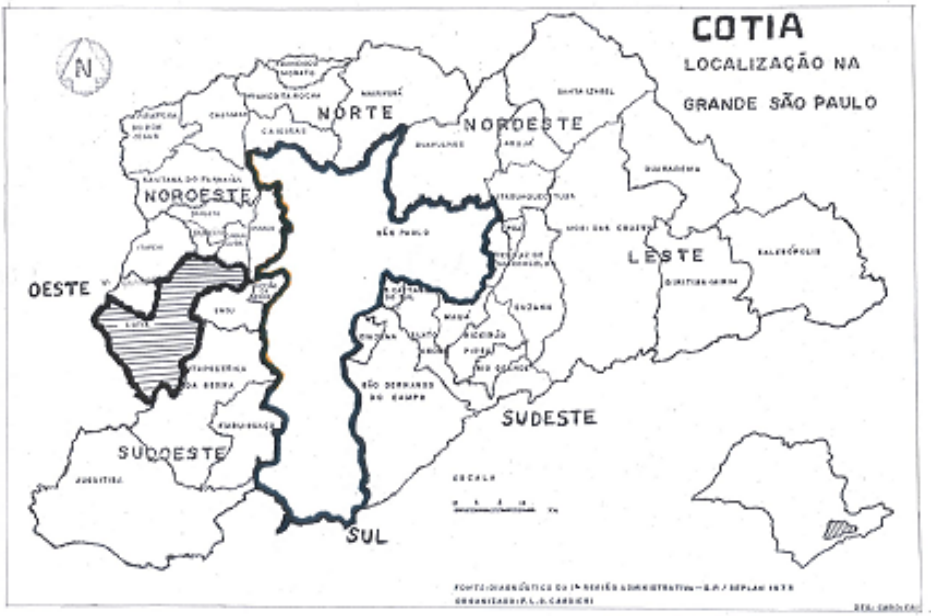
A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no artigo 1º - "Aprova a solicitação para a realização de plebiscito referente à emancipação do Distrito de Caucaia do Alto".

Nesse pleito os favoráveis à não emancipação venceram, e assim Caucaia do Alto continua como Distrito de Cotia.

---

[33] Idem.
[34] www.Vargem Grande Paulista.sp.gov.br

Figura 6 – Localização de Itapevi, Jandira e Vargem Grande Paulista, na categoria de município da Grande São Paulo, com destaque para São Paulo e Cotia.



Fonte – Diagnóstico da 1ª Região Administrativa – S.P. / Seplan 1973, organizado por F.L.C. CARDIERI. Modificado pelo autor em 2008.

1.3 – Fisionomias Urbanas de Cotia

A cidade de Cotia está localizada a oeste da Grande São Paulo, entre os km 21 e 40 da Rodovia Raposo Tavares (SP-270). Para mostrar as fisionomias utilizaremos uma planta funcional do "Núcleo Velho", de 1969-70 (figura 4), em que está representada a Variante Raposo Tavares, onde, a partir do início da década de 1970, a rodovia deixa de passar pela rua Senador Feijó, Praça da Matriz, e ruas Batista Cepelos e Joaquim Barreto. Observando a figura 4 é possível constatar que a configuração territorial da cidade de Cotia é fruto de diversos processos e relações sociais com diferentes temporalidades históricas.

Savioli, ao falar da produção do espaço urbano de Cotia, relaciona-o com a industrialização de São Paulo, que a partir da década de 1960 viveu um "milagre econômico", tornando necessária a melhoria da infra-estrutura viária como a duplicação da

Rodovia Raposo Tavares e a comunicação com a Capital[35]. Assim, as indústrias de médio porte, como as do setor metalúrgico e mecânico, puderam instalar-se longo da rodovia, enquanto que as do setor químico instalaram-se às margens do Rio Cotia. De lá para cá a cidade e a população não pararam de crescer.

O Sr. Waldemar Paioli, em entrevista, confirma as afirmações de Savioli. Cotia ainda não estava preparada com infra-estrutura para atender as indústrias que chegavam. A Rodovia Raposo Tavares ainda não era duplicada do Butantã ao Km 31. No setor de telecomunicações havia a TASA - Telefonia Anhanguera S.A., que disponibilizava apenas doze canais que possibilitavam a comunicação com o exterior. Para resolver esse problema, a Munk do Brasil teve que construir outra fábrica no km 20, já no município de São Paulo, para poder se comunicar com a matriz na Alemanha. Contudo, outras indústrias se instalam ao longo da rodovia tais como a Levis, Astra Zeneca, Spirax Sarco, Lucas CAV, etc. Nessa época inicia-se a qualificação da mão-de-obra, com a fundação da Escola Industrial Sverre Munk – as chamadas escolas vocacionais. Paioli ressalta que Cotia deveria continuar a ter escolas como aquelas: “devemos encaminhar nossos jovens a criar sonhos”[36].

Para entender as rugosidades que o espaço urbano apresenta, retrataremos a sua configuração espacial com mapas, depoimento de moradores antigos e fotos de diferentes momentos históricos, o que nos permitirá visualizar a expansão geométrica da cidade, e a construção de novos bairros, por meio de gráficos dos cadastramentos junto à Secretaria de Planejamento Urbano, por década, a partir de 1970, para representar seu rápido crescimento.

Veremos a seguir uma foto de Cotia mostrando a Rodovia Raposo Tavares antes da duplicação.

[35] SAVIOLI, 2007, Op. Cit.p. 68
[36] PAIOLI, Waldemar. Entrevista em 20/01/2009.

Foto 6 – Rodovia Raposo Tavares, km 32, na cidade de Cotia em 1985.

Fonte – Arquivo fotográfico do Jornal Gazeta de Cotia.

No plano superior direito da foto observa-se a porção NO da cidade. No superior esquerdo, onde parece que a cidade acaba, situa-se o Bairro Atalaia, no Km 36 da "Raposo Tavares". No centro superior, na parte mais alta do relevo, localiza-se o Maciço de Cotia, com altitudes próximas dos mil metros. No lado inferior da foto, no primeiro plano, estão alguns galpões de indústrias, e próximo a eles tem uma área verde, à direita da Rodovia Raposo Tavares, onde hoje se localiza o Extra Hipermercado. Na parte inferior direita está uma vista parcial do antigo Morro do Macaco, atual Jd. Coimbra, e mais à direita, não visto, o Parque Turiguara.

Para termos uma noção da espacialidade de Cotia hoje, utilizaremos um exercício mental simples: grosso modo, considerando que olhamos para ela do Leste para o Oeste, então à direita dela está o Norte geográfico. Desse ponto fotografado para o norte, onde está o limite de município com Itapevi e onde há alguns bairros como o Jardim Rosemary, cadastrado em 1975, há aproximadamente uns sete km. Indo para a esquerda, ou seja, para o Sul, o último bairro é o São Miguel, cadastrado em 1982, que está uns 7 km longe do

centro que aparece na foto. Esse bairro está à margem direita do Rio Cotia e nesse mesmo sentido, só que do lado esquerdo do rio localiza-se a ocupação, área de pesquisa desse trabalho, no Jardim Panorama, cadastrado em 1977. Esse é o ponto em que a cidade atinge 14 km de largura.

Na próxima foto (6), observa-se no plano central o viaduto Ivo Isaac Pires em construção, trevo de entrada para o centro da cidade, construído na segunda metade da década de 1980. Na parte inferior direita da foto estão o antigo prédio do Frigorífico de Cotia e a entrada para o Bairro Turiguara. Nesse ponto o Rio das Pedras passa a uns 40m à direita da Rodovia Raposo Tavares, no pátio do frigorífico. Observa-se que nessa época existia uma área verde, hoje já ocupada. No lado esquerdo inferior da foto está o prédio da antiga Telesp.

Foto 7 – A cidade de Cotia no ano de 1985, cortada pela Rodovia Raposo Tavares (km 32), com a construção do viaduto de acesso à cidade.

Fonte – Arquivo fotográfico do Jornal Gazeta de Cotia.

Conforme podemos observar nas fotos 5 e 6, da década de 1980, a cidade cresceu ao longo da rodovia. Na parte de cima localiza-se o Centro Velho, e vindo para o lado de baixo da foto é o Leste, direção de São Paulo. A cidade cresce na década de 60, e aí vemos parte de alguns bairros relacionados na tabela da página seguinte. O traçado das ruas é assimétrico devido às características do relevo, por ser excessivamente acidentado, formado de morros, pequenos maciços, várzeas e fundos de vales estreitos em acentuados declives de consideráveis amplitudes altitudinais. Ab' Saber, ao estudar a morfologia do sítio urbano de São Paulo, lembra que as condições naturais referentes ao relevo, fizeram com que muitas cidades adaptassem sua estrutura urbana às disposições da topografia local, a fim de poderem apresentar um sítio urbano relativamente plano[37].

As tabelas 1 e 2 a seguir mostram a expansão da cidade de Cotia a partir do número de loteamentos registrados junto à Prefeitura, de 1960 até 1971 – tabela 1, e o crescimento demográfico de 1960 e 70 – tabela 2. Seus dados permitem observar que entre 1965 e 1968 foram implantados 6 loteamentos. Até 1971 o crescimento foi lento, como vemos nos números de novos bairros. A partir daí, para visualizar a expansão geométrica da cidade e a construção de novos bairros, o faremos por meio de tabelas e gráficos para representar seu rápido crescimento.

[37] AB' SABER, Aziz. "Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo", In. AZEVEDO, Aroldo de. (dir). *A cidade de São Paulo: Estudos de Geografia urbana. Aspectos da Metrópole Paulistana*. Vol . São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p.236-241.

Tabela 2 - Crescimento espacial de Cotia em números de loteamentos.

Loteamentos urbanos		*Ano*
1º	*Jd. Monte Santo*	*1962*
2º	*Chácara Alix (Bairro Portão)*	*1962*
3º	*Jardim Nova Coimbra*	*1965*
4º	*Parque Bahia*	*1966*
5º	*Jardim São Pedro*	*1966*
6º	*Jardim Nomura*	*1967*
7º	*Jardim Maria Teresa*	*1967*
8º	*Jardim Rosalinda*	*1968*
9º	*Jardim Central*	*1969*
10º	*Jardim Cidade das Rosas*	*1971*

Fonte – Cotia e Sua Participação no Conjunto da Faixa Periférica da Metrópole Paulistana.

Tabela 3 – População rural e urbana de Cotia, 1960 e 1970.

Censo de 1960			
Município	*Urbana*	*Rural*	*Total*
Cotia (mun)	*4.368*	*13.538*	*17.906*
Cotia (sede)	*3.313*	*10.012*	*13.125*
Caucaia do Alto	*145*	*2.589*	*2.734*
Jandira	*1.100*	*937*	*2.047*
Raposo Tavares	*...*	*1.378*	*1.378*

Censo de 1970			
Município	*urbana*	*rural*	*total*
Cotia (mun)	*29.718*	*1.289*	*31.007*
Cotia (sede)	*20.031*	*1.289*	*21.320*
Caucaia do Alto	*4.594*	*...*	*4.594*
Jandira	*...*	*...*	*...*
Raposo Tavares	*5.093*	*...*	*5.093*

Fonte - Cotia e Sua Participação no Conjunto da Faixa Periférica da Metrópole Paulistana.

Agora citaremos trechos de entrevistas com moradores do antigo Morro do Macaco, antes de ser loteado. Começaremos com a fala do Sr Vicente:

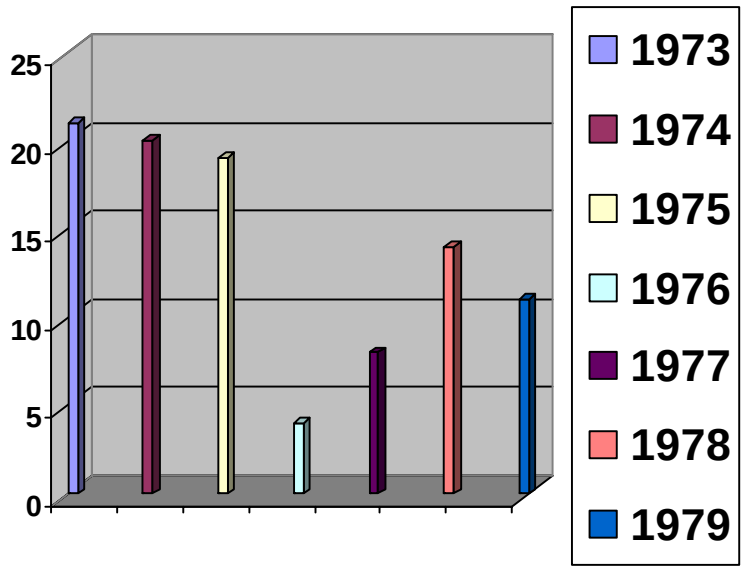
> *"Tenho 62 anos, vim do Paraná há 48 anos, minha esposa é natural de Cotia. Morei no bairro Rio Cotia e há 32 anos moro nessa casa, ela foi construída pelo meu falecido sogro. Aqui foi loteado pelo Sr. Mairo, ele era dono desse morro, era um sítio e ai loteou tudinho, isso faz uns cinqüenta anos. Fez arruamento e logo começou a mudar gente pra cá. No começo, da rodovia pra cá era tudo Morro do Macaco, depois uma parte virou Jd. Coimbra, outra Jd. Estela Mares e o Pq. Turiguara é essa parte alta aí, esse morro aí. Fui funcionário do frigorífico, cortava boi e levava para exportação, sempre fui motorista, agora sou aposentado pela prefeitura há quatro anos, mas não estou contente não, porque acostumei trabalhar, 4h da manhã estava de pé. Aqui tinha uma escola e quando mudei pra cá já não tinha floresta, só pasto, o único mato que tinha era aquele do Arakan. A água do rio era limpinha, tinha uma represa cheia de criança, lavava roupa aí e pegava água para beber. Aí depois veio aquela empresa e sujou o rio".*

Na próxima entrevista com o Sr. Antônio, também antigo morador, será possível contar mais um pedaço da história do Pq. Turiguara:

> *"Quando eu mudei pra cá em 1969 não tinha nada, só tinha um açude com água limpinha... se eu te "conta" a verdade... aqui onde tem esse monte de casinha era o açude, depois que loteou o Morro do Macaco e começou a mudar gente pra cá, o açude enchia de gente para tomar banho. Em 77 a prefeitura chegou aqui dizendo que ia fazer uma praça, ela aterrou o açude ela aterrou tudo e "tá" até hoje, ai desistiram e o povo ocupou tudo".*

Numa entrevista com o Sr. João dos Santos, morador do Turiguara desde o início da década de 1980, ele disse sobre o açude, que a prefeitura usava a água para abastecimento domiciliar, tinha a casa das bombas. A seguir representaremos em gráficos o número dos novos bairros a partir de 1973. Essa década representada no gráfico mostra a segunda fase de expansão que a cidade viveu, e nela já são visíveis a influência do fator industrialização e a periferização imposta pela metrópole, conforme comprovaremos com os resultados obtidos nas pesquisas sobre a origem e local das penúltimas moradias.

Gráfico 1 – Evolução da Mancha Urbana em Cotia.



Fonte – Secretaria de Desenvolvimento, Obras e Serviços Públicos de Cotia.

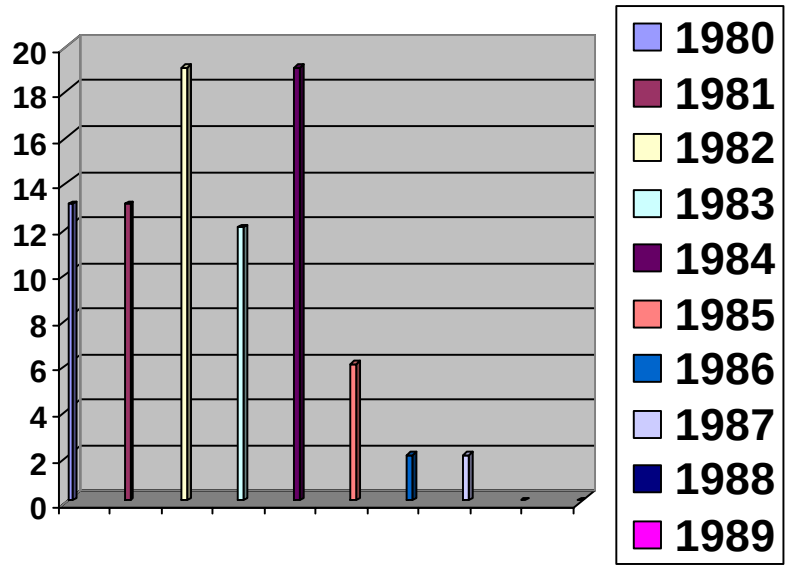
Comparando os dados das tabelas 1 e 2 desse capítulo, que mostram que em 1971 havia um total de onze bairros cadastrados na Secretaria de Desenvolvimento, não significa dizer que não tinha aglomerações espalhadas pelos arredores dos bairros centrais. Eles existiam e depois de alguns anos foram cadastrados, como mostra o último gráfico. Em 1973 foram cadastrados no planejamento urbano aproximadamente vinte novos bairros, e assim, nos dois anos seguintes houve redução, mas ainda próximo de vinte. Em meados dessa década há redução do número de registros, chegando próximo de cinco, e cresce novamente no fim da década. Foi nessa década que a cidade se expandiu no sentido Norte-Sul, constituindo os vazios demográficos entre os novos bairros, como podemos observar na foto a seguir, tirada em um dos pontos mais altos do relevo, na Rodovia Raposo Tavares em direção ao Jd. Sandra e Jd. São Miguel, cadastrados em 1980 e 1982 respectivamente. Foi nessa década também que o número de habitantes saltou de 25.8 mil para 53.1 mil, como mostrará a tabela 3. Na década 80/90 esse crescimento continuou alto. No censo de 1991 a população de Cotia dobrou novamente, chegando a 106.8 mil. Atualmente a população se aproxima dos 200 mil, e nesse ritmo, em 2011, a população dobra em relação a 1991.

Foto 8 – Panorâmica da zona sul de Cotia, ao fundo a Reserva do Morro Grande.

Foto – Arquivo digital do autor, 2009.

Nessa foto é possível ver um Conjunto Habitacional – Condomínio Residencial Vertical de Interesse Social, que foi cadastrado em setembro de 2007 e concluído em março de 2008. Ele ainda não foi entregue aos futuros proprietários, e segundo informações de moradores do São Miguel, a obra está interditada. Na mesma direção que o recorte fotográfico nos encaminha, após o conjunto habitacional é possível avistar uma área verde com floresta remanescente de aproximadamente oito hectares, que já pertence ao setor imobiliário. Este é um dos vários pontos em que a mancha urbana avança sobre a floresta, o que veremos com mais detalhes no capítulo três. No próximo gráfico, representando a década de 80, veremos que houve uma continuidade no crescimento até meados desta década, destacando-se os anos de 1982 e 84, que superaram a casa dos 20 por ano e reduzindo para 6 em 1985 e zero em 1989.

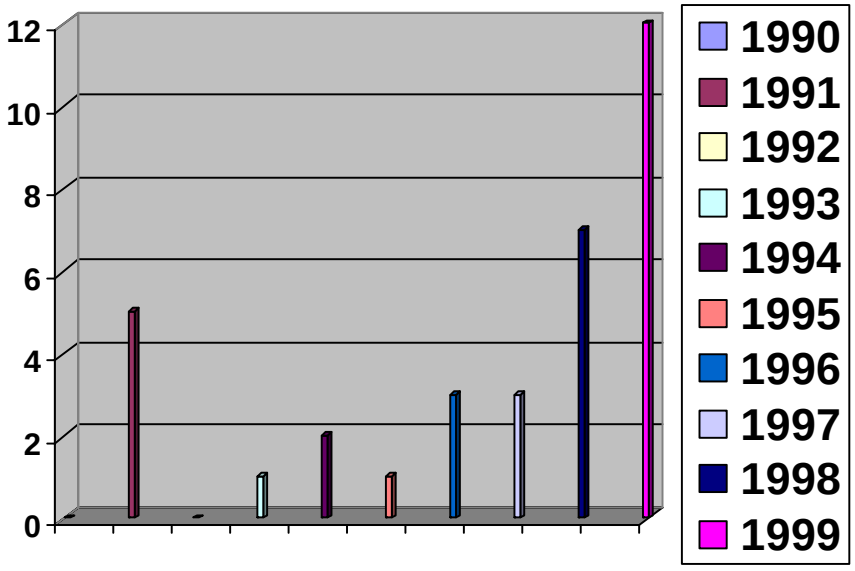
Gráfico 2 - Evolução da Mancha Urbana na década de 1980.



Fonte – Secretaria de Desenvolvimento, Obras e Serviços Públicos de Cotia.

Essa redução nos cadastramentos de novos loteamentos continua na década de 90 até 1995, mas em 1991 foi aprovado o primeiro Plano Diretor da cidade, e a partir daí começa a aumentar novamente.

Gráfico 3 - Evolução da Mancha Urbana na década de 1990.

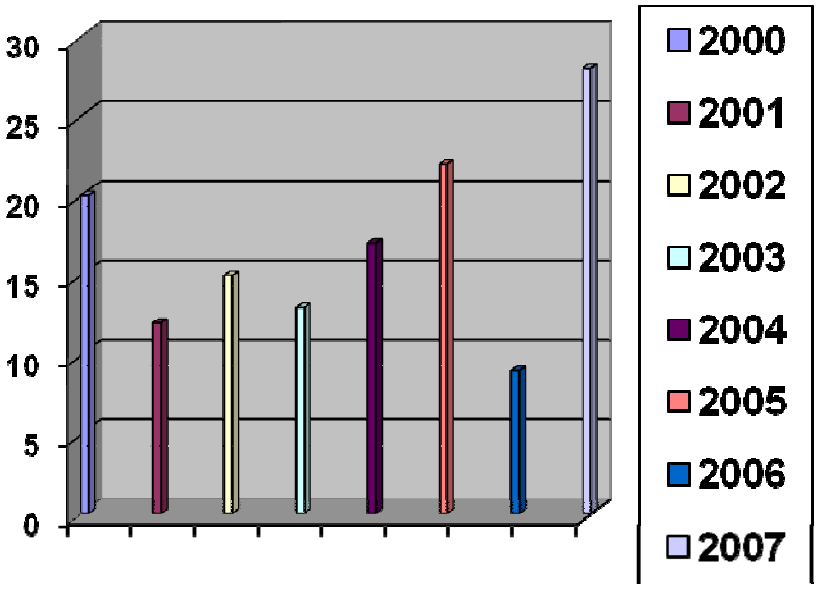


Fonte - Secretaria de Desenvolvimento, Obras e Serviços Públicos de Cotia.

Em 2000 o número de cadastros chegou a vinte, e a partir daí houve uma redução, mas sempre acima dos dez. Só em 2006 o número reduziu para 6, e no ano de 2007, ano da aprovação do novo Plano Diretor, este número chegou próximo de 30 cadastros.

Analisando esses números de cadastramentos ano a ano é possível fazer a leitura de que os dois Planos Diretores que Cotia aprovou, tiveram como resultado o acréscimo significativo de novos cadastros junto à Secretaria de Planejamento.

Gráfico 4 - Evolução da Mancha Urbana na década de 2000.



Fonte - Secretaria de Desenvolvimento, Obras e Serviços Públicos de Cotia.

Em seguida apresentaremos a tabela 3, mostrando o crescimento populacional segundo censos e estimativas entre os anos de 1970 e 2004. Em 01/07/2006 a população estimada era de 179.685 habitantes, e hoje se aproxima dos 200 mil habitantes. Assim, torna-se possível acompanhar o crescimento da mancha urbana apresentada nos gráficos e o crescimento populacional nessa tabela.

Tabela 4 - População total, no período de 1970 a 2004, Cotia.

Ano	***Cotia***
1970	25.842
1980	53.175
1991	106.822
1996	127.047
1997 (*)	131.285
1998 (*)	135.762
1999 (*)	140.392
2000	148.082
2001(*)	153.887
2002(*)	157.725
2003(*)	163.633
2004(*)	169.006

(*) – Estimativa.
Fonte: PLANO DIRETOR 2007 com base no Censo Demográfico Brasileiro, IBGE 2007.

A ocupação humana foi favorecida por diversos fatores ao longo do crescimento dessa cidade, desde os solos quimicamente mais ricos e a disposição do relevo apresentar, no sentido L-W, uma passagem natural facilitando o acesso entre São Paulo e Sorocaba, a meio caminho do "sertão" paulista e para o sul ainda em sua fase colonial, passando por "bosque da metrópole" a partir de 1960, e em 1980 como mais um parque industrial da Grande São Paulo. Hoje, findando a primeira década do século XXI, com a duplicação da Rodovia Raposo Tavares na região central da cidade em 2007, chegando a Sorocaba, mais o Rodoanel, essa região tornou-se pólo de atração de indústrias, empresas de serviços como redes de supermercados e empreendimentos imobiliários, e somada a isso a tendência desse novo estilo de vida de morar em condomínios e o aumento destes em Cotia e cidades vizinhas, associado ao aumento do fluxo de veículos que se deslocam diariamente a São Paulo, é possível perceber que Cotia e as cidades da zona oeste da cidade de São Paulo

tendem a aumentar sua função de “cidade dormitório”, pois a oferta de trabalho não cresce na mesma proporção em que crescem seus habitantes.

Nas próximas fotos da Rodovia Raposo Tavares veremos como se encontra a infra-estrutura de transporte atualmente. Na foto 7, tirada no km 36 no sentido Cotia – São Roque, à esquerda no alto, onde aparecem duas torres e prédios, era por onde passava o antigo caminho. Este é um exemplo de como a modernização do sistema viário possibilitou um melhor escoamento de veículos, o que permitiu uma melhor integração do município tanto à cidade quanto a municípios vizinhos. No final dessa subida está o retorno do Pau Furado, visto na foto 10.

Foto 9 – A Rodovia Raposo Tavares, duplicada no trecho entre Cotia e São Roque, 2007.

Fonte – Arquivo digital do autor.

Foto 10 – Retorno no km 36,5, acesso aos bairros Atalaia e Pau Furado.

Fonte – Arquivo digital do autor.

As fontes quantitativas, as imagens, os depoimentos de moradores e o diálogo com a historiografia permitiram esta incursão ao passado distante e mais recente para situarmos as questões que norteiam esta pesquisa, ou seja, aquelas relacionadas à ocupação da região oeste da metrópole paulistana, seu crescimento urbano industrial que, partindo dela se espraiou de diferentes formas e gerou diferentes conseqüências econômicas e sociais. No caso analisado aqui, a questão habitacional e ambiental em Cotia no limiar do século XXI, buscamos mostras as relações entre crescimento metropolitano, periferização e política habitacional nos dois bairros em questão. As análises ressaltam déficit constante na política habitacional e omissão do poder público em relação à garantia dos direitos sociais.

Capítulo 2 – Crise Urbana e Política Habitacional

Neste capítulo buscamos abordar como se deu o crescimento urbano industrial em São Paulo no século XX, como a problemática habitacional se acirrou por todo o século e como a mesma deixou de contemplar as necessidades de moradia da população migrante atraída ao município desde a década de 1930[38], processo esse dado pelo desenvolvimento econômico que levou São Paulo a expandir muitas vezes sua "mancha urbana" no século XX. Percebemos que a política migratória promovida pelo Estado para garantir mão-de-obra para o novo modelo de produção fordista, para a qual São Paulo viveu intensas intervenções planejadas no traçado urbano, a chamada mini "ransmanização", tornando-a moderna. Sabemos que a modernidade tem nessas reformas urbanas o marco de construção da cidade fordista. Buscaremos também mostrar como o crescimento da metrópole paulistana e a formação da Grande São Paulo exerceram influencias diretas no município de Cotia, especialmente a partir dos anos 1970 na cidade de Cotia, em dois bairros, Jardim Panorama e Parque Turiguara.

A reforma foi um sucesso, e sucesso maior foi a política migratória, que no segundo quartel da década de 1960 tornou-se preocupante, excedeu em muito a necessidade de mão-de-obra do setor secundário, o mais importante na época, formando assim um "banco de excedente de mão-de-obra". Uma porcentagem substancial da PEA (população economicamente ativa) da cidade de São Paulo não tinha remuneração.

Esse é o ponto de partida para entendermos a origem do déficit habitacional no Brasil, pois sabemos que a política habitacional adotada pelo Estado sempre teve como foco atender uma parcela da PEA remunerada, ou seja, atender trabalhadores com comprovante de renda. Normalmente os mecanismos financeiros restringem os financiamentos a cinco salários mínimos, o que exclui dos programas habitacionais uma parcela significativa dos trabalhadores com renda comprovada. Esses trabalhadores não atendidos com renda comprovada de um a cinco salários são os novos personagens do espaço urbano e, excluídos do mercado imobiliário, buscaram diferentes formas de moradia

[38] LANGENBUCH, Juergen Richard. *A Estruturação da Grande São Paulo: Estudo de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, Departamento de documentação e Divulgação, 1971.

como a autoconstrução. Num primeiro momento o trabalhador comprava o terreno na periferia, em muitos casos em encostas e mananciais, o que agride de forma irremediável o meio ambiente.

Antes devemos lembrar que a urbanização vem ocorrendo paralelamente à industrialização. Que na Primeira Revolução Industrial na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, ocorreram mudanças sociais importantes. A classe emergente burguesa destituiu do poder a Monarquia e instalou o Parlamento, e este criou a Lei de Cercamento para atender a essa classe, promovendo grande concentração de terra e conseqüentemente o êxodo rural para cidades como Londres e Manchester. As primeiras conseqüências da rápida urbanização são relatados por Hall[39], que descreve os horrores no cotidiano londrino no final do século XIX, vivido em cortiços, "pestilentos viveiros humanos". No editorial de um jornal da época foi escrito: "Os horrores dos cortiços", representam "o grande problema doméstico que a religião, o humanitarismo e as instituições políticas da Inglaterra têm o imperativo dever de resolver". Em um artigo publicado pelo pastor congregacionista Andrew Mearns, com o título "O Grito Amargo do Lado Oculto de Londres", veiculado na época por jornais como The Times, levou à nomeação da Comissão Real para a Moradia das Classes Trabalhadoras, em 1884[40].

Hall observa que Londres iniciou uma pequena reforma para a modernidade por volta de 1880, passando por uma mini-haussmannização, uma "destruição criativa", com a redefinição do traçado viário, alargando avenidas para atender às exigências do mercado. Um fato importante foi observado por ele, que podemos trazer para os dias de hoje: havia um sistema de governo local incompetente e corrupto, inepto no manejo dos poderes de que dispunha ou simplesmente recusava-se a exercê-lo. Criaram algumas leis para sanar tais problemas, mas permaneceram por longo tempo letras mortas.

No Brasil temos situações semelhantes. No começo do século XX, mais precisamente após a Grande Depressão de 1929, com a primeira crise mundial do capitalismo e a falência do modelo econômico agrário-exportador, impossibilitado de

[39] HALL, Peter. *Cidade do Amanhã: Uma história intelectual do Planejamento e do Projeto Urbanos no Século XX*. São Paulo: Perspectiva, s/d 18 a 22.
[40] Idem.

vender a produção de café, o país foi obrigado a iniciar uma incipiente industrialização com o objetivo de substituir importações. Estimulado pelo novo modelo econômico Keynesiano (Estado de Bem-Estar Social ou walfare state), que determinava a intervenção do Estado na economia, possibilitando, assim, a reestruturação da economia mundial, além de favorecer muitos países europeus e as grandes corporações, expandindo o capitalismo financeiro pelo mundo, o Brasil foi "beneficiado" por essa onda de desenvolvimento capitalista, recebendo investimentos internacionais no setor industrial e agrícola, passando por sucessivas fases de mudanças tecnológicas e produtivas, deixando de ser um país tipicamente exportador. Os demais setores como a agricultura passaram a oferecer matéria-prima para a indústria. No período fordista as mudanças se intensificaram no sentido de buscar adequação às novas exigências do mercado. Entre 1945/1975, os dispositivos e compromissos institucionais, somados aos elementos constitutivos da regulação fordista setorial, marcados pelo processo de trabalho especializado e pelo aumento das escalas de produção e da especialização na produção agropecuária, possibilitaram o aumento da produtividade, mas tiveram como conseqüência a diminuição dos postos de trabalho[41].

Paralelamente à modernização na agricultura ocorreu o grande crescimento populacional no Brasil, fruto da elevada natalidade e da redução do índice de mortalidade infantil com melhoria nas condições sanitárias, e consequente melhor padrão de vida. Para tornar mais visível esse crescimento, os dados mostram que entre 1940 e 1950, a taxa bruta de mortalidade foi de 20,6% e de natalidade de 44,4%. Entre 1950 e 1960, esses índices já eram de 13,4% e 43,3%, em números absolutos, e a população cresceu de 41.326.000 em 1940, para 70.191.000 em 1960[42].

A saída da população do campo foi o principal fator para a forte urbanização, sobretudo no Sudeste, e o rápido crescimento com que se deu foi favorável aos interesses vinculados às tentativas de implementação de mecanismos para atender a lógica de urbanização corporativa, isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes empresas para atender a grande demanda por mão-de-obra. Por outro lado, tornou um ambiente favorável aos agentes imobiliários, sob os quais as cidades foram sendo

[41] *SOUZA SANTOS, Roberto. Regulação e Modernização do Setor Agrícola e Território*. In. Boletim Paulista de Geografia, nº 80,São Paulo: 2003, p, 38.
[42] SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec., p. 30 e 31.

construídas espacialmente espraiadas, com muitos espaços vazios, tornando-as ainda maiores e conseqüentemente com maiores problemas, como, por exemplo, desemprego, habitação, transportes públicos, lazer, água, esgotos educação, saúde e poluição. Quanto maior a cidade, mais visíveis se tornaram essas mazelas. Sobre esta questão, Milton Santos afirma: *"As cidades são grandes porque há especulação e vice-versa; há especulação porque há vazios e vice-versa; porque há vazios as cidades são grandes"*[43]. Com os vazios aumentam os déficits residenciais, empurrando a população mais pobre para as áreas mais distantes e desprovidas de infra-estrutura urbana como água, energia elétrica, transporte e esgoto.

Em outras palavras, quanto maior a aglomeração urbana e mais vasta sua área, mais diferenciadas as atividades e a estrutura de classes, mais visíveis se tornam seus problemas e, quanto menor sua aglomeração, menores os conflitos entre os interesses econômicos e sociais.

Esse contexto de mudança na economia brasileira e transferência de um grande contingente do meio rural para o urbano acarretaram mudanças na estrutura social dessa população. Entre os elementos do sistema de valores afetados estão os costumes e o próprio sentimento de pertencimento que a migração causa ao migrante pelo rompimento de laços familiares e de amizade, se bem que estudos mostram que os mesmos são reelaborados sobre outras bases, mas resguardando laços de parentesco e de amizades, principalmente tendo em consideração que as migrações quase sempre foram realizadas à margem de uma política oficial do Estado[44].

A especulação imobiliária, neste contexto, foi aguçada pelo surgimento do Estado na sua função de agente produtor do espaço urbano, distribuindo os equipamentos de consumo coletivos necessários à vida nas cidades, *fenômeno da urbanidade.* Entre os elementos de consumo coletivos mais importantes destacam-se: abastecimento de água, energia elétrica, telefone, o sistema de transporte coletivo; os espaços coletivos de lazer e esporte; os equipamentos e serviços de saúde, educação e habitação. Ao instalar esses equipamentos em um sítio natural, o Estado assume a provisão de um destes valores de uso,

[43] Idem, p, 33.
[44] DURHAM, Eunice R. *A Caminho da Cidade: A vida rural e a migração para São Paulo*, São Paulo: Ed. Perspectiva, 1984, p. 91.

desencadeando disputas entre atividades econômicas instaladas no local, ou de pessoas por aquele espaço. Esses interesses se desencadeiam por vários fatores, um deles pode ser a qualidade do padrão de vida que ali se desenvolveu, ou seja, o Estado na sua função de agente produtor do espaço urbano, ao equipá-lo para atender as necessidades, valoriza seu valor funcional, além de alterar o seu valor de troca.

Segundo Rodrigues,

> *"todos os cidadãos contribuem para esta produção, pelo pagamento direto ou indireto de taxas e impostos, seja pela produção de sua casa na cidade. Um dos casos mais comuns de contribuição direta na produção ocorre quando se compra um terreno numa área pouco ocupada e se constrói (autoconstrução, empreendida). Logo após as primeiras construções, os lotes vagos são vendidos, a preços mais elevados que os primeiros, sem que os terrenos vagos tenham sofrido qualquer transformação*[45]*".*

Essas produções sociais da cidade, geradas pelos que constroem suas casas, beneficiam àqueles que deixam seus terrenos vazios, inclusive os empreendedores imobiliários. Desse modo, vão sendo direcionados para esses espaços os investimentos ao longo do tempo. O próprio planejamento urbano por meio do Plano Diretor de cada cidade torna-se um elemento organizador do espaço em zonas determinadas para atender a tendência do mercado imobiliário, financeiro e industrial. Dessa forma, o processo especulativo torna-se fator determinante da expansão do sítio urbano e o marketing urbano gerador dos diferentes espaços por meio da implantação dos serviços coletivos. Assim, o Plano Diretor tornou-se, em muitos casos, um instrumento institucional mais poderoso e determinante da segregação socioespacial.

Lefebvre em a "A Revolução Urbana", utiliza o conceito de "revolução urbana" e designa a ele o conjunto das transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominaram as questões de crescimento e de industrialização, ao período no qual a problemática urbana prevalecerá definitivamente, sendo que a busca

[45] RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas Cidades Brasileira.* São Paulo: Contexto, 1988, p.

das soluções a esses problemas e as modalidades próprias à sociedade urbana passarão ao primeiro plano[46].

Ao focalizarmos duas realidades socioespaciais especificas, tivemos a preocupação de evidenciar que tal problemática não esteve desvinculada do processo de desenvolvimento econômico e industrial da cidade de São Paulo, que promoveu no seu bojo expansão correlata e diferenciada dessa "revolução urbana" para sua periferia.

2.1 São Paulo: de Pouso de Tropa a Metrópole Industrial

Após 1930, a política econômica deixa de ser estruturalmente agrário-exportadora e ganha característica industrial. Nas décadas subsequentes o afluxo de camponeses para o espaço urbano ganha tamanho vulto a ponto de ter invertido, a partir do final da década de 1970, a relação entre os habitantes no campo e na cidade. Ou seja, até os anos 1970 a maioria da população brasileira vivia no campo, a partir de então, na década de 1980, a maioria passa a viver nas cidades. Hoje este percentual é de aproximadamente 81%, como podemos visualizar na tabela a seguir.

Tabela 5 – População Rural e Urbana e Total do Brasil.

ANO	POPULAÇÃO RURAL (%)	POPULAÇÃO URBANA (%)
1940	68,77	31,23
1950	63,80	36,20
1960	55,30	44,70
1970	44,10	55,90
1980	32,30	67,70
1991	24,50	75,50
2000	18,75	81,25

Fonte: Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

[46] LEFEBVRE, Op. Cit. 1999, p.19.

São Paulo nesse universo foi se transformando num espaço urbano repleto de contradição socioespacial. Ergueram-se novas fábricas, uma atrás da outra, e residências tinham que ser construídas rapidamente para abrigar as ondas de trabalhadores chegando a cada ano. As funções não eram separadas espacialmente, as fábricas eram construídas perto das casas, o comércio e serviços intercalavam-se com residências. Embora os trabalhadores e a elite vivessem relativamente próximos, havia uma tendência de a elite ocupar a parte alta da cidade, em direção à Avenida Paulista, e os trabalhadores ocuparem as áreas mais baixas, próximas às margens dos rios Tamanduateí e Tietê [47].

Nesse contexto de "desordem" proveniente do rápido crescimento urbano, as preocupações com higiene, saúde e como organizar o espaço urbano para abrigar os pobres numa cidade que se industrializava, passaram a ser frequentes. Questões ligadas ao saneamento, à circulação de pessoas e de mercadorias, passaram a ser problema do cotidiano paulistano. No passado esses problemas também foram vividos por cidades como Paris e Londres, que não estavam preparadas para a produção industrial. Eram cidades orgânicas, ou seja, anteriores à cidade fordista, assim como São Paulo, em que a manufatura ocorria num espaço orgânico, cooperativo e solidário. Mas foi necessário naquele novo contexto industrial dar início à primeira transformação urbana, que resultou, por exemplo, numa Paris organizada de forma radiocêntrica. A cidade medieval orgânica foi destruída para dar lugar à cidade industrial fordista. No contexto da modernidade, a reforma urbana de Paris representou um exemplo de "destruição criativa".

Na primeira metade do século XX, São Paulo, então governada pelo engenheiro Prestes Maia (1938-1945), conheceu a base do seu urbanismo, que desde os anos 1930 foi definido a partir de avenidas circundantes e transversais ao centro e transformando-a de "cidade orgânica", não voltada para a produção industrial fordista numa cidade organizada, adequando-a para as mudanças para a nova fase do processo produtivo fordista industrial. Daí, o orgânico cede espaço ao organizado e o planejamento urbano vai construir a cidade do controle em sua forma fordista, que passou a ser um novo instrumento de organização espacial e também de segregação social.

---

[47] CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34 / Edusp, 2000, p. 214.

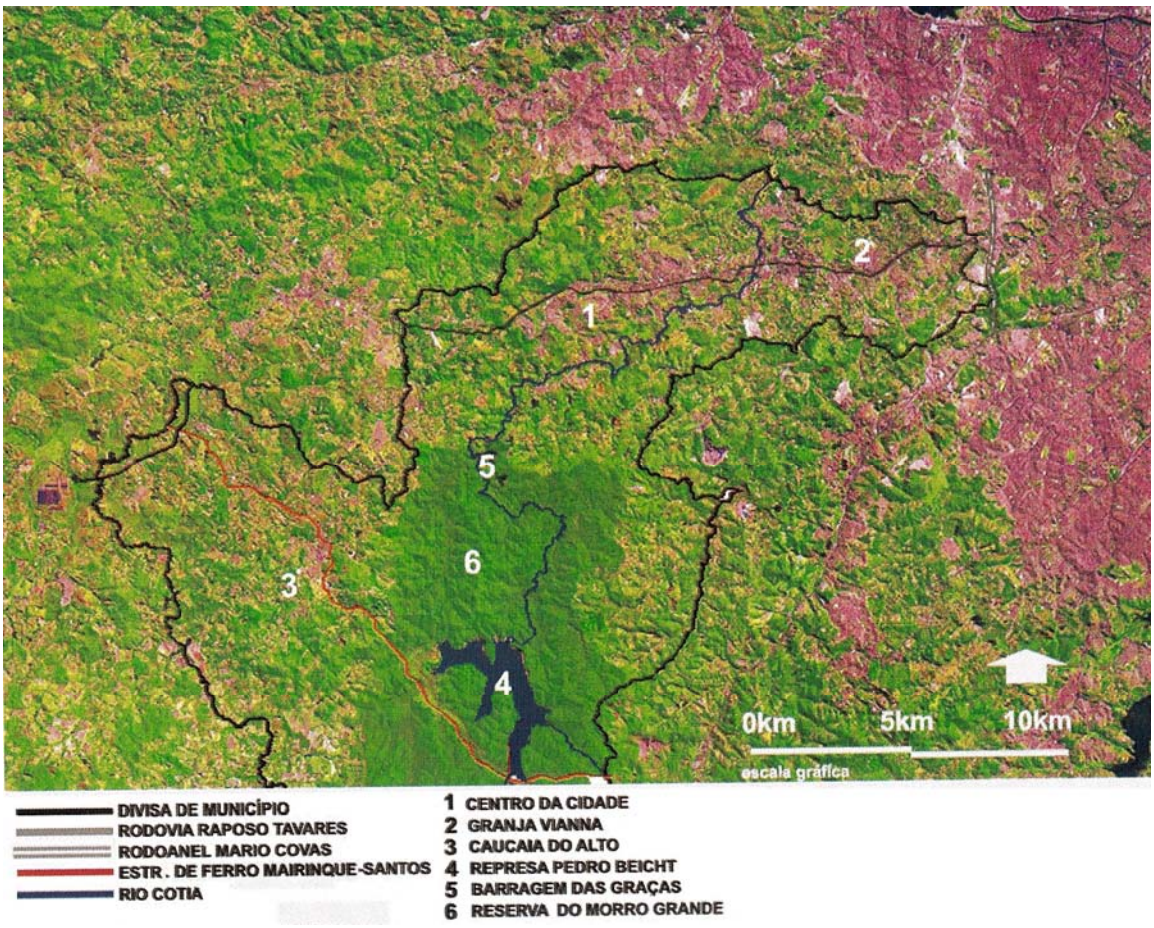
Nessa linha de raciocínio, Caldeira afirma que São Paulo teve ao longo do século XX três diferentes padrões de segregação. O *primeiro padrão* se estendeu do final do século XIX aos meados do século XX e produziu uma cidade concentrada com muitos problemas, como falta de saneamento básico, coleta de lixo, falta de coleta e tratamento de esgoto. *O segundo* padrão de segregação foi o centro-periferia, que se estendeu até aproximadamente 1980, mas podemos afirmar que esse padrão está em processo e continua atualmente promovendo uma pressão demográfica no Município de Cotia, que resulta no contínuo crescimento da mancha urbana da Grande São Paulo, transferindo parte de sua população aos municípios periféricos dessa Metrópole, e Cotia é um deles. *O terceiro* padrão vem se configurando desde as últimas décadas do século XX, mudando consideravelmente a paisagem urbana. Esse terceiro padrão ocorre concomitantemente ao segundo. As mudanças na paisagem segregam os diferentes grupos sociais, muitas vezes próximos, mas separados por muros – são os condomínios fechados – que ela chama de "enclaves fortificados", espaços privados [48].

Nesse segundo padrão de segregação o Estado teve papel fundamental, já que leva infra-estrutura de transporte para atender aos novos loteamentos da periferia. "O desenvolvimento de linhas de ônibus ligando os novos bairros periféricos ao centro, garantia a integração dos novos núcleos como áreas viáveis de moradia"[49]. Nesse contexto de expansão da periferia cria-se um ambiente propício para o surgimento de inúmeras associações de moradores, as "Sabs", que tinham como objetivo organizar o local de moradia, pressionando os poderes públicos para obtenção dos equipamentos urbanos necessários.

Na imagem de satélite a seguir, em que o município de Cotia aparece delimitado no extremo oeste da Grande São Paulo, podemos ver que em todo o município, com exceção da Reserva do Morro Grande, a paisagem natural está bastante alterada.

[48] Idem. p, 211.
[49] GOHN, Maria da Glória Marcondes. Lutas pela Moradia em São Paulo. Tese de Livre Docência. FAU-USP, 1987 .

Imagem 1 – Limites do Município de Cotia e mancha urbana da porção oeste da Grande São Paulo. – Imagem de satélite, 2006.



Fonte - A Cidade e a Estrada, imagem de satélite, 2006.

Nessa imagem podemos observar o processo de expansão urbana da Grande São Paulo, uma verdadeira suburbanização que a cidade vem impondo aos municípios satélites. Com o olhar voltado à porção oeste, onde se localiza o Município de Cotia, é possível observar os efeitos das transformações na paisagem, provocadas pelas atividades agrícolas e extrativas que se espalham por todo o município, com exceção da Reserva Florestal do Morro Grande. Mas não devemos atribuir essas alterações do espaço somente à suburbanização que a metrópole vem impondo desde meados do século XX, elas tiveram inicio anteriormente, como já abordamos no Capítulo I, não que aquelas atividades não eram necessidades da cidade de São Paulo, já eram desde o século XVIII. Mas é a partir do

último quartel do século XX, quando Cotia também se industrializa, que a transformação na paisagem natural aumenta num ritmo numa visto antes.

Tais transformações são responsáveis pelos grandes problemas ambientais hoje existentes em Cotia. Ao analisarmos os problemas socioambientais, mostraremos que essa expansão urbana pouco se pautou em procedimentos adequados de preservação ambiental, apesar da vasta legislação disponível. Da mesma forma os direitos sociais não são respeitados (mesmo com uma constituição que os contempla), provocando a degradação na qualidade de vida da população de baixa renda, que começou em meados do século XX e se estende até os dias de hoje, como revela essa pesquisa.

Um interessante relato dessa condição de vida na cidade de São Paulo no final da década de 1950 pode ser observado no livro de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de Despejo. E*scrito sob a forma de um diário, relata o cotidiano de uma mineira, mãe solteira de dois filhos, que, como milhares de outros migrantes, chegavam à cidade diariamente. Segundo a autora, que vivia na favela do Canindé, às margens do rio Tietê, depois de 1950 a vida social dos habitantes sofreu grandes transformações com a chegada de muitos "nortistas", que promoviam muitos bailes e brigas com "peixeiras". Para esta mulher perspicaz, que coletava lixo em diversas áreas do centro da cidade, se a cidade fosse uma casa, os bairros ricos e as casas bonitas que ela observava em sua jornada diária, seriam a sala, a varanda, os vasos nas janelas. Já o quarto de despejo era a favela, o lugar dos enjeitados[50].

Devemos deixar claro que a crise urbana que São Paulo começou a viver em meados do século XX não foi um fato inédito. Menegat fala da revolução urbana ocorrida da Europa no século XVIII, primeiramente na Inglaterra, quando instauraram uma nova ordem jurídico-política, baseada na propriedade pública e privada no campo e na cidade. Segundo a autora, o esquadrinhamento (cercamento) das terras privadas desencadeou o desenraizamento de milhões de camponeses, e estes rumaram em marchas buscando ingresso no meio urbano, amontoando-se em bairros segregados.

Esta situação de desordem chegou ao extremo, e o excedente populacional foi deportado para as Américas, tendo início no século XVIII e intensificado no XIX,

[50] DE JESUS, Carolina Maria. *Quarto de despejo: o grito da favela que tocou a consciência do mundo inteiro.* 2ª ed. São Paulo: Edibolso, 1976, *p. 32*

ilustrando bem uma dada faceta, a articulação centro-periferia na resolução de tensões sociais motivadas pela regulamentação da propriedade[51]..

Ao instituir a propriedade privada, o proprietário criou o seu outro, o sem-propriedade ou sem-teto, para os moradores da cidade e os sem-terra para os moradores rurais. A modernidade capitalista impõe para a maioria a experiência terrível de desenraizamento, ou de remoção, termo técnico do campo do planejamento urbano.

Como podemos ver, o desenvolvimento econômico, o planejamento urbano e a crise urbana, são temas que já foram discutidos por muitos teóricos a partir de diferentes pontos de vista e em diferentes momentos: a partir do século XIX na Europa, no final do mesmo século nos EUA, e em meados do século XX, no Brasil e algumas cidades da América Latina.

2.2 – Crise Urbana e Política Habitacional

Tais reflexões nos possibilitaram compreender aspectos cruciais da problemática habitacional e eleger as questões que nortearam esta pesquisa, ou seja, o déficit habitacional, ou problemática habitacional, visto como consequência da política habitacional do Brasil a partir da década de 1970, em particular no Município de Cotia. Processo vivenciado por famílias que habitam moradias precárias em espaços que deveriam ser preservados, como é o caso do manancial hídrico onde foi construída uma extensão do bairro Jardim Panorama, na zona sul da cidade, e a encosta e nascente onde foi construída uma extensão do Parque Turiguara.

Chamaremos a atenção para os resultados da atuação do Estado na área habitacional, num país de economia liberal. Nele o sistema social pode ser subdividido em dois subsistemas: governamental e de mercado. Sabemos que o Estado é precipuamente, representativo dos interesses do mercado e, em escala bem menor, dos interesses sociais[52].

---

[51] MENEGAT, Elizete. A periferia é o limite: notas sobre a crise do modelo ocidental de urbanização. In. Cadernos Metrópole / Grupo de Pesquisa Pronex, p 110.

[52] SANTOS, Milton. *Espaço e Método – A Evolução Espacial como Cooperação e Conflito em um Campo de Forças,* São Paulo : Nobel, 1985 p. 75.

Desse modo, o resultado da intervenção do Estado vem resultando em diferentes organizações do espaço, sendo alguns dotados de infra-estrutura e outros não. Assim, a presença de infra-estrutura valoriza de modo claramente diferencial as diversas frações do solo ocupado, resultando numa urbanização repleta de contradições.

O urbano, segundo Lefebvre, é uma forma mental e social, a forma da simultaneidade, da reunião, da convergência, do encontro. É uma qualidade que nasce de quantidades (espaços, objetos, produtos). É uma diferença ou, sobretudo, um conjunto de diferenças que não pode ser definido nem como apegado a uma morfologia material, nem como algo que pode se separar dela[53], é o humano interagindo com o físico. Destas características do urbano nasce o direito à cidade e, conseqüentemente, os direitos do cidadão que, ao não ser contemplados ou não respeitados, como por exemplo, o direito à moradia, produz o não-cidadão[54].

Em outras palavras, os fundamentos dos direitos que deveriam nortear as políticas habitacionais não se fazem presentes na ação do Estado, não transformam as orientações e concepções adotadas pela economia de mercado e nem incorporam as preocupações urbanísticas que visam o habitat saudável e sustentável ecologicamente, sugeridos nos diferentes documentos nacionais e internacionais como o Estatuto das Cidades e a Declaração dos Direitos Humanos, este talvez o documento internacional mais conhecido da História. Ao contrário, a política habitacional no Brasil alimenta, de forma permanente, relações políticas marcadas pela troca de favores e manutenção de clientelas, limitando o pleno desenvolvimento de uma democracia verdadeiramente includente. Finalmente, o modelo condena a cidade como um todo a um padrão insustentável do ponto de vista ambiental e econômico, já que impõe, para o conjunto da cidade perdas socioambientais muito difíceis de recuperar.

A “problemática urbana” é fruto do modelo econômico adotado no Brasil. No primeiro momento o modelo de substituição das importações de produtos não duráveis, no contexto da crise mundial do pós 1930 e, após a Segunda Guerra Mundial, com a substituição das importações de produtos duráveis pelos que seriam produzidos aqui. Assim, consolidou-se a política “Desenvolvimentista”, que prometia um crescimento a

[53] LEFEBVRE. Op. Cit. 1999, p 78
[54] SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2007, p. 12.

passos largos e, a largos passos também cresceram os problemas sociais, entre eles o habitacional. É necessário fazer uma observação quanto ao modelo desenvolvimentista: ele ocorreu, mas, como todo desenvolvimento econômico, não atende a uma parcela significativa da sociedade, gerando uma parcela considerável de excluídos.

O modelo de produção adotado foi o *fordismo,* que se fundamenta, entre outros elementos, na instalação de grandes plantas industriais, com necessidade de numerosa mão-de-obra e, conseqüentemente, de grande concentração populacional. O Estado tornou-se agente facilitador desse processo por meio de recursos financeiros destinados à mecanização da agricultura, com maior intensidade no Estado de São Paulo, o mais desenvolvido na agricultura e maior receptor dos fluxos migratórias vindos de diversas direções do país. Além disso, promoveu políticas salariais diferenciadas entre o Sudeste e as demais regiões. O Nordeste foi o maior responsável pelo fornecimento de mão-de-obra necessária ao novo modelo econômico industrial, assim como Minas Gerais[55].

O processo de industrialização nos fornece o ponto de partida para a compreensão dos problemas que a sociedade moderna, ou de consumo, conseguiram angariar. Partindo do pressuposto de que a cidade já existia antes da industrialização, é mais fácil compreender a teoria da "destruição criativa" sofrida por algumas cidades européias e no Brasil como foi o caso de São Paulo, quando a cidade neoclássica (cafeeira), foi dando lugar à cidade fordista e os antigos centros foram perdendo suas funções ou parte delas, dando lugar às exigências do novo mercado consumidor de mercadorias e serviços. Ampliou as vias de circulação adequando a cidade para a economia de escala, de concentração de capital e pessoas.

Os centros antigos vão ganhando valor de consumo e de troca à medida que ganham novas funções, de antigos núcleos comerciais e religiosos a novos centros financeiros. Muitas residências vão se transformando em comércios e escritórios e a população vai se deslocando para periferias distantes. Num segundo momento, nas duas primeiras décadas do século XX, com o enriquecimento de parcela de imigrantes desencadeou-se uma corrida burguesa para a Avenida Paulista e outros bairros, e paulatinamente o antigo centro foi sendo substituído e tornando palco das atividades

[55] MIRANDA, Silvanir Marcelino de. "O Vai Vem da Sobrevivência: A Pastoral dos Migrantes e as Migrações no Brasil na década de 1980. Dissertação de Mestrado. PUC São Paulo: 1993, p. 43.

financeiras. O “velho centro” de São Paulo se transformou, mas sobreviveu, mesmo tendo diminuído seu valor de troca, e a população de menor poder aquisitivo volta a habitá-lo em parte, dando preferência às moradias coletivas, aproveitando os antigos casarões, os cortiços.

Nesse processo de “implosão-explosão” da cidade, entra em cena um novo agente imobiliário de origem canadense, a Companhia City, passando a lotear grandes extensões que atingiram a várzea do rio Pinheiros, ultrapassando-o, chegando ao Butantã. A partir das iniciativas desta Companhia, a cidade se expandiu no sentido oeste, e outras direções a partir de 1940. Podem ser citados dois exemplos de maior crescimento: um na zona sudeste de São Paulo, o Jd. da Saúde, com 73%, de crescimento, o que o coloca em primeiro lugar, e o outro, o Butantã, na zona oeste, com taxa de crescimento de 68% .

Como já foi observado, a partir da década de 1940 o processo de urbanização se intensificou, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, engendrando rápido crescimento das cidades. Conseqüentemente as cidades pólos que foram adquirindo status de metrópole anexaram as pequenas cidades circundantes, num processo de conurbação. Assim, em 1973 foi aprovada a Lei complementar nº 14/73, de 08.06.1973, criando oficialmente as primeiras regiões metropolitanas do Brasil: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, Recife, Porto Alegre, Curitiba e Belém, e a Lei Complementar Estadual nº 94/74, de 29.05.1974, disciplinou a RMSP.

Esse processo de urbanização foi percebido com mais nitidez a partir de 1950, quando a população urbana brasileira passou de pouco menos de 15% do total em 1940, e quase 28,43% em 1960, e em 1980, atingiu (51%), como mostramos anteriormente na tabela de população urbana, tornando o Brasil um país urbano[56].

As cidades com mais de um milhão de habitantes eram duas em 1960, (São Paulo e Rio de Janeiro), cinco em 1970, sete em 1980, dez em 1996[57]. Atualmente, segundo a contagem do IBGE, por estimativas referentes a 1º de abril de 2007, elas são doze: com 10,9 milhões de habitantes, o município de São Paulo é o mais populoso do país, seguido

[56] SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1994* p., 69.
[57] Idem, p, 74.

da cidade do Rio de Janeiro (6,1 milhões), de Salvador (2,43 milhões) e Belo Horizonte (2,41 milhões). No bloco das que ultrapassaram o primeiro milhão, mas não chegaram a dois estão Curitiba (1,8 milhão), Recife (1,5 milhão), Porto Alegre (1,42 milhão), Belém (1,41 milhão), Goiânia (1,244 milhão), Guarulhos (1,236 milhão) e Campinas (1,03 milhão)[58].

Como podemos observar na tabela abaixo, houve aumento populacional expressivo nas Regiões Metropolitanas a partir de 1940.

Tabela 6 – População das Regiões Metropolitanas[59].

Ano	População que se instala nas Regiões Metropolitanas	% do aumento da população nacional que se instala nas Regiões Metropolitanas
1940/1950	3.052.907	28,75
1950/1960	5.952.919	32,62
1960/1970	8.596.874	37,46
1970/1980	11.259.743	43,37

Analisado essa tabela podemos fazer um paralelo entre duas Regiões Metropolitanas, a de São Paulo e Rio de Janeiro. A R.M.S.P. – Região Metropolitana de São Paulo cresceu 10,31% entre 40-50, 11,42% entre 50-60, 14,64% entre 60-79 e 17,73% entre 70-80. Em números absolutos, o crescimento demográfico da R.M.S.P. vem sendo maior que o correspondente à R.M.R.J. quase uma vez e meia. Entre 1970 e 1980, enquanto que todas as regiões metropolitanas instalaram 11.259.743, só a R.M.S.P recebeu 3.351.600 de migrantes, enquanto que a R.M.R.J recebeu 1.337.600[60]. Em outras palavras, São Paulo e Rio de Janeiro são responsáveis pela absorção de mais de um quarto do incremento total da população brasileira nesse decênio.

[58] Folha de São Paulo, 06/10/07, Cotidiano p. 6.
[59] SANTOS, Op. Cit. 1994, p. 76.
[60] Idem, p, 78.

Na tabela 7 veremos que o percentual do crescimento demográfico nas Regiões Metropolitanas brasileiras superaram a de São Paulo e Rio de Janeiro, com exceção de Recife, que nos dois períodos apresentou em relação a São Paulo valores inferiores. Mas, em números absolutos, São Paulo e Rio de Janeiro continuam com maior crescimento

Tabela 7 – Taxa de crescimento das Regiões Metropolitanas do Brasil de 1980 a 2000.

Regiões Metropolitanas	Taxa de crescimento 1980/1991 (%)	Taxa de crescimento 1991/2000 (%)
Belém	2,65	2,82
Fortaleza	3,49	2,43
Recife	1,85	1,49
Salvador	3,18	2,15
Belo Horizonte	2,52	2,37
Rio de Janeiro	1,01	1,15
São Paulo	1,86	1,63
Curitiba	3,64	3,17
Porto Alegre	2,15	1,69
Total	1,98	1,77

Fonte - Anuário Estatístico IBGE 1980 a 2000.

Medidas atenuantes para o déficit habitacional, como o estabelecimento de um mercado da habitação “por atacado”, a partir da criação do Banco Nacional da Habitação e do Sistema Financeiro da Habitação, geram novas expectativas para a população, porém na maioria das vezes infundadas, já que as políticas implementadas por eles excluía todo o contingente de trabalhadores que não dispunham de trabalho fixo e carteira de trabalho assinada.

Uma pesquisa realizada pelo IBGE no ano de 1985 mostrou que havia aproximadamente 40 milhões de pessoas vivendo em cidades. Desse total, 3,8 milhões ganhavam até meio salário mínimo, 6 milhões recebiam de meio a um salário mínimo e

outros 10 milhões com renda de 1 a 2 salários mínimos. Somando totalizaram 15,8 milhões de trabalhadores ou quase 50% da população urbana. Quando se constata que os financiamentos do BNH tinham como atender as famílias com renda mensal de um a três salários mínimos, limite posteriormente ampliado para cinco, notamos que a política habitacional não tinha como objetivo solucionar o problema do déficit habitacional da classe trabalhadora, mas sim de diminuir as tensões nas áreas urbanas, através da geração de empregos na construção civil[61].

Analisando mais de perto a política habitacional no Brasil, podemos ver que há muitas contradições nas cidades corporativas. Segundo Santos, o Estado é chamado a exercer um papel extremamente ativo na produção da cidade. Num primeiro momento, boa parte da formação do capital coube aos próprios agentes econômicos, ou seja, arcar com uma parcela de investimento na implantação das economias de aglomeração, indispensáveis ao funcionamento da máquina econômica e do organismo social. Num segundo momento, o Estado foi levado a assumir cada vez mais esses encargos. Nessas cidades corporativas os investimentos públicos atendem cada vez mais às empresas hegemônicas, sendo destinado ao grosso da população apenas uma ínfima parcela dos investimentos, obedecendo à mais estrita racionalidade capitalista, em nome do crescimento econômico do país[62]. Dessa forma, o próprio poder público, por meio de melhorias em infra-estrutura, como meio de transporte e saneamento básico para atender as grandes empresas, faz essas áreas se valorizarem, empurrando a maioria da população para as periferias, tornando-se, ele próprio um criador de privilégios, fomentando assim a produção de espaços vazios dentro da cidade. Como vemos, o Estado atua de forma direta na geração de problemas urbanos, ainda que prometendo resolvê-los.

Devemos lembrar ainda que no cômputo do salário está, teoricamente, incluída uma parte referente à habitação, mas sabemos que o salário não permite prover a moradia, então não resta alternativa ao trabalhador senão a autoconstrução. Nesse contexto, Rodrigues chama a atenção para a ideologia dominante existente nos programas para a habitação popular anunciada pelo Estado.

---

[61] RODRIGUES, Arlete Meysés. Op. Cit., ????p.53-56.
[62] Idem. p, 110.

> *"À medida que um grande número de trabalhadores autoconstrói sua casa, esse trabalho não remunerado contribui paradoxalmente para que o custo da habitação entre cada vez menos no cálculo do salário, embora pese cada vez mais nas costas dos trabalhadores. Estranha contribuição. À medida que trabalha durante seu tempo de descanso e passa a ser proprietário de uma casa, vai se somar ao número de possuidores de casa própria. O aumento da legião de proprietários contribui socialmente para que o pagamento da casa no cômputo do salário seja menor, o aluguel cai fora se seus cálculos. Em conseqüência, as reivindicações podem diminuir. Ou seja, é possível diminuir o nível de expectativa nos movimentos reivindicativos em relação aos salários, porque se calculará a sobrevivência sem o custo da moradia, e, assim, entende-se um dos aspectos da -" ideologia"- da casa própria, tão apregoada quando da criação do BNH*[63].

Faremos uma exposição breve da atuação do Estado na produção de habitação popular no Brasil para esclarecer tal contradição, tendo como referencial a criação, em 21 de agosto de 1964, da Lei 4.380, que instituiu o Sistema Federal de Habitação e o Banco Nacional da Habitação, com dupla finalidade: promover a recuperação econômica com investimentos no setor de construção civil e oferecer benefícios às massas urbanas. Ao mesmo tempo havia a necessidade de legitimidade do novo regime ditatorial e dar provas de que era capaz de atacar problemas sociais e resolver a questão da moradia, promovendo a popularidade do governo. Para prover fundos para o banco, criou-se o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – com a Lei 5.107, de 13 de setembro de 1966. Assim, os empregados passaram a depositar 8% de seus salários em bancos privados. Essa lei representou uma modernização no sistema trabalhista em que anteriormente o trabalhador recebia uma indenização ao ser despedido e em caso de dez anos consecutivos no emprego ganhava estabilidade. Essa medida foi tomada para atender interesses do capital estrangeiro e, como podemos ver, o Estado se mostrou frágil ante o capital produtivo[64]. Essa medida gerou o descontentamento da classe trabalhadora, principalmente a urbana e, para conter as pressões políticas adotou-se mecanismos de repressão aos movimentos populares.

Nesta época o Brasil já vivia experiências de país urbano, mesmo não sendo ainda sua população predominantemente urbana. Já existiam muitas aglomerações urbanas apresentando diferentes problemas, como por exemplo, o surgimento das favelas. Assim, o Estado criou uma política urbana nacional sob critérios diferenciados (entre 1964 a 1973),

---

[63] RODRIGUES. Op. Cit.1988, p.
[64] SCHMIT, Benício e FARRET, Ricardo. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986, p, 30, 31.

quando, em decorrência disso, no final desse período, foram criadas as regiões metropolitanas e, em 1976, a Empresa Brasileira de Transporte Urbano, EBTU.

Dentro da estrutura do BNH iniciou-se um projeto habitacional em um contexto mais amplo: o desenvolvimento urbano, ou seja, preocupações urbanísticas. Nesse sentido, o governo criou o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau), que deu ênfase particular ao desenvolvimento local e foi apoiada por um fundo especial oferecido pelo BNH, o Fundo de Financiamento para o Planejamento Local. Mas esse serviço só se viabilizou com a reforma administrativa prevista pelo Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, que visava mudanças na política urbana brasileira, entre elas a criação do Ministério do Interior que, como normalmente acontece, virou letras mortas.

Em 1968, com alguns fracassos do Programa de Ação Concentrada - PAC, que previa ação intensificada às necessidades do urbano, o BNH começou a operar programas de financiamento urbano para os saneamentos básicos, chamados de "desenvolvimento urbano". Essa fase também direcionou recursos a outras necessidades como transporte e equipamento físico de fins comunitários, como áreas de lazer, praças, etc. Segundo Schmidt e Farret, esta mudança de foco, da habitação para o desenvolvimento urbano, levou o Estado a fazer intervenções econômicas: investimento lucrativo, sanar deficiências que ameaçavam as taxas de acumulação de capital e as contradições resultantes das políticas existentes.

Como podemos perceber, o Estado se dispôs mais aos interesses do acúmulo de capital do que às provisões de bens e serviços de natureza coletiva. "*Como resultado, o Banco tornou-se o elemento fundamental no aprofundamento do processo de crescimento econômico na maior parte da economia urbana brasileira.*[65]. Dessa forma, a centralização da população e dos investimentos em torno de poucas áreas provocou um desequilíbrio regional, que teve sua origem no modelo de desenvolvimento adotado pelo próprio Estado brasileiro. Essa desigualdade regional, segundo Santos????, foi propícia à coexistência, nessas áreas, de dois seguimentos: o circuito superior, com elevada remuneração relativa vinculada à circulação de capital e das mercadorias; e no circuito inferior, as ocupações de baixa remuneração, com intuito de só pontuar um ou outro problema urbano.

[65] Idem. p, 48,49.

Esse modelo de acumulação capitalista tornou-se um campo fértil ao surgimento de focos de tensões sociais. Nesse contexto o Estado viu a necessidade de um tratamento diferenciado e assim cria as regiões metropolitanas em 1973 e em seguida desativa o Serfhau, criando a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana – CNPU, que deveria supervisionar a instalação das regiões metropolitanas.

O Estado criou um "sistema nacional de planejamento" acompanhando a política pública de habitação popular, em resposta ao universo incontrolável dessas tensões sociais criadas pelo próprio modelo de desenvolvimento, e atendia uma parcela da sociedade que já dispunha de algum benefício em detrimento da maioria.

Podemos constatar pelos dados quantitativos que a política habitacional brasileira, após a implantação desses vários instrumentos, não vem atendendo às demandas impostas pelo aumento da população no espaço urbano. Por exemplo, os Institutos de Previdência entre 1937 e 1964 produziram, em nível nacional, 37.725 unidades de habitação; a Fundação da Casa Popular, criada em 1946, construiu, até 1960, somente 16.964 unidades. Como a demanda se concentrava mais na Grande São Paulo, só a COHAB de São Paulo, ligada ao BNH, de 1967 a 1985, construiu 102.751 unidades, superando em muito o produzido no Brasil até esse período[66].

A partir desses números podemos perceber que a ação do Estado, de uma forma geral, procurou atender a demanda de moradia popular até aproximadamente 1976, como se pode constatar nos recursos alocados através dos investimentos urbanos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano[67].

---

[66] SOUZA, Gustavo de Oliveira Coelho de.*Do projetado ao vivido, a construção do lugar*: o meio ambiente na produção de conjuntos habitacionais. Departamento de Sociologia da UNICAMP, Campinas, SP: 1997 p, 105.

[67] SCHMIT, Benício e FARRET, Ricardo. Op. Cit. 1996, p. 49.

Tabela 8 – Investimento Habitacional

Ano	Bilhões de Cr$ *
1976	714
1977	356
1978	622
1979	262
1980	75
1981	12
1982	52
1983	83
1984	84

Fonte: (CNDU, maio 1984; preços de abril-1984).

Analisando o declínio nos investimentos destinados à habitação, podemos perceber que o Governo brasileiro passou a seguir orientações de agências internacionais e em particular o Banco Mundial, indicando que um dos focos de tensão mais críticos do quadro urbano estaria situado nos serviços de transportes, como já era constatado nos quebra-quebras de trens suburbanos e ônibus em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, a partir de 1974[68].

Assim,

> *"A prioridade da política habitacional se desloca com o correr do tempo: nos primeiros anos, os investimentos privilegiam as classes populares, sem dúvida na tentativa de legitimar o novo regime. No período de 1970 a 1975 o segmento popular passa para segundo plano, voltando a se tornar prioritário a partir de 1975. Estudos recentes destacam que apenas 18% do FGTS foram destinados à habitação de interesse social*[69].

A partir da criação da Empresa Brasileira de Transporte Urbano - EBTU, em 1976, o desequilíbrio dos investimentos entre o transporte e a habitação permaneceu por vários

[68] MOISÉS, José Álvaro e MARTINEZ-ALIER, Verena. *A revolta dos Suburbanos ou "Patrão, o Trem Atrasou". In. Contradições Urbanas e Movimentos Sociais,* 2ª Ed. São Paulo: CEDEC/PAZ E TERRA,1978, p. 13

[69] RODRIGUES, Op. Cit, 1988, p.

anos. Nessa fase de *desinvestimento* em áreas essenciais à reprodução da força de trabalho e do capital, foi gerado profundo déficit social, agravando os problemas urbanos. Na década de 1980 o processo de periferização das áreas urbanas, principalmente das regiões metropolitanas, atingiu a porcentagens próximas de 50%, e grande parcela da população passou a viver nas favelas. Como nos mostra Falcão, a aquisição da propriedade imobiliária não foi feita por vias legais, mas sim, por invasões urbanas.

Outro fato relevante foi a proliferação de loteamentos legais e clandestinos nas periferias. Sem infra-estrutura e sem equipamentos urbanos, o trabalhador passa a habitar essas áreas, gerando no mínimo três problemas. O primeiro é o loteamento novo que normalmente não é instalado nas bordas imediatas das cidades, mas em locais distantes, ficando grandes espaços vazios, criando as ilhas de "ruralidade" para atender a lógica do capital imobiliário, ou seja, com o passar dos anos essas ilhas vão ganhando infra-estrutura e aumentando seu valor de troca como já citado antes. O segundo é a distância do local de trabalho em relação ao novo loteamento, obrigando o poder público a investir mais em transporte e menos em habitações. O terceiro está relacionado às carências na infra-estrutura, principalmente na coleta e tratamento do esgoto sanitário, gerando poluição de mananciais e rios, conforme abordaremos no terceiro capítulo, focando os casos do Jardim Panorama e do Parque Turiguara, em Cotia.

Em 1973, com o objetivo de reordenar a política habitacional, o Conselho Administrativo do Banco Nacional de Habitação criou o Plano Nacional de Habitação Popular – PLANHAP, implantado em 1975 em São Paulo. Pela primeira vez houve a participação de capital federal com o sistema SFH/BNH e de recursos municipais e estaduais como os Fundos Estaduais de Habitação Popular – FUNDHAPS. Esses recursos deveriam atender a famílias com rendimento de até cinco salários mínimos[70]. Apesar das tentativas através desses mecanismos, permanece muito longe a possibilidade do poder público resolver a questão de moradia. Em 1975 o PLANAP regulamentou a concessão de financiamentos para cidades com 50 mil ou mais habitantes, e as regiões onde estivessem sendo ampliadas atividades econômicas geradoras de empregos. No mesmo ano criou o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados – PROFILURB, para a população com

[70] SOUZA, Op. Cit. 1997, p, 112.

renda entre zero e três salários mínimos. Este exemplo esclarece o teor ideológico da proposta do Estado, quando ele propõe que o programa se destinava a famílias com renda entre zero e três salários mínimos, pois ao considerar zero como renda, fica claro que o Estado não pensa em políticas públicas para a população sem renda, mas as inclui naquelas que exigem renda. Nota-se uma prática populista do Estado quando ele anuncia atendimento à população sem renda, que efetivamente não ocorre.

Em 1977 surgiu mais uma proposta do Governo Federal, anunciando provisão de moradias populares. Criou o Programa de Construção, Conclusão, Ampliação e Melhoria de Habitação de Interesse Social – FICAM, inaugurando entre as políticas públicas o conceito de habitação de interesse social. Como o programa também contemplava o anterior e financiava terrenos, a novidade foi que incluía a melhoria de habitações já existentes. Em 1979 criou um programa de maior sucesso, o Programa de Erradicação de Submoradia – o PROMORAR. Neste, as prefeituras municipais e as companhias de habitação foram os implementadores. No caso das cidades de São Paulo e Campinas, a própria COHAB-SP e a COHAB-Campinas, foram responsáveis por esse programa, que tinha como objetivos principais a erradicação das favelas para sanear a cidade, a viabilização de obras públicas e o amenizamento dos processos de ocupação de terras. Na ocasião, segundo Gohn, a prefeitura de São Paulo prometeu a construção de 17 mil unidades em 36 meses, com o objetivo de atender a 85 mil favelados. Após quatro anos, construiu menos de cinco mil unidades e foi extinto o programa[71].

Nos últimos anos que antecederam a extinção do BNH foi criado o Projeto João de Barro, porém de pequena repercussão,

“em 1987 o Programa Nacional do Mutirão e o Fala Favela, ambos vinculados à SEHAC – uma Secretaria Especial ligada à Presidência da República. Devido às suas características clientelistas e assistencialistas, e ao fraco acompanhamento técnico, além dos baixos recursos destinados a eles, esses programas fracassaram”[72].

[71] GOHN, Op.Cit, 1997, p. 170-176
[72] SOUZA, Op. Cit. 1997, p. 114.

Assim, a partir de 1986, o BNH é extinto e os recursos e dívidas, ou melhor, mais dívidas do que recursos, são absorvidos pela Caixa Econômica Federal.

Esses programas mencionados acima mostram claramente que o Estado vem perdendo sua razão de ser como provedor de políticas públicas. Uma criação do final do século XVIII, o Estado liberal vem sendo cooptado pelo capital, criando políticas atenuantes sobre questões sociais que, raramente ou nunca, têm ações de equilíbrio entre os interesses.

Abordaremos as conseqüências dessa inoperância do Estado com mais detalhes no próximo capítulo, onde trataremos dos problemas do déficit habitacional, considerando as necessidades habitacionais em duas áreas específicas na Região Oeste de São Paulo, na cidade de Cotia, nos bairros Turiguara e Panorama.

2.3 – O Caso de Cotia

A influência dos negócios empreendidos na próspera cidade prolonga-se para os lados sul e oeste, no sentido do velho sertão de Cotia e Itapecerica. Espaços privilegiados da Mata Atlântica, foram transformados em chácaras de recreio, de criação de galinhas, de hortaliças, plantações de batatas e outras atividades que valorizaram essas velhas terras, que por muito tempo permaneceram esquecidas.

Segundo Savioli, essa região, mesmo não fazendo parte do sistema de produção que mobilizou a Capital e o país, juntamente com outras circundantes, foram fundamentais para a urbanização e industrialização de São Paulo, que se intensificou no final do século XIX[73].

Conforme mostramos no capítulo anterior, a história de Cotia está diretamente relacionada à cidade de São Paulo e à industrialização da mesma no século XX. Sua formação foi fruto da conquista pelos bandeirantes e do aproveitamento dos antigos caminhos indígenas, usados por eles como via de acesso ao interior, Sorocaba e sul do país.

O processo de formação foi se consolidando na medida em que se intensificavam o comércio e a circulação de pessoas. Sobre isso Savioli traz elementos que confirmam a importância da via de circulação na organização espacial do município. Os primeiros

[73]SAVIOLI,Op. Cit. 2007, p. 43.

negócios foram de muares, e posteriormente de produtos agrícolas. Na virada do século XIX para o XX, quando São Paulo ganhava importância como centro econômico, Cotia foi se firmando como pólo agrícola abastecedor. Os primeiros migrantes japoneses chegaram ao Brasil em 1908, e trouxeram para Cotia, a partir de 1913, novas técnicas agrícolas como a jardinagem e correção do solo, incrementando essa função. As primeiras famílias se fixaram no Bairro do Moinho Velho, e entre 1915 e 1916 uma segunda corrente de imigrantes chegaram ao Morro Grande e se dedicaram à cultura de batata.

A formação da Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), em 1927, foi importante para resolver o problema de intermediação entre o produtor e o mercado de consumo. Assim, Cotia passou a fazer parte de um desenvolvimento econômico em que a cada década que se passava, ia se tornando mais dependente e influenciada pela Metrópole paulistana.

Como já citamos anteriormente, a rodovia, ao contrário da ferrovia, foi um agente de povoamento e no século XX passa a ser fundamental ao crescimento populacional e econômico. Com o início da reestruturação da estrada São Paulo-Paraná, em 1921 e, inaugurados os trechos São Paulo-Cotia-São Roque, em 1951, o governo do Estado entrega ao trânsito a rodovia pavimentada entre São Roque e São Paulo, que um pouco depois chegou à Sorocaba. A partir daí, Cotia passa a ter fluxo diário de ônibus vindos de Sorocaba e outras cidades, juntamente com caminhões madeireiros de Piedade e Ibiúna, região que substituiu a de Cotia quando as matas se tornaram raras nas proximidades de São Paulo[74].

Considerando o crescimento demográfico da cidade de Cotia, observamos que este foi expressivo: em 1980 a população era de 62.000 habitantes, saltando em 1991 para 106.306, e atualmente ultrapassa 180.000[75]. Esse crescimento é superior à cidade de São Paulo e da RMSP, como veremos na tabela abaixo.

[74] Idem, p,57.
[75] IBGE. A estimativa de 01/07/2006 era 179.685.

Tabela 9 – Taxa de Crescimento da População das Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo, dos municípios de São Paulo e Cotia e total do Brasil, 1980/91-1991/2000.

Unidades territoriais	TGC (%) Taxa de Crescimento anual	
	1980/1991	1991/2000
Regiões Metropolitanas SP	2,26	1,78
São Paulo	1,86	1,63
Cotia	4,79	6,55
Estado de São Paulo	2,13	1,80
Brasil	1,98	1,77

Fonte: (Censos Demográficos de 1980, 1991 e 2000; Elaboração: Emplasa 2002).

O dado que mais chama a atenção é o expressivo aumento da população do município de Cotia, se comparado ao da RMSP e de São Paulo. De fato, a cidade de São Paulo vem conhecendo uma intensa diminuição de seu crescimento nas duas décadas (em porções da cidade, sobretudo nos distritos centrais, onde vem ocorrendo uma queda dessa população). Em contrapartida, alguns dos municípios em seu entorno vêm conhecendo expressivas taxas de crescimento, por vezes motivadas pelo assentamento de populações mais pobres, que ao se dirigirem à metrópole não vão mais para São Paulo, ou então deixam essa cidade pelo alto custo de moradia, transportes e serviços; por vezes motivadas pelo assentamento de população mais rica (quando há a incorporação de loteamentos de alto padrão), ou mistura das duas situações, como é o caso de Cotia.

Esse fenômeno de macrourbanização e metropolização vem ganhando nas últimas décadas importância fundamental e engendrando, como conseqüência da concentração das atividades industriais e financeiras, também o aumento e a concentração da população e da pobreza.

SANTOS nos alertou para o fato de que

> *"a maioria dos estudos metropolitanos no Brasil é marcada por preocupações adjetivas. Isso se deve, em grande parte, a dois fatores interligados: 1) tais estudos começaram no país com objetivos de um planejamento limitado e restritivo, e estão mais preocupados em obter uma definição formal do que material, isto é, de conteúdo, do fenômeno metropolitano; 2) esses estudos tiveram prosseguimento para dar resposta a questões tópicas (casa, transporte)..."*

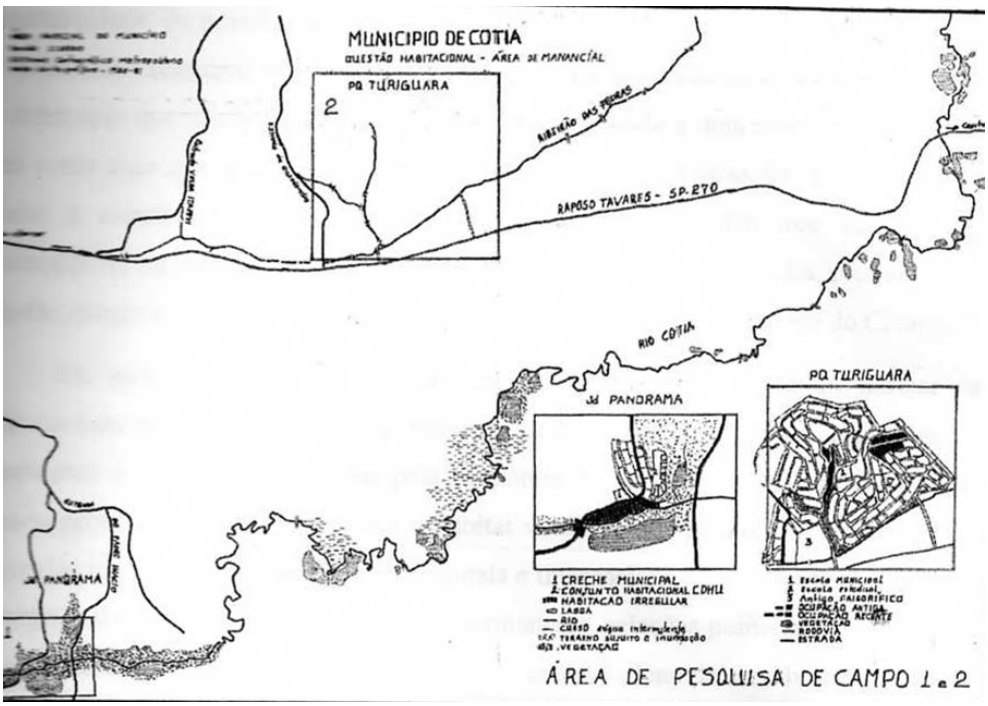
e foram pesadamente influenciados, nessa direção, pelas agências financiadoras, nacionais e estrangeiras, sem que universidades e órgãos de pesquisa quisessem ou pudessem reverter os rumos. O resultado foi o empobrecimento da pesquisa urbana sobre as metrópoles, tornando-a repetitiva e sem consenso. A pesquisa vai para um lado, enquanto a realidade aponta para outro[76].

A partir da nova configuração do Estado pela Constituição Federal de 1988, a participação da Sociedade Civil, Universidades, Centros de Pesquisas e do Terceiro Setor, é indispensável para pensar o processo de metropolização e suas conseqüências para as periferias. Nesse estágio de é cada vez mais necessário partilhar de questões na escala local, como moradia e ambiente, e tentar mostrar a inter-relação entre as cidades conurbadas.

A figura 7 representa a hidrografia que faz a drenagem pluviométrica e as nascentes mutuárias que alimentam o Rio Cotia. As duas áreas em destaque, 1 e 2, são o cenário de extremo descuido do Poder Público municipal para com o ambiente natural e criado.

[76] SANTOS, Milton. Op. Cit. 1994, p. 79.

Figura 7 - Representação Parcial de Cotia, Área 1 e Área 2. Base cartográfica escala:1:50. 000



Fonte - (Elaborado pelo autor).

O município de Cotia foi pouco contemplado com programas habitacionais para população de “baixa renda”. Houve, em 1980, a primeira construção de um conjunto habitacional vertical com prédios de quatro andares, o Jd. Residencial Rio das Pedras. Essa tendência de verticalizar, que Cotia vive a partir do início da década de 80, é possível relacionar com demanda por moradia. Depois desse conjunto, em 2000, houve mais quatro, de menor tamanho em relação ao anterior, outros dois também pequenos em 2003, 2004, outro, em 2006, da CDHU, este último de menor padrão que o primeiro.

Existem vários mecanismos utilizados na especulação imobiliária relacionada com a ocupação da cidade de Cotia. Um bastante utilizado é a distância entre o centro da cidade e os bairros construídos na década de 1970, como por exemplo, o Panorama, o Santana, o Jd. São Miguel e o Jd. Sandra, todos na zona sul da cidade, em direção à Reserva do Morro Grande. Ao lotear uma gleba, via de regra não se faz um loteamento vizinho ao já existente, mas deixa-se uma área vazia entre os dois. Outro mecanismo, e talvez o mais comum que ocorre atualmente nas áreas dos chamados loteamentos de alto padrão, (geralmente

fechados), é a venda, além da terra, de segurança, homogeneidade de classe social, equipamentos coletivos, ar puro, verde, local para lazer, etc.

Nas fotos a seguir, veremos a prática desse mecanismos. Na primeira, em sua parte superior direita, existe uma área de floresta remanescente, com idade aproximada de um século (foto 11). É nesse local que está sendo construído o maior empreendimento imobiliário até a época deste, em novembro de 2007.

Foto 11 – Vista parcial do Bairro São Miguel, em direção ao Atalaia, em 2004.

Fonte – Arquivo digital da SOS Mata Atlântica.

Na parte superior direita, na porção mais elevada do relevo, encontra-se um dos bairros centrais e dos mais antigos de Cotia, o Atalaia. Entre este e o São Miguel, visto também na próxima foto, há uma distância aproximada de cinco quilômetros em linha reta. Permaneceu assim por uns trinta anos aproximadamente, mas em 29/10/2007 um novo empreendimento surgiu, com o nome de Bairro Novo Empreendimentos Imobiliários S.A. Nas fotos 12 e 13 perceberemos a velocidade com que é retomada a expansão urbana nos

espaços vazios deixados na década de 1970, e também perceberemos que o novo Plano Diretor, aprovado em janeiro de 2008, flexibilizou a questão ambiental, tornando possível o desmatamento de grandes áreas de mata remanescente até então “preservadas”, para o capital imobiliário. Na próxima foto (12), tirada do mesmo ponto da foto anterior, de 2004, percebemos a rapidez da indústria da fábrica de morar. Foto tirada pelo autor em dezesseis de janeiro de 2009.

Foto 12 – Vista parcial do Jd. São Miguel, em direção ao Atalaia. Ao fundo, o Bairro Novo.

Fonte: arquivo digital do autor, 2009.

Na foto 13, a seguir, veremos um novo empreendimento próximo à Rodovia Raposo Tavares. Esta era a maior área remanescente à direita da rodovia e foi desmatada em dezembro de 2007.

Foto 13 - Novo empreendimento à direita da Raposo Tavares, sentido interior.

Fonte: Arquivo digital do autor, 2008.

Essa gleba permanece assim, sem incorporação, até março de 2009. Foi desmatada em meados de 2007, antes da homologação do Plano Diretor em janeiro de 2008. Localiza-se a aproximadamente dois quilômetros do bairro Atalaia. Em relação à foto localiza-se depois do Bairro Novo, quase que no horizonte da foto.

Aproveitaremos para mostrar nas fotos 14 e 15 a seguir, do loteamento visto na foto 12 na página anterior, o tamanho do desmatamento deste e de outros condomínios, sem esquecer que foram aprovados com o RIMA, Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente. Mesmo não sendo o objeto principal dessa pesquisa, achamos oportuno mencionar neste momento, pois, por meio desses recortes fotográficos daremos conta do poder que a esfera econômica tem nas decisões político-administrativas no construir a cidade. Essa reflexão econômica retomaremos na introdução do terceiro capítulo.

Nas imagens de satélite 2 e 3, à esquerda da página 62, veremos a dimensão do empreendimento. Na parte inferior da imagem 3, à esquerda, localiza-se um clube de

campo às margens do Rio Cotia. Nas fotos 16 e 17, também na página 62, veremos o construir de uma nova paisagem, como era e como está hoje.

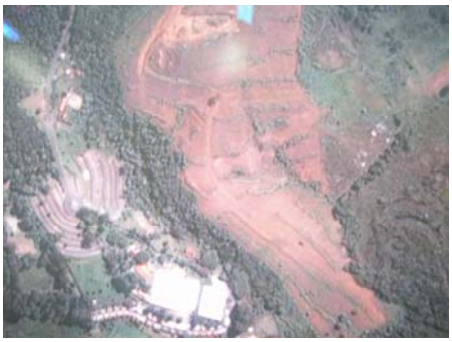
Imagem 2 - Área da primeira fase do Bairro Novo.

Fonte – Fonte – Google Earth, 2008.

Foto 14 – A mesma área em 11/2007.

Fonte – Arquivo digital do autor.

Imagem 3 – Segunda fase do Bairro Novo.



Google Earth, 2008.

Foto 15 – Como era em 06/2007.

Fonte – Arquivo digital do autor.

Nas fotos 16 e 17 veremos a primeira fase pronta do Bairro Novo, tiradas em 15/02/2009.

Foto 16 – Vista parcial do Bairro Novo.

Fonte – Arquivo digital do autor.

Foto 17 – Entrada do Bairro Novo.

Fonte – Arquivo digital do autor.

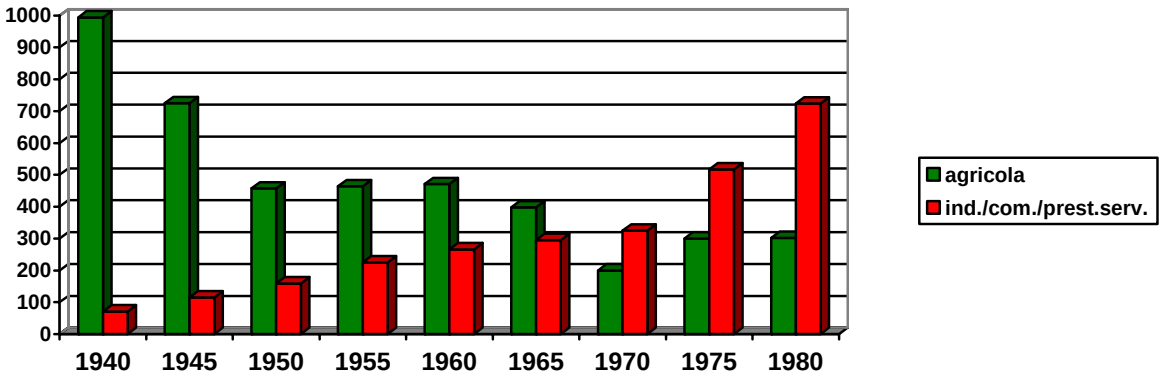
Esse novo Empreendimento foi apenas um dos muitos iniciados após entrar em vigor o novo Plano Diretor, em janeiro de 2008.

Em Cotia o capital imobiliário ganhou força com o início das obras de pavimentação e correção do traçado da Estrada São Paulo-Paraná em 1948, ligando Pinheiros a Vargem Grande. A partir de 1950 foram implantados os loteamentos de alto padrão da Granja Viana. Contudo, não foi só o capital imobiliário que investiu na região, mas também o industrial e o comercial. Nesse contexto, o que antes era considerado o "cinturão caipira" da Metrópole, passou a fazer parte integrante dela. Assim, Cotia despertou o interesse do capital imobiliário, sobretudo daquele destinado a residências, como demonstramos nos gráficos dos loteamentos cadastrados na Secretaria de Planejamento Urbano apresentados no capítulo anterior.

As atividades agrícolas foram cedendo espaço às chácaras de lazer ou segunda residência da população paulistana, ao longo da Rodovia Raposo Tavares foram se instalando as indústrias, possibilitando uma grande expansão nos setores de atividade industriais, de comércio e de serviços, levando a cidade a taxas elevadas de urbanização.

No gráfico a seguir veremos que em 1940 os estabelecimentos agrícolas, ou setor primário, se aproximavam de mil, enquanto que os das atividades industriais, comerciais e de serviços não chegavam a cem. Em 1970 este último setor superou as atividades agrícolas.

Gráfico 5 - Estabelecimentos Agrícolas X Estabelecimentos Comerciais e de Prestações de Serviços – 1940-1980.



F*onte: EMPLASA/DDU/CIP/CCA. Dados básicos: IBGE, Censo Agropecuário, Comercial e de Serviços do Estado de São Paulo.*

Como podemos observar, a partir de 1970 o setor primário perde a posição no número de estabelecimento para os dos setores secundário e terciário. Isto mostra que a urbanização do Brasil nesta mesma década foi acompanhada pela cidade de Cotia, assim como pelos problemas habitacionais.

Como constatamos nos levantamentos junto aos cadastros da Secretaria de Planejamento Urbano, a partir de 1970 a cidade de Cotia vem crescendo num ritmo acelerado, mas tanto a participação do Estado, quanto a do Município, foram inexpressivas, tanto no diz respeito à construção de habitação, quanto em infra-estrutura, como saneamento básico.

Capítulo 3 – Moradia, Direitos e Condições de Vida em Cotia

Para compreendermos os conflitos existentes entre ocupações de áreas de mananciais pela população de baixa renda e o ambiente, devemos abordar a dimensão econômica, pois sua mundialização na atual fase de acumulação capitalista apresenta-se de forma perversa, tanto para as populações quanto para o ambiente. Nas palavras de Santos,

> *"Concentração e centralização da economia e do poder político, cultura de massa, cientifização da burocracia, centralização agravada das decisões e da informação, tudo isso forma a base de um acirramento das desigualdades entre países e entre classes sociais, assim como da opressão e desintegração do indivíduo"* [77].

É perceptível que a mundialização econômica é responsável pela deteriorização dos padrões de vida da população de baixa renda, que já excluídas do mercado formal de trabalho são impelidas a ocuparem áreas destinadas como de preservação, como áreas de proteção dos mananciais.

Para dar continuidade ao processo de expansão do capitalismo, o sistema utiliza as técnicas e todo o conhecimento científico, formando um perfeito casamento entre a tecnologia e a ciência. De fato, a ciência precede a técnica, embora sua realização seja cada vez mais de subordinação da primeira pela segunda. Essa tecnologia é utilizada em escala mundial e objetiva a busca desenfreada do lucro, dado fundamental para refletirmos sobre os problemas atuais de desenvolvimento com equidade social. Nesse sentido, a ciência foi cooptada por objetivos econômicos em detrimento do social e denuncia uma postura cientifica desconecta de um enfoque teleológico. Entretanto, cresce cada vez mais a preocupação vinculada a um saber mais amplo que integre natureza e homem, engendrando uma visão sistêmica e a possibilidade de tornar o imperativo tecnológico mais flexível, ou seja, uma reflexão que considera o quanto a visão macro-econômica tem inibido uma visão da economia numa escala local. Daí a necessidade das ciências sociais irem em busca de compreender os conflitos e as potencialidades locais, viés que para o geógrafo é uma possibilidade metodológica relativamente segura.

---

[77] SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucutec, 1998, p. 17.

O fenômeno de urbanização nos países periféricos gerou uma metamorfose no espaço habitado em ritmo jamais visto, e o ser metamorfoseado por intermédio do processo produtivo mundializado vai tornando esse espaço um verdadeiro mosaico de particularidades. Em cada fragmento há diferentes graus de exclusão e inclusão social, frutos desse sistema econômico mundial. No Brasil esse fenômeno de urbanização esteve relacionado ao processo de industrialização tardia – substituição de importações por uma indústria nacional de modelo fordista - a partir de meados do século XX. A instalação do parque industrial na Região Sudeste, principalmente em São Paulo, se fez com a implantação de grandes indústrias que geraram demanda de grande quantidade de trabalhadores. Tal processo contou com inúmeros incentivos governamentais, como por exemplo, uma política salarial diferenciada que estimulou a concentração populacional nos centros industriais nascentes. Em conseqüência, a repartição geográfica da população mudou, certas regiões perdem população para outras, como é o caso do Nordeste, onde houve uma perda demográfica substancial.

Em termos gerais, o processo de urbanização e industrialização que se verificou no Brasil é considerado retardado em relação ao capitalismo central e se dá de forma acelerada, levando a população a multiplicar cinco vezes nas três ultimas décadas do século XX[78].

Além das mudanças quantitativas, as mudanças qualitativas referentes às condições de vida, ou seja, infra-estrutura e saneamento básico, não foram atendidas pelos governos em suas três esferas (estadual, federal e municipal). Ao contrário, verificamos a ausência de uma política de zoneamento industrial de comércio e serviços, residencial e ambiental, que marca o meio urbano cada vez mais por concentrações humanas que alteram as paisagens naturais de forma cada vez mais agressiva para ambos. Tudo isso se dá em um quadro de degradação onde as condições ambientais são suprimidas, com agravos à saúde física e mental das populações. “Deixamos de entreter a natureza amiga e criamos a natureza hostil”[79].

Um exame atual na metamorfose do espaço habitado leva-nos a perceber claramente que atingimos uma situação-limite, na qual o espaço se tornou um meio geográfico

[78] Idem, p.41.
[79] Idem, p. 43

totalmente diverso do existente, anterior a meados do século XX. Na medida em que o uso do solo urbano se torna especulativo e a determinação do seu valor tem como base inúmeras variáveis, como agente imobiliário, bens públicos, etc, esse processo se realiza por toda a Grande São Paulo, comprometendo não só a população de baixa renda, mas indiretamente toda a população.

Portanto, para iniciarmos uma discussão sobre a problemática urbana, não devemos nos esquecer que a industrialização foi o motor da transformação da sociedade em moderna e industrial, onde o papel da cidade foi importante para a arrancada do capitalismo industrial. No caso paulistano esse processo se apoderou da cidade rompendo os antigos núcleos históricos existentes, e em meados do século XX já era possível visualizar um processo de conurbação, que foi incorporando bairros operários, subúrbios e cidades vizinhas, levando a população a se amontoar, atingindo densidades inquietantes.

Os subúrbios são ambientes urbanos, porém desurbanizados, tal como ocorreu na Zona Leste da cidade de São Paulo, onde o poder público, ao se omitir na aplicação de políticas públicas, permitiu o avanço de um processo de ocupação aleatório, que dependia das condições e possibilidades da população. Não foi diferente o que ocorreu na região de Cotia. Neste contexto a industrialização se comporta como um poder negativo do urbano: *"o social urbano é negado pelo econômico industrial"*[80].

Hoje é urgente trilharmos um novo caminho em direção à práxis de um novo homem, o homem da sociedade urbana que não seja subordinado à "*ordem distante*", a ordem da sociedade, regida por poderosas instituições (Igreja, Estado), e atualmente administrada pelo poder econômico e política local, mas, estas últimas, comprometidas com o poder econômico, enquanto deveriam estar interagindo com a "*ordem próxima*" (*relação dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos)*[81]. Assim poderemos pensar na diminuição das contradições características dessa época como, por exemplo: a alta produtividade de alimentos de um lado, e o genocídio pela fome; de outro surgem direitos, e todos embasados em leis: direito à instrução e a educação, direito ao trabalho, à cultura, à saúde, à habitação e a um ambiente saudável, mas poucos contemplados.

[80] LEFEBVRE,Op. Cit.1991, p. .25.
[81] Idem, p.47.

3.1 – O imperativo do desenvolvimento econômico

> "*Quando a natureza ainda era inteiramente natural, teríamos, a rigor, uma diversificação da natureza em estado puro. O movimento das partes, causa e conseqüência de suas metamorfoses, deriva de um processo devido unicamente às energias naturais desencadeadas"*[82].

A presença do homem tornou um fator novo na diversificação da natureza, pois ele atribuiu às coisas um valor, acrescentando ao processo de mudança um dado social. Depois, as invenções técnicas vão aumentando o poder de intervenção dele sobre a natureza e ampliando a parte da "diversificação da natureza" socialmente construída.

Com a indústria, esta tendência de intervenção se acentua ainda mais. Sabemos que a finança é um grande denominador comum, num mundo em que os bancos, tornados globais, passaram a ter papel fundamental na nova divisão internacional do trabalho, e os países subdesenvolvidos têm suas limitações na capacidade de agir financeiramente, cabendo a estes se adequar ao sistema econômico mundial. Dessa forma, o Brasil foi obrigado a queimar etapas no processo de desenvolvimento econômico.

Segundo DEAN [83], a proposta de que se podiam conceber políticas de governo que estimulariam a acumulação de capital e a industrialização no pós-guerra, e com isso um ritmo de crescimento econômico muito rápido, levou a que muitos governos da América Latina não mais se limitassem aos interesses do capital estrangeiro, que passaram a investir como bem quisessem. Agora esse capital iria planejar e disciplinar tais investimentos. E iria mais longe: os governos instalariam fábricas por si mesmos, quando não houvesse interesse do capital privado. O desenvolvimento econômico envolvia mais que um crescimento temporário que experimentava uma prosperidade momentânea, agora o desenvolvimento fora imbuído dos valores positivos de independência e auto-realização. O atraso se encerraria, o tradicionalismo daria lugar à modernização e a nação alcançaria o desenvolvimento. Mas em vez disso, desastrosamente, o desenvolvimento se revelou um alvo sempre fugidio.

---

[82] SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 2004, 30-35.
[83] DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica.* 1996, p.280.

Essa modernização contemporânea que o Brasil trilhou, apoiada num modelo dependente, foi produto do sistema tecnológico, foi controlada pelo poder da indústria em grande escala, basicamente representada pelas firmas multinacionais e pelo peso esmagador da tecnologia, que dá à pesquisa um papel autônomo dentro do sistema, e pelas modernas formas de difusão da informação[84].

Santos chamou a atenção, na década de 1970, para a existência nas cidades de países subdesenvolvidos, de dois sistemas de fluxo econômico, cada um sendo um subsistema do sistema econômico global que a cidade em si representava.

> *"Um desses dois sistemas de fluxos é o resultado direto da modernização e diz respeito a atividades criadas para servir ao processo tecnológico e à população que dele se beneficia. O outro é também um resultado da modernização, mas um resultado indireto, visto que concerne àqueles indivíduos que só parcialmente se beneficiam, ou absolutamente não se beneficiam, do recente processo técnico e das vantagens a ele ligadas"* [85].

Pela primeira vez na história desses países foram introduzidas variáveis elaboradas no exterior e tiveram uma difusão geral sobre uma grande parcela do território, afetando todos os habitantes em diferentes níveis. Com a informação e a difusão de novas formas de consumo, geraram-se ao mesmo tempo duas forças: a de concentração populacional, como ocorreu em São Paulo, e posteriormente a de dispersão pelos municípios vizinhos, cuja interação definiu os modos de organização espacial.

Com as indústrias que se instalaram na segunda metade do século XX, foram cada vez menores as respostas à necessidade de geração de empregos e esse fenômeno foi acompanhado de maneira consecutiva na agricultura, que também testemunhou um declínio de seus efetivos. Tal modernização foi responsável pelo conflito que as cidades brasileiras vêm vivendo pela demanda por moradia e consequentemente por sua escassez.

É de conhecimento inegável que o Brasil viveu na segunda metade do Século XX um acelerado crescimento econômico, com acirramento das desigualdades sociais. De um lado, o Produto Interno Bruto aumentou em ritmo de 8,5% ao ano, e esse aumento efetivou-

---

[84] SANTOS, Milton. *Desenvolvimento Econômico e Urbanização em Países Subdesenvolvidos: Os Dois Sistemas de Fluxo da Economia Urbana e suas Implicações Espaciais*. In Boletim Paulista de Geografia, nº 53, p.37

[85] Idem.

se pelo aumento da participação do setor secundário, que na década de 1960 representava 25% da renda gerada no país, passando para 37% na última década do século. Mas, por outro lado, são conhecidas as conseqüências do "modelo" econômico que tem ampliado as disparidades sociais. Neste aspecto, basta mencionar a grande concentração de renda em torno dos mais ricos[86].

A urbanização brasileira foi um dos movimentos socioterritoriais mais dinâmicos e intensos de que se tem notícia. A população brasileira passou de predominantemente rural para majoritariamente urbana, em um movimento impulsionado pela migração de um vasto contingente de pobres, sob um modelo de desenvolvimento urbano que basicamente privou as faixas de menor renda da população de condições básicas de urbanidade ou de inserção efetiva à cidade.

Hoje, em nosso país, mais de 80% da população vive na cidade, em um modelo de urbanização que concentra 60% desta em 224 municípios com mais de 100 mil habitantes, dos quais 94 pertencem a aglomerados urbanos e regiões metropolitanas com mais de milhão de habitantes.

O Brasil conta com 5.564 municipalidades e são raras as cidades que não têm uma parte significativa de sua população vivendo em assentamentos precários [87]. De acordo com o Censo Demográfico, estão nesta condição aproximadamente 40,5% do total de domicílios urbanos brasileiros, ou 16 milhões de famílias, das quais 12 milhões são de baixa renda, ou seja, com renda familiar mensal abaixo de cinco salários mínimos. Assim, o universo dos assentamentos precários é marcadamente também o território da pobreza nas cidades.

A irregularidade é uma das marcas das cidades brasileiras, para além das metrópoles. Embora não exista apreciação segura do número total de famílias e domicílios instalados em favelas, loteamentos e conjuntos habitacionais irregulares, loteamentos clandestinos e outras formas de assentamentos marcados por alguma forma de irregularidade administrativa, é possível afirmar que o fenômeno está presente na maior parte das cidades brasileiras. A pesquisa Perfil Municipal (MUNIC-IBGE 2000) revela a

[86] KOWARICK, Lúcio. *O Preço do Progresso: Crescimento Econômico, Pauperização e Espoliação Urbana / Cidade, povo e poder*, Rio de Janeiro : Paz e Terra, Coleção CEDEC / Paz e Terra; v. 5 s/d.p.30.
[87] Definição usual **assentamento precário** a partir da ONU: assentamento contíguo, caracterizado por condições inadequadas de habitação e/ ou serviços básicos; freqüentemente não reconhecido / considerado pelo poder público como parte integral da cidade.

presença de assentamentos irregulares em quase 100% das cidades com mais de 500 mil habitantes e em 80% das cidades entre 100 mil e 500mil. Até nos municípios com menos de 20 mil habitantes, os assentamentos informais aparecem em mais de 30% dos casos. Estimativas realizadas pelo Ministério das Cidades indicam que mais de 12 milhões de domicílios encontram-se nesta condição.

A presença deste vasto contingente em assentamentos é uma das mais poderosas engrenagens da máquina de exclusão territorial que bloqueia o acesso dos mais pobres às oportunidades econômicas e de desenvolvimento humano que as cidades oferecem. Essa situação de exclusão é muito mais do que a expressão da desigualdade de renda e das desigualdades sociais: ela é agente de reprodução dessa desigualdade. Em uma cidade dividida entre as porções legais, ricas e com infra-estrutura e a ilegal, pobre e precária, a população que está em situação desfavorável acaba tendo pouco acesso à oportunidade de trabalho, cultura ou lazer.

No presente trabalho, como já apontamos nos capítulos anteriores, centraremos a análise sobre as conseqüências desse processo de concentração de renda na condição de vida das classes trabalhadoras, no que diz respeito particularmente ao acesso à habitação. Neste aspecto, devemos lembrar que, ao analisarmos os "problemas urbanos", não podemos desassociá-los do processo de acumulação e do papel do Estado na participação diferenciada da sociedade, dos benefícios gerados pela mesma, tanto no que diz respeito às relações de trabalho quanto aos serviços públicos, que nos grandes centros tornaram-se escassos à população de baixa renda.

SANTOS, ao pensar o espaço do homem, chama a atenção que, para as condições atuais do crescimento econômico foi necessário criar uma forma particular de organizar o espaço, indispensável à reprodução das relações econômicas, fortalecendo o crescimento capitalista e perpetuando nas periferias o espaço do não cidadão[88].

Chama ainda a atenção para os direitos que deveriam ser garantidos aos homens após o nascimento, mas são negados. Partiremos da seguinte pergunta elaborada por ele: "Quantos habitantes, no Brasil, são cidadãos? Quantos sequer sabem que não são"?

[88] SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: UNESP, 2004. p.73

Nesse questionamento encontraremos motivos para educar nosso olhar, para que possamos encontrar respostas nas diferentes leituras de mundo que expliquem a negação do "outro". O outro, nesse cenário de contradições sociais, é aquele que nem sabe que não é cidadão. Para este, seria fundamental que os instrumentos legislativos tivessem rigidez com relação aos interesses econômicos por um lado e, por outro, a garantia dos direitos neles escritos. Como os direitos escritos na Carta dos Direitos Humanos, que chegou aos 60 anos em dezembro de 2008, no seu *Artigo XXV diz: Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e à sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e serviços sociais indispensáveis ao ser cidadão*[89].

Outros instrumentos como a Constituição Federal de 1988, Constituição do Estado de São Paulo e Lei Orgânica do Município de Cotia. Na Constituição Federal, o Capítulo II, denominado "Da Política Urbana", o art. 182; Título VIII, "Da Ordem Social", artigos 193, 194 e 195. Na Seção II, "Da Saúde", artigos 196, 197, 198, 199 e 200. No Capítulo VI, "Do Meio Ambiente", art. 225, deveriam ser obedecidos, pois o não cumprimento é a causa central das contradições socioambientais que pesquisamos.

3.2 – Direito à Moradia.

Como parte dos direitos fundamentais, o direito à moradia se mostra ausente para grande parte da população que moram em condições precárias. Santos indica uma dificuldade no trato desta questão, ou seja, o direito social à moradia ser confundido com o direito à propriedade emerso em um discurso ideológico.

> *" O direito à moradia? Confundido em boa parte da literatura especializada com o direito a ser proprietário de uma casa, é objeto de um discurso ideológico cheio, às vezes, de boas intenções, e mais frequentemente destinado a confundir os espíritos, afastando cada vez para mais longe uma proposta correta que remedeie a questão*[90].

[89] Folha de São Paulo. 10/12/2008, p. A 12.
[90] SANTOS. Op. Cit. 2007, p. 35.

Na Constituição Federal, o Capítulo II, **Da Política Urbana**, artigo 182, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes. O primeiro parágrafo fala do Plano Diretor e lhe é atribuído o status de instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. O segundo afirma que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressa no Plano Diretor. No quarto parágrafo a lei deixa facultativo ao município, mediante lei específica, exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: I - parcelamento ou edificação compulsória; II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; e no 2º inciso, a desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal. O artigo 183 garante ao que possui como área urbana de até duzentos e cinqüenta metros quadrados, por cinco anos, interruptos e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. No parágrafo 3º, os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião. “Do Meio Ambiente”, artigo 225 – “*Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”*.

Na Lei Orgânica de Cotia, o Capítulo II, “Da Política Urbana”, artigo 158, inciso I, garante o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem estar de seus habitantes; no inciso III, a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente urbano e cultural e no VI, a observância das normas urbanísticas de segurança, higiene e qualidade de vida. O artigo 160 incumbe o Município, concorrentemente com o Estado, promover programas de construção de moradias populares, de melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico. Neste trabalho, em que o foco principal é a habitação popular, para escrever este capitulo recorremos aos direitos expostos nestes dois últimos parágrafos.

Teoricamente a propriedade deveria ser subordinada “ao interesse social e coletivo” (Constituição de 1934), ou ao “bem-estar social” (Constituição de 1946), ou à “função social” (Constituição de 1969), ou a “cidadã” (Constituição de 1988).

Segundo Rodrigues estes documentos,

> “*São, na verdade, abordagens genéricas da garantia do direito de propriedade. No atual momento histórico, com a vigência de um Congresso Constituinte, a questão da função social tem sido colocada pelos movimentos reivindicativos e seus representantes, de forma abrangente e relacionada à questão do uso do solo, enquanto os proprietários e seus representantes explicitam a defesa da propriedade, de quem já tem*” [91].

Portanto o país e as multinacionais dispõem de um aparato jurídico sofisticado que assegura ao cidadão o direito à moradia e a boas condições de vida. O fato é que tal aparato legal funciona apenas como norma, e não aplicada. Segundo Rodrigues, a terra não utilizada não assume suas funções sociais, assim, o espaço vazio presente em Cotia, adquire um caráter especulativo. Ela diz ainda que existem alguns partidos políticos, movimentos dos sem casa, dos sem terra e mesmo outros segmentos que defendem o uso da lei, para a qual as terras improdutivas e sem uso, justifica-se a desapropriação. Havendo essas reivindicações, surge uma luz no fim do túnel, mas, em Cotia, a situação é preocupante, pois não existe um movimento popular por moradia que pressione o Poder Público.

Existem diferentes formas possíveis de entrar na história, na vida cotidiana, para compreender gêneses de contradições sociais que persistem na sociedade contemporânea, como, por exemplo, sua fragilidade, a superficialidade de conceitos tão usados como liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, cidadania, ética, direitos humanos, etc. Compreender também o lugar e o papel dos diferentes sujeitos, instituições, direitos e ausência de direitos que se entrelaçam na cotidianidade.

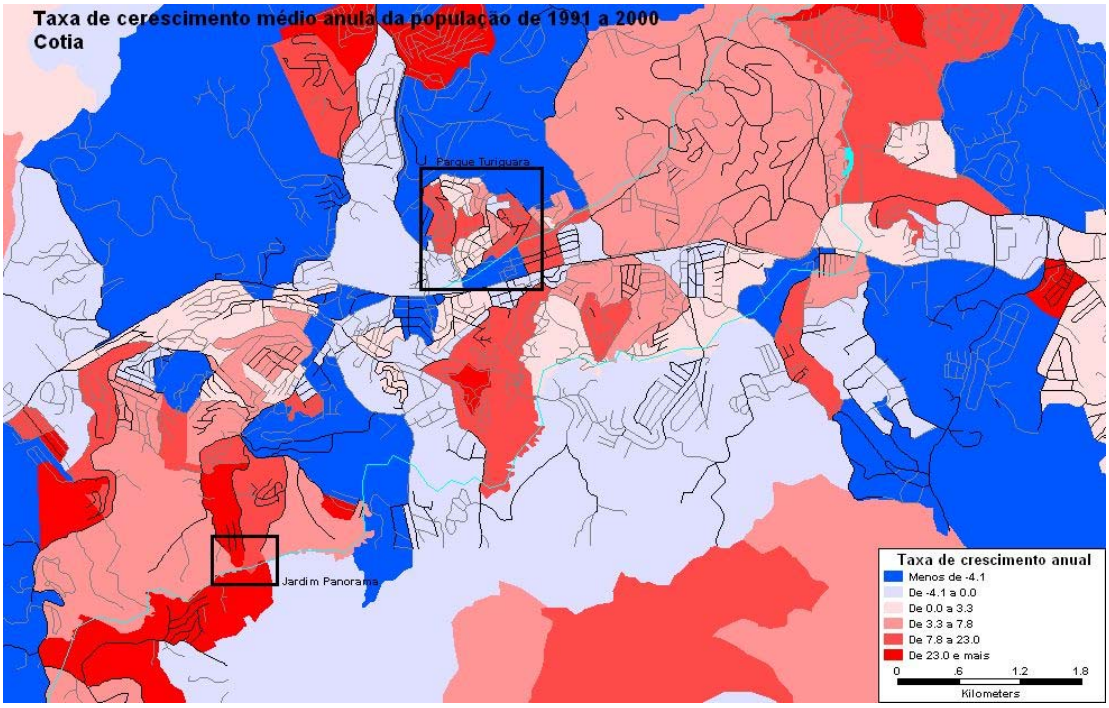
A população que vive nas duas áreas de pesquisa, o Jd. Panorama e o Pq. Turiguara compõe-se, na sua maioria, de uma parcela da imensa população de migrantes que se movimenta dentro do país, a quem sempre foi dificultado, e mesmo impedido, o acesso à terra. Desta maneira, esse novo personagem vai chegando e de improviso constrói seu lugar

[91] RODRIGUES. Op. Cit. 1988, p.

de moradia, normalmente desprovido de infra-estrutura que possibilite viver com um mínimo de dignidade.

Como exemplo, a figura 8 mostra a taxa de crescimento anual de Cotia, de 1991 a 2000. Nela estão destacadas as duas áreas dessa pesquisa. Ao norte, parte superior do mapa, em um quadrado maior, está o Pq. Turiguara, cuja taxa de crescimento anual apresenta médias de 3,3%^{aa} a 7,8%^{aa} e de 7,8%^{aa} a 23% ^{aa}. Na segunda área, na zona sul do mapa, na parte inferior, representada pelo quadrado menor, está o Jd. Panorama, com taxas maiores de crescimento anual, em torno de 7,8%^{aa} a 23%^{aa} e de 23%^{aa} a mais. Nessa área, tais taxas de valores extremamente altas, se explicam por nelas estarem a população de menor poder aquisitivo e por serem essas terras as disponíveis para o seu assentamento a baixo custo.

Figura 7 - Mapa Crescimento Médio Anual da População de Cotia de 1991 a 2000.



Fonte - SEADE, Censo Demográfico IBGE, 1991; 2000.

No decorrer desse capítulo relataremos algumas falas de moradores que contribuíram nessa tarefa de escrever um pedaço da história desse lugar, conhecendo as

angústias desse povo esquecido “à margem do rio”. Podemos fazer uma metáfora, pois essas margens podem ser as de todos os rios do planeta, que oferecem vida duradoura aos seus amigos e hóspedes, ou então à margem do rio da História. Na verdade poderíamos estar falando do rio da História, desses habitantes das margens dos rios que vivem à margem do sistema econômico, ou seja, que economicamente não participam do sistema, não trabalham com nenhuma forma de contrato trabalhista. Estes também “não moram”, porque as áreas ocupada nesse Município são todas do Poder Público e protegidas por lei, como de preservação ambiental. Para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano essas áreas não podem ser loteadas, logo a lei não está sendo seguida pelo Poder Público Municipal. Assim, estes brasileiros excluídos da sociedade formal não fazem parte da história dos direitos humanos.

Excluídos do marco regulatório e dos sistemas financeiros formais, os assentamentos irregulares se multiplicam em terrenos frágeis, como encostas íngremes e áreas inundáveis. Ausentes dos mapas e cadastros de prefeituras e concessionárias de serviços públicos, inexistentes nos registros de propriedade nos cartórios. Modelo dominante de territorialização dos pobres nas cidades brasileiras. Podemos visualizar este cenário nas exposições de fotos que iremos fazer ao longo desse capítulo.

Antes, mostraremos uma imagem de satélite (imagem 4) da área ocupada em 2002. No lado esquerdo vemos a Estrada do Pe. Inácio. Na curva mais acentuada desta, no sentido direito, inicia-se um caminho que leva à antiga Estrada da Olaria, em direção aos lagos que foram parcialmente aterrados como mostramos em fotos de 2002. O lado superior direito da imagem é o lado onde está a ponte do Panorama, e os lagos estão à direita da ocupação e também à margem direita do Rio Cotia. Esse bairro maior que aparece no centro da imagem é o Jd. Panorama. À sua esquerda, na coloração verde claro, é onde foi construído em 2006 o Conjunto Habitacional da CDHU. No lado de cima da imagem, onde predomina uma vegetação arbórea, na outra imagem ela não existe, e veremos que já foi ocupada. Do lago maior para a esquerda, até chegar no bairro à esquerda, toda essa área é de inundação, como veremos na foto 18 na página 96.

Imagem 4 - Vista do Panorama e Ocupação, visão obliqua do Norte para o Sul, 2002.

Fonte – Google Earth, acessado em 27/07/02.

Imagem 5 - Vista do Panorama e Ocupação, visão obliqua do Sul para o Norte, 2008.

Fonte – Google Earth, acessado em 23/02/08.

Nesta imagem, vista no sentido oposto da anterior, podemos ver as lagoas que, em oito anos aproximadamente, reduziram em 50% seus tamanhos. No lado esquerdo inferior localiza-se a ponte do Jd Panorama. Dela até a outra ponte da Estrada do Pe. Inácio, localizada no centro e à direita da imagem onde a estrada faz uma curva, está a área mais crítica. Nesse lado onde aparece o Conjunto Habitacional da CDHU, a ocupação está num ritmo acelerado como veremos adiante.

Na foto seguinte, do alto, observa-se o conjunto habitacional da CDHU e as áreas de ocupação ao longo do Rio Cotia, nas proximidades da ponte da Estrada do Pe. Inácio (à direita, atrás da palmeira). Os prédios desse conjunto, no mesmo ano em que foram entregues aos moradores, já apresentavam rachaduras, como veremos na foto 30, devido a questões estruturais vinculadas às condições de declividade do terreno onde foram edificados. Outro problema ocorreu em 2008, já que as galerias pluviais não comportaram o volume de água e acabaram rompendo o muro de contenção, necessitando a construção de uma contenção por “gabião” (muro de pedra estelada), e não havendo acesso pelo conjunto, foi necessário sua construção pelo rio. No processo foi ainda necessário aterrar o brejo para

chegar com as máquinas, e cortar árvores. Após essa intervenção na construção, toda aquela área que foi aterrada está hoje totalmente ocupada como veremos nas fotos de 31 à 34 na pagina 104.

Foto 18 - Vista da ocupação, próximo da ponte Pe Inácio e do CDHU.

Fonte – Arquivo digital da S.O.S Mata Atlântica, ano de 2004.

3.2.1 – Bairro São Miguel e Jardim Panorama

Iniciaremos com o relato de um dos primeiros moradores do Bairro São Miguel, continuidade do Jd. Panorama (o que separa esses dois bairros é o rio). Segundo o Sr. Amaro José Ribeiro Viana, 62, morador na área desde 1984, quando comprou o terreno com alvará de aprovação pela Prefeitura do Município de Cotia, sob o nº 005/79, no dia 08/03/1984, sua propriedade está à margem direita do Rio Cotia e para atravessar o mesmo, no lugar em que existe hoje uma ponte, havia uma pinguela (dois coqueiros atravessando o rio com tábuas pregadas com uma largura aproximada de um metro).

> *"Quando cheguei ali havia umas quarenta casas onde é hoje o Jd. São Miguel e o Bairro da Graça junto, desse lado direito do rio. Não havia luz nem água encanada, eu liderei um abaixo assinado para obtenção de energia. Cheguei a participar no inicio de uma Sociedade de Amigos de Bairro que estava começando, mas logo me afastei porque começou a haver interesse político. Quanto às casinhas que se estendem ao longo do rio, foi "silenciosa", devagar e já dura uns dez anos"*[92].

Este caso do Sr. Amaro é atípico em relação aos mais novos moradores, pois ele veio do bairro Butantã, na cidade de São Paulo, onde mantém sua propriedade até hoje, residida por um de seus filhos, enquanto que muitos dos outros que vieram morar aqui e ocuparam as margens do rio não tiveram a mesma sorte: estes foram expulsos de algum bairro de São Paulo, como comprovamos em nossa pesquisa de campo.

Nas fotos de 19 a 26, veremos a ocupação das margens do Rio Cotia no Jd. Panorama, área 2 dessa pesquisa. São exemplos de como muitas pessoas vivem no limite, tanto do ponto de vista da condição de moradia, seja pelo risco a que as famílias estão sujeitas pela existência de vetores de doenças, ou pelo risco de enchentes, seja do ponto de vista ambiental como a destruição da mata ciliar, pelo risco da erosão das margens do rio e pelo risco de sua poluição. Na medida do possível procuramos organizar as fotos uma ao lado da outra, de modo a mostrar à esquerda como era o lugar, e à direita as alterações no espaço construído, realizadas por esses novos personagens.

Anteciparemos a exposição das fotos com relatos de moradores que vêm escrevendo a história desse "novo bairro". No imaginário de muitos desses moradores, mesmo sendo parte integrante do Panorama, eles se colocam como que morassem em outro bairro. Por exemplo: "já morei no Panorama", ou "lá no Panorama", referindo-se ao seu próprio bairro. Isto mostra que não existe o sentimento de pertencimento ao lugar. Um exemplo é o do Sr. Severino (30 anos) e esposa (35 anos). Ao perguntar-lhe onde morava, ele respondeu: "antes eu morava no Panorama". Outro exemplo é o do Sr. Miguel (40 anos) e esposa (38 anos), que têm quatro filhos. Mora há nove anos no local, e quando perguntei onde morava antes, ele me respondeu, "no Panorama". Houve outros que também acham que não pertencem ao Bairro São Miguel.

[92] AMARO, José Ribeiro Viana. Entrevista em fevereiro de 2007.

Pretendemos, com esses relatos de moradores, trazer um pouco do vivido por esses que improvisam suas moradias, de como vivem os conflitos para garantir um pouco de dignidade no limite de suas possibilidades. Assim, falaremos de segregação socioespacial, com outro olhar, mais solidário. Outra moradora que falou de sua experiência foi a Sra. Eliza (40 anos), com três filhos[93]. Trabalha "de diarista" e mora há quatro anos no local. Comprou o terreno de um senhor que forneceu recibo de venda. A luz é "gato" (ligação irregular). Ela disse que um antigo vereador que mora no bairro ajudou no asfalto e na creche. Diz a moradora: "Antes de morar aqui eu morei no Capão Redondo. Aqui muita gente joga lixo no rio, tem época de rato, outra de barata, mas pernilongo tem o ano todo".

Outra moradora é a Sra. Maria (54 anos), que tem quatro filhos. Está no bairro há cinco anos, e ao construir sua casa, adoeceu. Diz a moradora:

> "*na época em que construí minha casa, a água do brejo vinha até o joelho. Foram aterrando, quando não tinha terra, pagavam vinte reais por caminhão. Um dia veio o pessoal da CDHU dizendo para eles desocuparem porque o terreno pertencia ao conjunto habitacional, e que os que ainda não moravam, nem era pra mudar*"[94].

Segundo informou, essa casa ao lado ainda não era coberta, o dono havia comprado a laje, com medo de perder a casa ele trocou a laje por telhas, e num fim de semana cobriu e mudou. Veio um fiscal da prefeitura que nos ajudou, e disse que "*se os funcionários da CDHU voltarem, me liguem*". E assim aconteceu, quando voltaram, a Sra. Maria ligou para o funcionário que veio ao local. Ele perguntou para os funcionários da CDHU se eles tinham a planta do empreendimento, respondendo que não. Então o fiscal disse: "*do córrego para cá pertence à Marinha e ninguém pode tirá-los daí*" . Na mesma ocasião o vereador Kalunga disse a eles para ligar para um canal de televisão e denunciar.

A Sra. Maria veio do Pq. Alexandre, onde morou quatorze anos pagando aluguel. Sua origem é Alagoas.

Outro relato é o do Sr. Felismino (30 anos) e esposa (28 anos), que têm duas filhas. Comprou o terreno por mil e quinhentos reais. Foi aterrando com caminhão do "bota fora"

[93] Entrevistada em março de 2008.
[94] Idem.

(retirada de entulho)[95]. Esse caso foi o contrário do anterior, pois nesse a prefeitura é que queria impedir a construção, dizendo que o terreno pertencia à CDHU. Nessa ocasião o Tagarela, vereador influente na política local os ajudou, permitindo sua permanência.

Agora mostraremos nas fotos o resultado do trabalho desses homens e mulheres que tiveram o compromisso de escrever um trecho de suas histórias de vida com trabalho, tijolo e pedra.

Fotos 19 e 20 - Jd. Panorama, ocupação nas margens do Rio Cotia em 2004.

Fonte – Do arquivo fotográfico do Sr. José Francisco.

A foto a seguir foi tirada em 1998 pelo Sr. José Francisco de Melo e mostra uma rua em que aparece uma criança andado em sentido ao final da mesma, onde se localizava a *pinguela* descrita pelo Sr. Amaro. Nessa data, segundo o Sr José Francisco, ela já era uma ponte de madeira, e a rua sem pavimentação. A outra foto à direita foi tirada pelo autor em janeiro de 2008. A ponte já é de concreto e é possível observar o grande densamento populacional. Assim, em nove anos é possível observar a grande transformação sofrida pela região.

[95] Entrevistado em maio de 2008.

Fotos 21 e 22 - Ponte Panorama /Jd das Graças, sobre o Rio Cotia,1998 e 2008.

Fonte - Arquivo do Sr. José Francisco.

Fonte – Arquivo digital do autor.

Em outras fotos como as seguintes, vemos que em 1998 não havia sido iniciada a ocupação da área ao longo da margem esquerda do Rio Cotia, entre a ponte Panorama vista nas fotos acima, e a da estrada do Pe. Inácio (Ponte das Cabras). A jusante do rio, de aproximadamente 800m, é nesta área juridicamente pertencente à União, mas está aos cuidados do município o cenário das maiores agressões, tanto do ambiente quanto do homem. Hoje essa área é ocupada pelo Jd. Panorama.

Foto 23 - Antigo lago no Rio Cotia, 1998.

Foto 24 - Antigo lago em 2004.

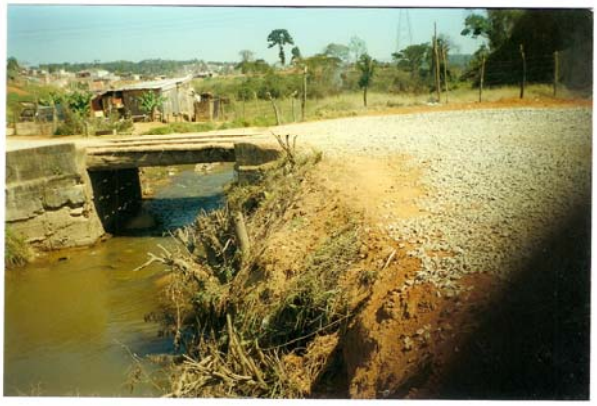
Fonte – Do arquivo fotográfico do Sr. José Francisco.

Observando nas fotos acima, é possível notar na 23, algumas estacas de cerca para a marcação dos lotes, feitas com estacas rudimentares e fio de arame ou mesmo com cordas. Outra informação importante nelas é o lago que existia no ano de 1998, que foi aterrado em 2002. Atualmente resta apenas um estreito canal para o leito do rio. Este foi aterrado aos poucos e cedendo espaço para a edificação de residências.

As fotos seguintes mostram o lugar no sentido inverso àquele mostrado na foto 23. Nelas vemos a ponte do Panorama quando ainda era de madeira e, na foto 26, fotografada de cima da mesma ponte, no sentido inverso, já é possível ver, em 2008 um pequeno barraco que inexistia em 1998.

O barraco visto na foto 26 pertence ao Sr. Elenilson, de 22 anos, proveniente do Embu, onde morava de aluguel. Não podendo pagá-lo, decidiu vir para Cotia, onde pode construir um barraco, livrando-se, assim, do aluguel. Para construir sua moradia vendeu sua antiga Brasília, peça por peça, para comprar o material da construção. Sua esposa de 20 anos teve tuberculose. e na ocasião da entrevista estava no último mês de tratamento. Estavam recebendo uma cesta básica de alimentos por mês e seria o último mês de contribuição. Moram o casal e dois filhos, um de quatro meses e o outro de um ano e nove meses. A família do Sr. Elenilson retrata o drama em que vivem as demais famílias ali assentadas, no limite das condições de sobrevivência.

Fotos 25 e 26 - Ponte Panorama /Jd das Graças, no Rio Cotia, em dois momentos, 1998 e 2008.



Fonte – Arquivo do Sr. José Francisco.

Fonte – Arquivo digital do autor.

Na foto 27, tirada em 2003, de cima da ponte da Estrada do Padre Inácio, a montante do Rio Cotia, podemos ver o outro lado da ocupação, a aproximadamente 800m da foto anterior.

Há três fatos importantes nessa imagem: o primeiro mostra onde era feita a coleta de água do Rio Cotia para análise pelo grupo Água é Vida, vinculado ao projeto Monitor Mãos à Obra pelo Tietê, da S.O.S Mata Atlântica[96]; o segundo é existência de uma vegetação que já não tinha característica de Mata Ciliar, mas ainda não era ocupada; e o terceiro fato é que à direita deste local, a uns cinqüenta metros, é o lugar em que seria construído, dois anos e meio depois, o primeiro conjunto habitacional da CDHU em Cotia, como mostra a foto 28.

Foto 27 – Vista de cima ponte da Estrada do Pe. Inácio, no Rio Cotia, em 2003.

Fonte – Arquivo da SOS Mata Atlântica.

Foto 28 – Mesmo local em 2007.

Fonte – Arquivo digital do autor.

A foto 29, mostra o Rio Cotia a montante da ponte da Estrada do Pe. Inácio, no sentido inverso da foto 27. Oitenta metros acima desse ponto, à esquerda, é possível ver os canos de descargas sanitárias, o que justificava a péssima qualidade da água nesse trecho do alto Rio Cotia.

[96] Grupo formado pelo autor e por alunos da EM Paulo Zingg, em 2003.

Foto 29 – Ponte Pe. Inácio, 2003.

Fonte – Arquivo da S.O.S Mata Atlântica

Foto 30 – Prédio afetado na estrutura, 2008.

Fonte – Arquivo do Autor. Junho de 2008.

Na foto 30 vemos a rachadura na parede do prédio, confirmando a afirmação feita na página 96.

Com a construção do conjunto habitacional da CDHU, em 2007, houve uma explosão na ocupação da região e em seu entorno, essa ocupação foi favorecida em 2008 quando fizeram o muro de contenção (gabião) como dito na página 95.

Nas fotos 31e 32 a seguir, vemos as casas que já ultrapassaram a ponte, na foto 32, vemos a última casa que foi construída pelo Sr Augusto, este aterrou em dezembro de 2008 e construiu em janeiro de 2009. Quando ele começou aterrar, dissemos a ele que não podia construir ali, ele disse que não estava conseguindo pagar o aluguel, e que se a prefeitura fosse lá, não tinha problema.

Foto 31 - Muro de contenção do CDHU, 2008

Fonte – Arquivo digital do Autor.

Foto 32 - Aterro da construção do Muro, 2008.

Fonte – Arquivo digital do Autor.

Foto 33 - Sinais recentes da ocupação, 2009.

Fonte – Arquivo digital do Autor

3.2.2 – Parque Turiguara

Os moradores dessa área, vivem problemas semelhantes aos do Jd. Panorama e de outras semelhantes em outras periferias.. Entre o Jd. Panorama e o Pq. Turiguara, a

diferença maior é que neste não tem enchente. A partir dos relatos seguintes poderemos reconstituir a história da ocupação do Pq. Turiguara.

Começaremos com a entrevista do Sr Vicente:

> *"Moro há 46 anos e minha esposa também. Aqui foi loteado pelo falecido Mairo, ele era dono desse loteamento dali até lá embaixo, era um sítio e ai loteou todinho. Foi há uns cinqüenta anos atrás. Loteou tudo o que tinha ai e fez arruamento, vendeu tudo, só ficaram esses. Aí o Morro do Macaco começou a mudar. Depois de alguns anos mudou o nome para Jardim Coimbra. Começa aqui na Rua Beija-Flor. Daqui pra cá é Estela Mares, o Turiguara é essa parte alta aí, esse morro ai, dessa rua pra lá é Turiguara e vai até a rua Salvador. Fui funcionário do frigorífico, eu cortava boi e levava para exportação. Sempre fui motorista, trabalhei 42 anos de motorista. Estou aposentado há 4 anos, mas não "tô" contente não, porque acostumei trabalhar, às 4 horas da manhã estava de pé".*

Outra entrevista e talvez a mais importante, é com o Sr José. Ele relatou todo o processo de mudança ocorrido na área de pesquisa número 1, desde quando toda essa área ocupada era um lagoa, até 1977:

> *"Era um projeto da prefeitura que era uma praça, "tá" até hoje aí. Aí era uma represa grande e enchia de gente para tomar banho no calor. Aqui onde tem essa rua foi feita em cima do aterro da represa, era normal, tinha um ladrão (canal de vazão de água da represa). Lá do lado de cima, onde é a nascente, tinha uma bomba d'água que mandava água para uma chácara lá em cima no Turiguara. A represa tinha uns cinco metros de fundura, dava peixe, agora não dá mais. Tem uma mina que desce do ARAKAN e cai na curvinha, dali para baixo a prefeitura aterrou tudo em 1977, dizendo que ia fazer uma praça e depois desistiram".*

As fotos seguintes ilustram bem as narrativas desses moradores que nos ajudaram a entender como foram se constituindo as relações entre a sociedade civil e o poder público na obtenção dos direitos sociais por meio de políticas públicas de habitação.

Foto 34 - Nascente do Arakan, 2007.

Fonte – Arquivo digital do Autor

Foto 35- Nascente do Arakan, 2007

Fonte – Arquivo digital do Autor

Foto 36 - Nascente do Arakan, 2009.

Fonte – Arquivo digital do Autor

Foto 37 - Nascente do Arakan, 2009

Fonte – Arquivo digital do Autor

Nossa aproximação aos locais estudados e o envolvimento com os sujeitos envolvidos nos permite afirmar que assim como no Jd. Panorama, na ocupação da nascente do Arakan, no Pq. Turiguara, também houve omissão do Poder Público em relação aos direitos de morar dignamente, ao ambiente saudável e, portanto aos direitos fundamentais.

Em nossa pesquisa, na área 2, no Jd Panorama, entrevistamos um total de 73 famílias. Desse total, 30 moraram em alguns bairros da cidade de São Paulo. Como o objetivo desta pesquisa era confirmar a hipótese levantada no início dos estudos, de que a cidade de São Paulo expulsa seus habitantes de baixa renda, diante desses resultados verificamos que a hipótese é verdadeira.

Sobre a área 1 dessa pesquisa, o Pq Turiguara, também podemos concluir que a hipótese é verdadeira. Nela entrevistamos um total de 40 famílias, e dessas, 13 também moraram em algum bairro da cidade de São Paulo antes de virem morar em Cotia.

3.3 – O direito ao ambiente saudável

Na tentativa de atenuar o processo de degradação ambiental vêm sendo criados instrumentos econômicos e financeiros e inovações que ganharam força após a Constituição de 1988, com base nos princípios da justiça social.

> *"A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: - Soberania nacional; - Propriedade privada; - Função social da propriedade; - Livre concorrência; - Defesa do consumidor; - Redução das desigualdades regionais e sociais; - Busca de pleno emprego; - Tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte"*[97].

Segundo as diretrizes da Agenda 21, "é necessário estabelecer, à luz das condições específicas de cada país, reformas das políticas econômicas que promovam o planejamento sustentável por meios de políticas sociais saudáveis".

A Constituição de 1988 veio consolidar a tendência de uma ampliação progressiva da parcela tributária dos Estados e Municípios através do aumento das transferências de recursos para os fundos estaduais e municipais de participação e do repasse da contribuição social. Além disso, foi conferida aos Estados e Municípios ampla autonomia para legislar e arrecadar tributos próprios. Assim, em Cotia, a Lei Orgânica do Município elenca como competência comum do Município, da União, dos Estados e do Distrito Federal, a proteção ao meio ambiente e o combate à poluição. São exemplos representativos, que criam o

[97] CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988; Artigo 170. Apud.GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE. Meio Ambiente: Instrumentos Econômicos e Financeiros.

Fundo Municipal de Conservação Ambiental, a ser administrado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, cujos recursos serão constituídos da seguinte forma:

"I - multas a que se refere o artigo 221; II - dotação orçamentária própria; III - doações; IV - subvenções".

Na conferência "Sustentabilidade e Gestões Urbanas", promovida no Seminário Internacional "Cidades Sustentáveis", a debatedora Raquel Rolnik afirma não ser possível pensar uma política ambiental urbana no Brasil sem relacioná-la a uma política social, pois a equação urbano-ambiental nas cidades é absolutamente conectada com o tema da exclusão social. Segundo ela a questão ambiental e a questão social se dão, sobretudo, através do funcionamento dos mercados imobiliários urbanos[98], tornando imprescindível entender seu funcionamento, porque deles resultam os espaços vazios e a forma de estruturação das cidades.

Segundo Ribeiro[99], "a Região Metropolitana de São Paulo – RMSP – enfrenta dificuldades quanto ao uso e a gestão dos recursos hídricos, além dos outros problemas citados anteriormente", mesmo com todos os instrumentos legais, como a Lei de 1975, que previa preservar mais da metade da área da RMSP com fins de proteção aos mananciais. Entretanto, não houve fiscalização efetiva dos poderes estaduais e municipais, resultando no desmatamento e na degradação de nascentes. A revisão promovida nesta questão pela Lei de 1997 não alterou a forte demanda pelos espaços urbanos, ao contrário, tornou a situação pior. O sistema Cotia apresenta a pior capacidade de fornecimento de água entre todos da Grande São Paulo.

Segundo Ross, as áreas de mananciais e as planícies fluviais continuam num processo acelerado de ocupação, e as enchentes de verão tendem a aumentar devido às impermeabilizações decorrentes. No Brasil, como em outros países subdesenvolvidos - e até mesmo em países desenvolvidos, em períodos anteriores - os esgotos domésticos não

[98] ROLNIK, Raquel. Cidades Sustentáveis: Memória do Encontro Preparatório. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria do meio Ambiente, p. 20.
[99] RIBEIRO, Wagner Costa. *"Gestão das Águas Metropolitanas"*. CARLOS, Ana Fani Alessandri e OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. (org.) Geografia de São Paulo: a metrópole do século do século XXI. São Paulo: Contexto, 2004, p.176.

são tratados, e em muitos casos vão diretamente para esgotos a céu aberto, nas ruas da periferia pobre, ou para fossas sépticas, ou ainda, para os cursos de água[100].

Como podemos observar na tabela 10, a disponibilidade total de água nos mananciais da Bacia do Alto Tietê, no ano 2000, era de 63,3 m³[101].. Entretanto, a previsão de demanda para 2010 é de 78,56 m /s, ou seja, uma demanda muito superior à oferta. Isso nos remete à reflexão sobre o uso indevido do solo urbano, expresso nas formas desordenadas de assentamento da população de baixa renda, no descontrole sobre os efluentes líquidos das indústrias e da falta de tratamento do esgoto, que pode ser visualizado na tabela abaixo.

Tabela 10 – Tratamento de esgoto. Capacidade das ETE's. Vazão Atual nas ETE's

Estação de Tratamento	Capacidade	Estação de Tratamento	Vazão Atual Tratada (m3/s)
ABC	3,0	ABC	1,5
Barueri	9,5	Barueri	7,4
Pq. N. Mundo	2,5	Pq. N. Mundo	1,3
São Miguel	1,5	São Miguel	0,6
Suzano	1,5	Suzano	0,8
Total	18,0	Total	11,6

Fonte – RIBEIRO, W.C. Gestão das águas metropolitanas, 2004, p. 177

Como podemos constatar, vivemos uma realidade crítica e que tende a se agravar pela não ação das políticas públicas. Como observamos na tabela 11, existe uma capacidade instalada nas Estações de Tratamento de Esgoto de 18,0m/s, entretanto, atualmente elas trabalham com uma vazão de apenas 11,6m/s, o que ocorre por falta de coletores de esgoto,

[100] ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.) *Geografia do Brasil*. Edusp, 1995, p. 220.
[101] RIBEIRO, Op. Cit. 2004, 176-177.

ficando evidenciado o problema principal da escassez de água potável, que se deve aos esgotos lançados nos cursos d'água sem tratamento.

Na tentativa de encontrar soluções para o problema da falta d'água, cuja única alternativa na Bacia do Alto Tietê são os rios, deve-se pensar em alternativas que atenuem o déficit habitacional e inibam a ocupação ilegal do solo urbano, tornando mais eficazes as políticas de habitação, aliadas à implantação de programas de saneamento eficazes; rigor na execução de leis que obrigam as empresas a resolverem seus problemas de uso de água e de destino dos seus resíduos.

A Constituição de 1988 garante a função social da propriedade urbana. É o cumprimento desse princípio, por meio do Plano Diretor dos municípios, que deve propiciar o bem-estar dos cidadãos. Compactua com o principio de que o maior valor do ser humano é a vida, e para viver são necessárias a habitação, o trabalho, a circulação e a recreação. Esse plano deveria ordenar o espaço urbano, delimitando as regras para o zoneamento. No caso, se o plano de ordenamento do solo urbano não for cumprido, ele pode afetar o cumprimento da função social da propriedade. Portanto, para o município que possui um plano de ordenamento do solo urbano, mas não o cumpre, a sanção deve ser endereçada ao prefeito, por crime de responsabilidade por omissão.

Observamos que o processo de expansão da Metrópole Paulistana para o oeste foi intensificado nas últimas três décadas e, a partir de 1988, com as novas diretrizes para o desenvolvimento sustentável, através do Plano Diretor e da Lei Orgânica, que visam o direito da propriedade como função social, o poder público municipal em Cotia não cumpre as determinações propostas.

Tais diretrizes para a realização de desenvolvimento sustentável não são contempladas neste município, em decorrência de negligência do poder público, que exerce uma prática política de caráter populista, verificada em sua história recente e denunciada em depoimentos de moradores do Jardim São Miguel e do Jardim Panorama, divididos pelo Rio Cotia, e seu afluente, o Rio das Pedras, que atende o Parque Turiguara.

Todos estes bairros da porção central da cidade que são atendidos pela média bacia do córrego Rio das Pedras apresentam em suas várias nascentes um contingente populacional que vive em áreas de risco, como na Viela Central, localizada ao lado da

Rodovia Raposo Tavares, km 35, ao lado do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, visto na foto ..., e a da nascente do Arakan no Pq. Turiguara, vista nas fotos. Para o sul da cidade, do centro até a bacia do Rio Cotia, a distância aproximada é de 7 km. Todas as nascentes estão ocupadas, inclusive parte dos mananciais do Rio Cotia estão em condições de risco, em flagrante contradição às diretrizes da sustentabilidade socioambiental.

Em seguida abordaremos algumas situações que colocam o Poder Público Municipal em situação de dar esclarecimentos. O vereador Toninho Kalunga, em seu artigo chama atenção para o esgoto jogado no Rio das Pedras.

> *"... do esgoto do Bairro Granja Carolina, no km 36 da Raposo Tavares, ao lado da casa do Usuário da Via Oeste. Nesta terça feira consegui coletar as assinaturas necessárias para a instalação da CEI do Esgoto da SABESP, que deve ser instalada na próxima sessão. Em Cotia, a SABESP joga o esgoto a céu aberto, nos córregos e no Rio Cotia. E para executar este "serviço" a SABESP cobra uma taxa de 100% do valor gasto com água em cada residência. Por exemplo, se uma família consumiu R$ 40,00 reais com água, pagará R$ 80,00 reais por causa da taxa de esgoto. O contrato de concessão de 1979, previa que a SABESP, em trinta anos, faria a distribuição de água, a coleta do esgoto e o destino final, ou seja, o tratamento do esgoto. Acontece que existem vários bairros em Cotia que a SABESP cobra esta taxa, há mais de dez anos, e o esgoto não é tratado. Neste ano de 2009 completa trinta anos, e agora ela pediu prazo até 2022 para concluir o serviço de saneamento básico"*[102].

Em outra entrevista com o Sr. Edinaldo (Taenga), em 2007, ele narrou o problema que teve com a SABESP:

> *"Na rua Elivelton Martins, do lado de baixo ninguém paga esgoto, porque suas descargas são jogadas no brejo. Do lado de cima da rua onde moro, todos pagam esgoto, inclusive a minha conta de água veio cobrando quando a SABESP colocou a rede de coleta de esgoto. Fui à Companhia reclamar, dizendo que não ia pagar, porque o esgoto da rua dele e da sua própria casa eram jogados no brejo a uns trinta metros de minha casa. Depois disso nunca mais me cobraram a taxa, sou o único que a SABESP não cobra".*

As premissas desta pesquisa, ou seja, mostrar que as políticas sociais para a habitação e meio ambiente no município de Cotia apresentam déficit enorme, apesar de haver um arcabouço jurídico nacional e internacional, amarrado com leis, pareceres,

[102] KALUNGA, Toninho. http://toninhokalunga.blogspot.com/2007/11/de-novo-sabesp,html, 18/11/2008.

convenções, etc. que, em tese deveria garantir às classes sociais condições de vida condizente com os direitos fundamentais. Entretanto, como foi possível mostrar, são inúmeras as contradições entre os valores humanitários que sustentam direitos humanos individuais e coletivos, quando o poder econômico e político forjam outros valores, outras ciências e determinam dinâmicas sociais que engendram, de um lado crescimento econômico concentrado e, de outro, miséria, desastres ecológicos, ausência de direitos e desenvolvimento humano, com liberdade, conforme preconiza Sen[103].

[103] SEN, Amartya. *Desenvolvimento com liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a vida cotidiana é palco das contradições geradas pela política econômica neoliberal e pelos seus gestores que vêm conduzindo a certos retrocessos em matéria de conquistas sociais e políticas, este sistema econômico atribui ao Estado a condição de "estado mínimo", ou seja, deve gastar o mínimo com o social. Mas é bom esclarecer, as palavras não estão colocadas assim, foi um processo planejado de sistematização da economia global pelas instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, todas orientando investimentos e protegendo interesses das economias centrais. Dessa forma, os países em desenvolvimento contraíram empréstimos a juros baixíssimos para investir em infra-estrutura que possibilitasse dinamizar o processo produtivo. Tais melhorias trouxeram as bases necessárias para a instalação das primeiras indústrias de bens duráveis no Brasil, o que representou sua inserção no contexto do capitalismo monopolista, mas a grande surpresa foi o aumento dos juros, que levaram muitos países a se endividarem, como o próprio Brasil. Essas elevações nas taxas representaram uma verdadeira catástrofe: em 1979 a dívida brasileira aumentou em mais de 1,2 bilhões de dólares em juros. Esse modelo de política econômica e social impôs maior dependência externa[104]. Se não fosse o alto juro, provavelmente estaríamos mais saneados e com uma sociedade mais justa.

Depois veio o Estado Mínimo, que não deveria ser agente econômico, logo, ele não deveria ser patrão nem dono de empresas estatais. Estas orientações internacionais resultaram nas privatizações, tirando dos Estados a condição de agente financeiro provedor de riqueza nacional. Agora, as multinacionais passaram a ter um maior controle dessa riqueza, aumentando a subordinação econômica e política do país[105]. Essa política econômica disseminada a partir de 1980 fez o Brasil enfrentar várias crises financeiras, resultando em baixo crescimento anual por duas décadas, e no empobrecimento de um grande número de brasileiros. Chegando ao início do século XXI com população próxima dos cento e oitenta milhões, desses, sessenta milhões vivem abaixo da linha da pobreza, vivendo com menos de um dólar por dia, segundo a Organização das Nações Unidas.

[104] OLIVEIRA, Ariovaldo de Oliveira. p.291a 300.
[105] Idem

Na tentativa de tornar as economias desses países mais estáveis e torná-los um ambiente seguro para investimento de curto prazo, os chamados especulativos, o FMI passou a controlar os gastos dos Estados com problemas de dívida pública. O custo para manter as instituições do Estado passou a ser maior que a produção de riquezas desses países. Então, a política econômica internacional determinou que esses países deveriam controlar seus gastos e reservar uma taxa do Produto Nacional Bruto, conhecida como Déficit Primário, algo em torno de 4 %. Essa reserva é para pagar parte dos juros pelo Estado, que contraiu empréstimos para garantir o déficit em suas receitas. Assim, o Estado fica mais dependente do capital internacional e conseqüentemente com menor poder de investimento, levando-o a exercer uma cota excessiva de poder econômico sobre os indivíduos a título de restaurar a saúde econômica e promover investimentos, sacrificando a sociedade com cargas tributárias altíssimas, obrigando os trabalhadores a disponibilizar em média três meses de trabalho por ano só para pagar os impostos. Assim, teoricamente o Estado deveria promover investimentos em longo prazo para garantir fomento no crescimento do mercado interno, sanar problemas estruturais nos diversos setores da sociedade como moradia, saneamento básico, etc. Ele faz exatamente o oposto, reduz salários e dificulta o crédito para conter o consumo e manter a inflação controlada. Na verdade, esse é um discurso econômico ideológico. Acordar com o FMI a contenção de gastos e equilibrar o déficit público significa manter o Estado dependente dos investimentos internacionais, os conhecidos como “especulativos”, aqueles que não empregam em capital fixo e nem demandam mão-de-obra, mas que exigem garantias econômicas como os juros mais altos do mundo pagos para atraí-los. Aí está oculta a ideologia das economias centrais, impedir que esses países invistam em qualidade de vida, com o objetivo de mantê-los dependentes.

Enquanto países como a Inglaterra e Estados Unidos anunciam pacotes bilionários para gerar crédito interno como o anunciado em março deste ano, e investimento de um trilhão de dólares e juros em torno de 0,25% ao ano[106], o Governo brasileiro anuncia redução de subsídio ao pacote habitacional, que em fevereiro de 2009 era de 10 bilhões e 400 mil casas, em março reduziu para 6,5 bilhões e 200 mil casas, e continua com taxas de juros em torno de 13%, um dos mais altos do mundo. Em 26 de março de 2009 o governo

[106] Jornal Folha de São Paulo, 19/03/09, p. B7.

federal lança outro programa habitacional, que prevê investimentos de 34 bilhões para a construção de 1 milhão de casas[107]. Diante de tal atuação do Estado em relação à política habitacional podemos perceber certa continuidade nessa política, que remonta à criação do Banco Nacional da Habitação e que, na iminência destes programas não serem cumpridos, ganham forte conotações político-partidárias.

Esses custos sociais destinados a proteger o sistema internacional são tirados dos projetos sociais que deveriam estar promovendo um debate sobre os direitos do cidadão, que há tempos vêm sendo negados. Hoje, só no Brasil, o número de não-cidadãos é próximo de quarenta milhões. Podemos relacionar o não-investimento social com o "não cidadão", pois, para Santos, omitir investimento na área social é negar direitos que o tornam cidadão. E o mundo dorme, enquanto a fome mata. Infelizmente existe o consenso entre as sociedades capitalistas de que deve haver competição econômica entre as nações. Por isso, a sociedade contemporânea tornou-se também competitiva e a elite nacional dominante segue no mesmo sentido, enquanto a maioria da população continua pagando por uma dívida que não contraiu.

Como vimos, o Estado continua servindo de instrumento da elite dominante, tal como quando foi criado, protegendo os interesses da burguesia. Sabemos que foram os movimentos sociais que forçaram o Estado a ampliar sua esfera de atuação. Podemos perceber que estamos vivendo um retrocesso quanto aos direitos por meio dos movimentos sociais. Exemplo disso está na entrevista da "Folha", com Juliana Belloque: "Defensoria Pública está sucateada em São Paulo", o Estado quer se livrar da assistência jurídica à população carente ao tentar passar essa sua função à Ordem dos Advogados do Brasil[108]. Esse é mais um exemplo que confirma o abandono da população pelo Estado. Forrester chama essa inoperância do Estado de "uma estranha ditadura". Ela fala de uma espécie de governo invisível, que determina aos governos nacionais atenção especial ao grande capital, em detrimento da sociedade.[109]

É esse contexto de contradições sociais o ambiente fecundo que nos levou a discussões sobre as territorialidades no urbano, resultantes da segregação econômica que caracteriza o modelo de desenvolvimento da fase financeirizada e globalizada do

[107] Jornal Folha de São Paulo, 18/03/09, p. D1.
[108] Folha de São Paulo, 25/10/08, p. C3.

[109] FORRESTER, Viviane. Uma Estranha Ditadura, São Paulo: UNESP, 2001.

capitalismo, presente em todos os lugares, em todos os países[110]. Além dessa dimensão econômica, o isolamento dos pobres se realiza também pela diminuição do compartilhamento dos serviços, dos equipamentos urbanos e dos espaços públicos de emprego, fruto da exclusão do mercado de trabalho e da segregação social. Foram essas territorialidades produzidas pela ausência de política habitacional que permitiram formular as duas hipóteses que sustentam as discussões contidas nesse trabalho. É esse conjunto de fatores apontados como responsáveis por nossa problemática, vivida e estudada em nosso município, sendo também uma realidade de praticamente todos os municípios que integram a Grande São Paulo, que despertou interesse em pesquisar sobre o ônus de fazer parte de uma área de influência econômica tão poderosa, que vem transformando antigos centros urbanos e valores morais em algo também negociável e flexível.

Percebemos a atuação do Estado brasileiro como interventor na urbanização capitalista contemporânea, como agente provedor de uma urbanização capitalista que, ao longo da formação do território brasileiro, priorizou investimentos em infra-estrutura que acelerassem as atividades econômicas de cada época. No estado de São Paulo e na cidade de São Paulo os investimentos favoreceram para que na virada do século XIX para o XX, a cidade de São Paulo vivesse um crescimento populacional altíssimo, e em meados do século XX, ela começa a ser preparada para a nova fase capitalista. Assim, a análise aqui efetuada entende que a configuração do território paulistano, que em sua urbanização voltada para a produção produz processos de exclusão e segregação social, acaba por produzir a exportação de população de baixa renda para sua periferia e para as cidades vizinhas, como é o caso de Cotia. Podemos considerar, diante de tantas contradições sociais, que os espaços urbanos pesquisados revelam que a atuação do Estado como provedor de políticas habitacionais foram aquém das necessidades. Cotia foi praticamente esquecida quanto aos projetos habitacionais promovidos pelo Estado. Em um período aproximado de três décadas houve apenas dois projetos habitacionais, um com iniciativa da prefeitura, com quarenta unidades, e o outro o conjunto habitacional da CDHU. Assim, constatamos que a ação do Estado capitalista brasileiro promoveu a segregação dos excluídos do mercado formal de trabalho, como na hipóteses levantadas por LOJKINE[111],

[110] RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. *"Segregação residencial e segmentação social: o "efeito vizinhança" na reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras"*.In Cadernos Metrópole. São Paulo:EDUC, 1999, p. 47
[111] LOJKINE. Op. Cit. 1981.

que ao estudar o planejamento urbano de Paris, mostrou que o Estado capitalista, ao promover as formas de urbanização, promove também formas diferentes da divisão social (e territorial) do trabalho.

Nesse sentido, podemos considerar que a cidade de São Paulo exporta seus habitantes de baixa renda para os municípios vizinhos e que o Estado não atende a demanda por moradia popular, de baixa renda, comprovando nossa hipótese.

A vida cotidiana oferece um ponto de partida para compreender todo um universo de interesses e conflitos que perpassam as relações, cimentando um escopo de sociedade de determinismos e as opressões passam por racionais, mas na realidade constituem ideologia disfarçada de racionalidade e ciência que se infiltra na cotidianidade. Podemos observar também o lugar em que se formulam os problemas concretos da produção e reprodução sociais que, por exemplo, levam milhares de famílias e trabalhadores que fazem parte da construção do urbano e que também alimentam de alguma forma o mercado financeiro, os chamados consumidores, a morarem em situações de risco, de arranjo. Paralelo a essa situação desperta o lado da compreensão, da interpretação, observar como a realidade é representada por diferentes mediadores, buscando situar o cotidiano no global. Se a "questão social", em toda a sua extensão, é o ponto de estrangulamento do exercício da cidadania e da realização da democracia, por este caminho foi possível, com as pesquisas de campo, mostrar as condições de vida desses citadinos impedidos de serem cidadãos.

O contraponto composto pela modernidade, desenvolvimento e liberdade, que pertencem a um discurso ideológico que ganhou fôlego desde o final do século XIX, em múltiplas situações de imposição da ideologia do "progresso" a culturas não européias, que foram marcados por conflitos resultando em diversos tempos históricos, e o encontro entre o "progresso" e o "arcaico", produziu, subjacente, uma modernidade sem mudanças, que permitiu observar as contradições configuradas na modernização agrícola ocorrida ao longo do século XX que concentrou terra, provocou migrações e submeteu o camponês a viver em submoradias urbanas e à pobreza absoluta. A liberdade foi entendida como melhoria nas condições de vida, garantia de direitos fundamentais e exercício da cidadania. Liberdade e direito de desfrutar dos benefícios do progresso, que deveriam ser distribuídos a todos.

Partimos do cotidiano para conhecer os mecanismos de exploração aos quais estão submetidas as famílias e crianças que vivem em ocupações, das quais elencamos as duas

pesquisadas em Cotia, e que são sujeitos do processo de exploração forjado pela concentração fundiária ocorrida no Brasil, mais acentuada na segunda metade do século XX, e que provocou uma das mais rápidas urbanizações que já conhecemos.

Ao longo desse processo de expansão das cidades, estas fizeram parte do imaginário desses expropriados. O sonho em busca da sobrevivência jogou-os no subemprego e tornou-os vulneráveis a diversas formas de exploração e de trabalho precário, como último recurso para garantir a subsistência.

No plano das lutas, o contexto da crise estrutural do capitalismo fortaleceu a luta pelos direitos humanos, que foram ratificados pelos Pactos dos Direitos Civis, Políticos e Sociais, Econômicos e Culturais de 1965. A partir de então, questões relacionadas a direitos fundamentais, como trabalho, alimentação, moradia, saúde e educação, em confronto com a realidade de pobreza que surgia no campo e nas cidades, passaram a ser entendidos como ausência de direitos, de democracia e de exercício de cidadania.

Devemos admitir que esse trabalho trouxe amadurecimento e um novo olhar para os problemas sociais. Em nossa prática pedagógica costumamos trabalhar com diferentes fontes de informações, e procuramos sempre mostrar a questão do poder econômico, do mercado de trabalho, dos valores que uma sociedade de consumo adota como essenciais, os costumes, entre outros aspectos da realidade. Nesse contexto, sempre abordamos questões como desigualdade social, criminalidade e exclusão social, mas geralmente tratando-os de maneira abstrata, como se falássemos de realidades que só existem no imaginário. Devemos admitir que a pesquisa desenvolvida para a realização de nosso mestrado irá subsidiar nossa prática educacional, contextualizando e compreendendo as diferentes territorialidades e os diferentes momentos históricos registrados na paisagem urbana de Cotia. Este material produzido e que teve como instrumento de realização a pesquisa de campo, torna-o fundamental ao estudar o lugar onde acontecem as relações finas de parentescos, situações necessárias à construção do sentimento de pertencimento, de identidade com a cidade, ou com o bairro ou com a própria rua.

BIBLIOGRAFIA

AB' SABER, Aziz. "*Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo*", In. AZEVEDO, Aroldo de. (dir). *A cidade de São Paulo: Estudos de Geografia urbana*. *Aspectos da Metrópole Paulistana*. Vol I. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956, p.169.

_____ "Vinte e Cinco anos de Geografia em São Paulo. In Boletim Paulista de Geografia, nº 81. São Paulo, Fevereiro de 2004, p. 77.

AZEVEDO, Aroldo de. (dir). *A cidade de São Paulo: Estudos de Geografia urbana*. *Aspectos da Metrópole Paulistana*. 4 Vol. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

BARCELLOS, João. *Cotia: da odisséia brasileira de São Paulo nas referências do povo carijó.* São Paulo: Cotia Cultural, 1993.

BLAJ, Ilana. *Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVII: o processo de sedimentação da elite paulistana*. Dossiês: Ensino de História: Novos Problemas. *Do Império Português ao Império do Brasil*. Revista Brasileira de História, ANPUH/ Humanistas, vol. 18, nº 36, 1998.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34 / Edusp, 2000.

COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. São Paulo: Saraiva, 2002.

COSTA, Emilia Viotti da. *Cotia e Itapecerica da Serra, subúrbios agrícolas.* In. AZEVEDO, Aroldo de. (dir.). *A Cidade de São Paulo: Estudos de Geografia Urbana*. Vol. IV *Os subúrbios paulistanos.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica*. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.

DE JESUS, Carolina Maria. Quarto de despejo: o grito da favela que tocou a consciência do mundo inteiro. 2ª ed. São Paulo: Edibolso, 1976.

DURHAM, Eunice R. *A Caminho da Cidade: A vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1984.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Lutas pela Moradia em São Paulo*. Tese de Livre Docência. FAU-USP, 1987.

HALL, Peter. *Cidade do Amanhã*.São Paulo: Perspectiva, s/d

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992

_____*A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

JACOBI, Pedro. Cidade e Meio Ambiente: percepções e práticas em são Paulo. São Paulo: Annablume, 2000.

KOWARICK, Lúcio. *O Preço do Progresso: Crescimento Econômico, Pauperização e Espoliação Urbana*. Cidade, povo e poder. Rio de Janeiro : Paz e Terra, Coleção CEDEC / Paz e Terra; v. 5 s/d.

KOWARICK, L. e CAMPANÁRIO, M. "São Paulo, metrópole do subdesenvolvimento industrializado", *Novos Estudos CEBRAP*, nº 13. São Paulo, 1985.

LANGENBUCH, Juergen Richard. *A Estruturação da Grande São Paulo: Estudo de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, Departamento de documentação e Divulgação, 1971.

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Moraes Ed., 1991

FORRESTE, Viviane. *O horror econômico*. São Paulo: Ed. da Univ. Estadual. Paulista, 1997.

_____. *Uma estranha ditadura*. São Paulo: UNESP, 2001.

LEMOS, Amália I G. Em. *Cotia e Sua Participação no Conjunto da Faixa Periférica da Metrópole Paulista*. São Paulo. Tese de Mestrado do Departamento de Geografia da F.F.H e Letras da USP, 1972.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MARQUES, Manoel Eufrásio de Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Bibliográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo Seguidos da Cronologia dos Acontecimentos Mais Notáveis Desde a Fundação da Capitania de São Vicente Até o Ano de 1876,* ?????vol.1, p. 210??

MATTOS, Dirceu Lino de. *O parque industrial paulistano*. In AZEVEDO, Aroldo de. (dir.). *A Cidade de São Paulo: Estudos de Geografia Urbana*; *Aspectos da Metrópole Paulistana. O parque industrial paulistano*. Vol. III. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

MENEGAT, Elizete. *A periferia é o limite: notas sobre a crise do modelo ocidental de urbanização*. In. Cadernos Metrópole / Grupo de Pesquisa Pronex. – n. 1 (1999)- São Paulo: EDUC, 1999.

MIRANDA, Silvanir.M de. "*O Vai-Vem Da Sobrevivência: a Pastoral dos Migrantes e as Migrações no Brasil nos anos 1980*". Dissertação de Mestrado. PUC: São Paulo, 1983.

MOISÉS, José Álvaro e MARTINEZ-ALIER, Verena. *A revolta dos Suburbanos ou "Patrão, o Trem Atrasou". In. Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*. 2ª Ed. São Paulo: CEDEC/PAZ E TERRA, 1978.

MONBEIG, Pirre. "Aspectos Geográficos do Crescimento da cidade de São Paulo". In Boletim Paulista de Geografia, nº 81. São Paulo, Fevereiro de 2004,115.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. *"A Inserção do Brasil no Capitalismo Monopolista Mundial"*. In. ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.) *Geografia do Brasil*. Edusp, 1995.

PONTES, José Alfredo Vidigal, Rui Mesquita Filho. In. *São Paulo de Piratininga: de pouso de tropas a metrópole*- 1º ed- São Paulo: Editora Terceiro Nome. 2003.

RIBEIRO, Gilberto Alves; MENDES, Jerônimo; FILHO, Pedro Salanek. *"A questão espacial do desenvolvimento sustentável: características e delimitações"*. In: SILVA, Christian Luiz da (org.). *Desenvolvimento Sustentável: Um modelo analítico integrado e adaptado*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2006.

RIBEIRO, Wagner Costa. *"Gestão das Águas Metropolitanas"*. CARLOS, Ana Fani Alessandri e OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. (org.) Geografia de São Paulo: a metrópole do século do século XXI. São Paulo: Contexto, 2004,

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. "*Segregação residencial e segmentação social: o "efeito vizinhança" na reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras"*.In Cadernos Metrópole. São Paulo:EDUC, 1999.

ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.) *Geografia do Brasil*. Edusp, 1995.

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Moradia nas Cidades Brasileira*. São Paulo: Contexto, 1988.

_____ e SEABRA, Manuel. Habitação e Espaço Social na Cidade de São Paulo. In Boletim Paulista de Geografia, nº 64, São Paulo, Fevereiro de 1987.

ROLNIK, Raquel. *Cidades Sustentáveis: Memória do Encontro Preparatório*. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria do meio Ambiente. (...)

SANTOS, Eliana O. Tietê, o rio de São Paulo. In: AZEVEDO

SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem.* São Paulo: UNESP, 2004.

_____*Espaço e Método – A Evolução Espacial como Cooperação e Conflito em um Campo de Forças*: São Paulo : ed. Nobel, 1985.

_____ *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucutec, 1998.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 2004

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____ *Desenvolvimento Econômico e Urbanização em Países Subdesenvolvidos: Os Dois Sistemas de Fluxo da Economia Urbana e suas Implicações Espaciais.* In Boletim Paulista de Geografia, nº 53. São Paulo, Fevereiro de 1977.

SCHMIT, Benício e FARRET, Ricardo. *A Questão Urbana*.Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

SAVIOLI, Mario Luiz. *A cidade e a estrada: as transformações urbanas do município de Cotia ao longo da Rodovia Raposo Tavares*. São Paulo : EDICON, 2007.

SEN, Amartya. Desenvolvimento com liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Raul de Andrada e. *São Paulo nos tempos coloniais*. In. AZEVEDO, Aroldo de. (dir). *A cidade de São Paulo: Estudos de Geografia urbana*. *Aspectos da Metrópole Paulistana*. Vol. III. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

SOJA, Edward W. *Geografias Pós Modernas:a reafirmação do espaço na teoria critica moderna.* Rio de Janeiro, Zahar, 1993

SOUZA SANTOS, Roberto. Regulação e Modernização do Setor Agrícola e Território. In. Boletim Paulista de Geografia, nº 80, p, 38. São Paulo, dez. 2003.
SOUZA, Gustavo de Oliveira Coelho de.*Do projetado ao vivido, a construção do lugar*: o meio ambiente na produção de conjuntos habitacionais. Departamento de Sociologia da UNICAMP, Campinas, SP: 1997.

ANEXO I – FAMILIAS

Família	Origem	Anti Penúltima moradia	Penúltima	Observação
Chefe de família idade 32 anos, mora com esposa e 3 filhos.	Pernambuco.		Jd. Boa vista – São Paulo.	Motivo: Morava de aluguel e era caro.
Chefe de família – idade 29 anos,mora com a mãe, 2 irmãos e sobrinho.			Jd. Do Engenho, km 25 da Raposo Tavares. Mudou-se em 1999.	Pagava aluguel.
Chefe de família, mulher e 4 filhos.			Interlagos, mudou-se em 1992.	
Chefe de família, mulher e 3 filhos.	MG - Medina	Favela do Morro do Macaco – Cotia.	CDHU – Cotia.	Mudou-se porque não conseguiu pagar as despesas.
Chefe de família, mulher 68 anos e esposo 43 anos.		Osasco Km21.	Caucaia do alto, Bairro Monte Verde.	Violência.
Chefe de família, idade 51 anos, mora com esposa e 3 filhos.			Veio do Rio Pequeno.	Aluguel caro.
Chefe de família, idade 29 anos, mora com 2 filhos.			Veio da Cachoeirinha.	Aluguel caro.
Chefe de família, 45 anos e esposa 41 anos, 6 filhos.		João XXIII Km 17 Raposo Tavares.	Veio do Jd. São Miguel.	Aluguel caro.
Chefe de família, idade 39 anos e esposa 37 anos.			Morava na Vila Diva, Rio Pequeno (Favela).	Aluguel caro.
Chefe de			Recanto Suave	

família, idade 64 anos e esposa 63 anos.			Km 21 da Raposo Tavares (Favela).	
Chefe de família, idade 36 anos e esposa 33 anos, 5 filhos.			Jd. Sandra	
Chefe de família, idade 38 anos e esposa 33 anos, 3 filhos.			Vieram da Barra Funda a 8 anos.	
Chefe de família, idade 22 anos e esposa 20 anos, 2 filhos.			Vieram do Embú, Vila Zilda.	Pagavam aluguel.
Chefe de família, idade 38 anos e esposa 36 anos, 7 filhos.	Capão Redondo.		Vila Nova.	Motivo: Deslizamento que matou 12 crianças.
Chefe de família, idade 59 anos e esposa 50 anos, 6 filhos.	Minas Gerais.		Morro do Macaco. Moravam a 7 anos.	
Chefe de família, Ezequias 30 anos e esposa 23 anos.			Atalaia.	Aluguel caro.
Chefe de família, 36 anos e esposa 33 anos, 4 filhos.			Moravam no Arco-Íris.	Aluguel caro.
Chefe de família, idade 23 anos e esposa 17 anos, 1 filho.			Vieram do Km 21, Recanto Suave (favela).	
Chefe de família, idade		Santo Amaro (favela).	Jd. Rosemary (favelinha).	

32 anos e padrasto 32 anos, 5 filhos.				
Chefe de família, idade 35 anos e esposa 32 anos , 5 filhos.		Brasilândia.	Jd. Santana.	Aluguel caro.
Chefe de família, idade 47 anos e esposa 43 anos, 3 filhos.		Barueri.	Jd. Das Graças. Por 10 anos.	Aluguel caro.
Chefe de família, idade 43 anos e esposa 38 anos, 3 filhos.	Bahia.		Moram a 5 anos.	
Chefe de família, idade 27 anos e esposa 25 anos, 1 filho.		São Vicente.	Km 26 da Raposo Tavares.	Aluguel caro.
Chefe de família, mulher, idade 29 anos, 2 filhos.	Bahia.		Vieram da Cachoeirinha a 6 anos.	

Pq. Turiguara: Famílias.

Família	Origem	Anti penúltima moradia	Penúltima	Observação
Chefe de família,33 anos 5 filhos .		Jardim São Jorge-SP .	Pq. Turiguara.	Aluguel caro.
Chefe de família, mulher 35 anos e 3 filhos.	Paraíba.	São Paulo.	Pq. Turiguara.	Aluguel caro.
Chefe de família, mulher 38 anos 4 filhos.	Pernambuco.		Jd. Coimbra por 9 anos.	Aluguel caro.
Chefe de família,mulher 51 anos 3 filhos.		Sorocaba.	Vargem Grande.	Aluguel caro.

Chefe de família, 46 e esposa 48 e 3 filhos.	RJ, SP.		Morro Grande .	Aluguel caro.
Chefe de família,esposo37 e esposa 36 2 filhos.	Bahia.		Boa Vista- SP.	Aluguel caro.
Chefe de família,esposo 36 e esposa 27 2 filhos.	Bahia.		Jd São Jorge- SP.	Aluguel caro.
Chefe de família, esposo 40 e irmã 45.	Paraíba.	Jd. Arpoador.	Jd Petrópolis.	Aluguel caro.
Chefe de família, esposo 62 e esposa 46	Paraná.	Rio Cotia.	Jd. Coimbra.	
Chefe de família, esposo 72 e esposa 72 um filho.	Minas Gerais.		São Paulo.	
Chefe de família, mulher 25 anos 2 filhas.			Jandira	
Chefe de família, esposo 34 e esposa 29 um filho	Minas Gerais	Rio Cotia.	Roselândia.	
Chefe de família, 33 e esposa 30 um filho.	Bahia, Minas Gerais.		Sto. Amaro.	
Chefe de família, esposo 28 e esposa 25 um filho.			Osasco Km 21.	

ANEXO II - ENTREVISTAS

Entrevistas com moradores do Pq Turiguara
Sr João dos Santos

Eu sempre tive essa preocupação né, ali naquela região nós não tínhamos água encanada, nós pegávamos água justamente ali onde era a mina a nascente, saia ali do ARAKAN e atravessava ali a rua Urupês aonde eram os barracos a gente pegava água, se você analisa naquele barranco você indo do lado esquerdo tem uma escada fica dentro do mato mais da pra ver uma escada, um degrau subia por ali pra pega água, já existia o clube ARAKAN, ali quando nós fomos presidentes na década de 80 só tinha uma casa ali perto do córrego era uma casa que tinha ali ficava a bomba e o caseiro do ARAKAN, na parte de baixo ali perto da escola mais na frente bem perto da travessa do ARAKAN tem uns tubos a casa num tem mais derrubaram.
Aqui em baixo ali era uma casa que ficava a bomba o caseiro morava lá, e cuidava do ARAKAN e morava ali, depois surgiu uma outra casa que ai já na época eu não era presidente era vice, que era a casa da Ana Maria que fica na curva lá em cima que desce do ARAKAN e acaba na principal cruzando no cruzamentinho, o marido dela trabalhou no frigorífico, então o bispo que foi o presidente antes de mim ele deu essa área segundo as informações e deixou ela construí l foi quando eu fui participar tipo 93 eu sempre tinha reunião eu tentei fazer horta comunitária lá em baixo, eu num sei porque eu sempre tive a preocupação com aquele outro lado de não deixar aquilo ali porque eu sempre achei que aquilo ali seria uma área pra se usar pra alguma coisa e eu tinha a preocupação de que se um dia construísse um barraco do outro lado aquilo ia empestear e a gente num ia segura mais, do lado da escola, você vê que passando o córrego num tem nada lá, e essa área onde encheu tudo ali onde você vê até em frente o Bar do Nico, aquela área eu me preocupava mas não me preocupava muito porque sempre que chovia desbarrancava,então a gente conseguiu conter até onde tem uma garagem mais ou menos onde mora a Dalila,até ali a gente conteve.
Vamos supor que a rua do Peru viesse reto passaria por cima da casa dela, era pra ser uma rua aquilo ali, até ali a gente conteve porque dali pra frente desbarrancava quando chovia,

então consegui sempre, eu lembro quando desapropriou lá no Atalaia numa época na época do Mario desapropriou lá uma área invadida eles ficaram tudo apavorados eu tive lá e falei "Não num tem previsão ainda de desapropriação aqui, mas vamos fazer aqui um acordo vocês não deixem entrar ninguém".E conseguimos só que de um tempo pra cá num sei o que aconteceu a coisa perdeu o controle e construíram ali como se fosse um loteamento mesmo né. Mais eu nunca fui a favor por vários motivos, primeiro você num traz nada de bom, porque deixando a pessoa invadir uma área você não ta ajudando a pessoa.

No passado a gente tinha um controle maior, mas a questão de ocupação se tornou também uma questão política, então você tem uma fiscalização que não é atuante porque não tem uma estrutura então por si próprio ela já é mal formada, e existe um interrese político também ou existia, porque todas áreas ocupadas você pode ter certeza que ela teve crescimento maior na época eleitoral, então se ela teve um crescimento maior na época eleitoral é porque há um interrese político, isso aconteceu aqui aconteceu no São Miguel, brigamos muito muito com os lideres comunitários na época o Ferreirinha o Chelinho brigamos muito quando iniciou aquilo lá.

: Pra que a fiscalização fosse mais enérgica pra que não deixassem, pra que quando colocassem derrubassem pra que se criasse um meio de comunicação eu sempre fui a favor de um plantão específico final de semana pra questão de invasão de área com maquinas, caminhão, policiamento e fiscais, começou já vai lá e derruba.

Agora com a nova gestão, com uma vontade política de ser mais enérgico na fiscalização desenvolveu um programa de moradia, a essa necessidade dessa atual administração inclusive ta no plano de governo.

Plano de governo, e há um outro agravante que as vezes a gente desconhece,60% das pessoas que invadiam a área pública não é exatamente quem precisa invadir, se não tivesse invadido tava morando na rua, não, alguns tem casa, alguns vem de outro município e alguns é porque viu o outro fazer e foi fazer também,60% não teria necessidade de ta ali ai você pega 40% que realmente foi falta de opção .

: O CONSABS é, 70% dele tem que ser líder comunitário ou seja presidente ou diretor de uma associação que seja indicada pela sua entidade para participar das eleições,presidente ou diretor atuante, e os outros 30% pode ser convidado advogado, engenheiro pessoas que

de uma certa forma querem estar colaborando, querem desenvolver um projeto em parceria ai a gente monta o conselho.

Eu digo que a questão da moradia não vai se resolver nunca porque não há um interesse publico pra isso, pode se resolver mais vai muitos anos pra frente acredito que a gente não consiga nem ver.

Tem, mas esse dinheiro que tem o BNDES ele tava com num sei se era 37 Bilhões para investimento habitacional e a captação desse recurso não foi possível pela classe popular, nunca foi possível, emprestou pro Chile pra África e mais num sei pra onde e não conseguimos fazer captação. Porque o banco tem um dinheiro dele próprio que é do governo que ele diz que é dele que ele empresta lá 5 % 6% ao mês dinheiro dele,eu to sendo bonzinho ai, porque que ele vai pegar o dinheiro do governo que ele tem de qualquer forma empresta pra nós se ele pode oferecer o dele a 7% ele vai pegar do governo para oferecer a nós por 1%?

E o governo deixa na mão dele, quem faz as leis são eles mesmos, no Brasil não tem ninguém pra defender, você tem lá 500 deputados você tem o cara que gastou 3 Milhões 5 milhões para ser deputado ele vai ta preocupado com quem ta querendo uma casa de 50 mil reais?

E outra coisa, quando eles querem fazer algum programa deixam algum dinheirinho lá, já sabendo da inadimplência que vai acontecer que é natural e não dá a condição do cidadão pagar uma casa, ai vem a demagogia “Tem que ser de graça”, não num tem que ser de graça porque o cidadão que trabalha não quer de graça ele quer pagar algo que seja acessível a vida dele, ele que pagar 50 reais ele num quer pagar 70 ele num quer pagar 49, mas não, ai vem um outro que tem o interesse que ponha 51 para que ele não consiga pagar, então eu vejo essa dificuldade e quando querem fazer projeto de moradia querem fazer mais política do que projeto ai num dá.

: Existem varias, uma das barreiras que nós estamos enfrentado é a questão política, os lideres comunitários que não foram preparados para ser lideres e se tornou líder muitas vezes ele não entende o processo comunitário, ele tenta ser todo dia ser comunitário, mas ele não entende porque que ele ta tentando ser todo dia comunitário, e é um processo de educação de cultura, porque a liderança comunitária na verdade ela sempre serviu pra servir, ela nunca serviu pra ser servida. E eu sempre brinco que eu digo sempre o seguinte,

que a gente se mata um mês dois meses para fazer uma festa junina qualquer festa que seja, tem lá Dona Maria, Sr. José sei lá quem quer que seja que se dispõe que doa que corta bambu que ajuda, no dia que a gente faz a festa a gente vai pedir pra alguém ajudar nessa festa, hoje num tem mais na época tinha muito bingo de frango e vinho, e isso depois de muito tempo que eu vim analisar, a gente fica a noite toda agradecendo essa pessoa que doou esse litro de vinho esse frango que custou 20 reais e esquece de agradecer aquela pessoa que passou meses dias semanas e no fim ajudou muito mais do que isso, e isso a gente não faz na maldade a gente faz no inconsciente e querendo agradar, mas o cara que deu esse frango esse litro de vinho ele num deu com inocência ele deu no objetivo “Eu vou dar que se dane, mas ele vai ter que me agradecer”.Então quer dizer, a liderança comunitária muitas vezes, no inconsciente ela termina cometendo essas gáfias, e um outro é que o próprio político hoje, malandro, que eu num posso dizer que eles estão errados, por eles não conseguirem ser respeitados pela comunidade eles se escondem atrás de um líder, e pega esse líder bonito, gordinho com respeito na comunidade e ele entra na espinha dorsal desse líder, e esse líder começa a ser ele, falar por ele, pedir em nome dele e ele começa a chupar esse líder, e ai chega uma hora que a comunidade começa a excluir esse líder, “A que, você só é mais um!”, porque ele pára de ser visto como um líder o cara que ta do lado da comunidade e passou a ser visto como o cabo eleitoral, isso acontece muito, e as lideranças não conseguem estabelecer seu respeito, isso inocentemente não é porque eles querem, na cabeça deles eles acham que se eles disserem amém é mais fácil de eles conseguirem o que eles querem.

Quando é pra asfaltar, quando tem inauguração, por exemplo, eu subia no palanque pra agradecer o cara que não queria fazer, você vê como o processo cultural ele é complicado, mas porque isso, eu sempre parti da opinião, talvez seja utopia, de que o cidadão, ele poderia não ser obrigado a votar, mas o cidadão que tem o titulo que quer tirar seu titulo, ele deveria ter um processo pelo menos um dia, explicar pra ele o que é o titulo dele igual uma carta de motorista, ele precisa entender pra que serve o titulo, não é simplesmente um documento, entrega um titulo pra um cidadão num país que o Coronel diz que o dinheiro não traz felicidade, que você ser honesto também não é bom, e que o que importa é o dinheiro e o resto não tem problema, e o cidadão comum não ta preparado ele vem de uma televisão, você vê o que passa na Globo na Record no SBT interessa a eles, então que dizer,

até informação existe um grupo, uma empresa que faz todas as reportagens e vende pra esses canais, as informações são as mesmas, você pode liga a televisão de manhã e a noite são as mesmas coisa que estão falando.

Mas com tudo isso nós estamos crescendo eu acho que esse movimento político que nós passamos foi importante, eu acredito que os políticos estão mudando e tem que mudar porque a sociedade está cobrando mais, e a liderança comunitária tem que participar do processo político, como político mesmo, tem que discutir, e parar de achar que o servidor.

Sra Tânia de Jesus Queiroz

Vim de São Paulo, Jd São Jorge, mudei por que o aluguel era caro e mora aqui Cotia a 8 anos. A primeira moradia foi aqui no Pq Turiguara devido o aluguel ser mais barato.
Depois de quatro anos comprou seu terreno, o vendedor foi um dos fundadores.
Primeiramente fiz um barraco, mas, a prefeitura veio e derrubou, ela construiu novamente e já passou a morar para a prefeitura não derrubar.
Minha fonte de renda, atualmente esta desempregada.
Fez concurso público, mas não foi chamada, este concurso foi oferecido pelo estado via delegacia de ensino de Carapicuíba.
O marido é motorista, mas está desempregado, ele faz bico.
Tive o primeiro filho aos 16 anos, cresceu sem pai e sem mãe, foi criado com avó.
Quando criança eu comecei a “catar na feira”, as sobras da feira livre as coisas que ainda estava boa nós comia, as outras alimentavam as galinhas.
Outra fonte de alimento era por meio de doação, os vizinhos davam saco de pão duro.
Pegava nos terrenos baldios serraia, fazia salada, e a taioba era refogada.

Sr Arno

Arno: Bom, os meus pais migraram da Alemanha em 1929, na verdade eles não vieram para ficar aqui, eles vieram para conhecer, e ia para terra Argentina ai o navio quebrou

ficou uns dias atracados em Santos e vieram para São Paulo e conheceram São Paulo. Eles eram jovens formados em agricultura, eram dois irmãos. E foi na época da grande **acepção** na Europa então eles se formaram e não tinham trabalho, os pais tinham uma pequena cervejaria e não dava para todo mundo, então eles resolveram. Falava-se muito de América do Sul, Brasil, Argentina e ai eles resolveram conhecer, mas não vinham já como imigrantes eles tinham um pouco de posses né? Então tinha aquela onda de pessoal que estava imigrando. E ai o navio ficou oito ou dez dias atracado em Santos, então eles não tinham o que fazer e veio ai conhecer São Paulo.

Arno: 29, na verdade é final de 28. Que depois de 29 que eles começaram, foi em 28 que eles vieram. E ai gostou e resolveu ficar aqui.

Arno: Não, meu tio ficou e meu pai voltou e ai em 29 ele veio de novo, mas já veio com as tralhas todas já para ficar. Ai foram nessa viagem eles trouxeram um monte de cimento, planta na bagagem que suportava, porque naquela época uma viagem era 30 e poucos dias, então eles trouxeram predominantemente tudo, batatas, dalha, porque na época lá a Talha era muito popular e meu pai trouxe para plantar aqui, mas começou a plantar no Bairro do Jabaquara em São Paulo, eles arrendaram uma chácara e começaram a plantar é... Então o meu tio foi trabalhar naquela firma Alemã de plantas Dirberger, fazia de tudo, na época era a empresa mais conhecida de paisagismo e meu tio foi trabalhar lá, pra conhecera como funciona era uma empresa Alemã, tudo lá era fácil e para ter uma idéia de como funcionava o mercado, ele trabalhou mais ou menos um ano lá e enquanto isso meu pai tava montando lá. Então eles começaram a vender produtos, né, meu tio saiu da Dirberger e começou a trabalhar lá também, então eles começaram a comercializar, como não sabiam a falar português eles tinham quer vender para a colônia Alemã, então a primeira lista de preços eles fizeram em Alemão e distribuíram na colônia.

Arno: Não, era me Sto Amaro, Brooklin, tinha vários bairros ai que eram colônia, tinha o clube Germânia, que hoje é o clube Pinheiro era clube dos Alemães tinha as escolas Alemãs já tinha ne? Tinha uns dois três clubes alemães então eles distribuíram a folheteria lá e começaram a funcionar ai o terreno começou a ficar pequeno ficar uma chácara pequena, naquela época o Jabaquara era muito rural, no final da linha do bonde Jabaquara.

Arno: Já era Jabaquara, ele ia até o ponto final do metrô, deve ser por lá. Eu sei que meu pai sempre contava que de lá onde eles estavam eles olhavam viam a construção do Aeroporto de Congonhas.

Arno: Isso, e aqui eles fizeram terraplanagem com aquelas caçambinhas puxadas a Burro, umas carrocinhas que coloca lá e fileira de burro ia andando e um burro atrás do outro chegava lá no final e tombava e virava e o burro voltava sozinho e ia puxando a terra e acertando o terreno. Então eles acompanharam isso desde o início quando começaram a fazer a pista do aeroporto, ai em 32,33 começou a ficar muito pequeno, e eles estavam procuram do terreno, mas tava difícil não achava e foi complicado e tinha uma pessoa que comprava deles, não era Alemão era brasileiro ele falou assim “Olha vocês estão procurando terreno? Eu tenho um terreno lá em Cotia, que eu nem sei onde fica, o sujeito tava me devendo e eu não sei o que fazer com esse terreno e se eu não botar alguém lá nesse terreno eu vou perder esse terreno, então se vocês quiserem montar o negócio de vocês lá e ficar por lá e depois se vocês quiserem comprar eu vendo pra vocês e vocês ficam”.E então veio pra cá ver.

Arno: Já era aqui, um pouquinho mais pra frente no 3201, ai acharam uma casa boa, grande e a área era limpa e eles resolveram ficar com o terreno, não ficar... O sujeito falou “Vão ficando ai, vão plantando depois se vocês acharem que dá para comprar vocês me pagam ai, eu quero o dinheiro da minha divida e o resto não quero nem saber” E ai em 1933 mudou pra cá, só que não mudaram de uma vez eles se instalaram em 33 só que levou uns dois anos para mudar, porque imagina Cotia naquela época? E pra trazer tudo de São Paulo para Cotia, naquela época a estrada era péssima aqui era um carreiro de boi e pra vir de São Paulo era ruim também porque se chovia...

Arno: Não, de São Paulo para Cotia ainda tinha estrada, que era a antiga estrada do Paraná, era estrada de terra. Era assim, quando chovia não sabia se voltava para São Paulo era uma viagem porque o sujeito levava quase o dia inteiro para chegar aqui, pois a estrada era ruim e o trecho de Cotia até aqui era pior ainda, aqui se chovia não saia, tinha que esperar passar a chuva secar para sair. Bom, levaram dois anos para levar a mudar, e ai começou a se instalar e depois de uns anos acho que foi 38 anos, compraram o terreno cidadão...

Arno: Aqui, compraram o terreno e ficaram definitivamente aqui ai foram ampliando, com o tempo compraram um pedacinho do vizinho aqui ali e foram aumentando a propriedade...

Arno: Chegou a 60 alqueires, não dava 1200 e tantos metros quadrados acho que era 60 alqueires. Bom ai o problema era comercializar. Eles pensaram em tudo, mas...

Arno: Ai foi um problema. Porque não tinha como, ai tinha a estação de Cotia que era em Itapevi.

Arno: Já tinha, então só tinha aqui em Itapevi chamava estação de Cotia...

Arno: É, e era estação de Cotia por isso que tinha essa estradinha que ligação de Cotia com licitação com a estrada de ferro.

Arno: Só carroça...

Arno: Não, mas tinha que dava pra ir pra Cotia, São Paulo...

Arno: Então tinha um transporte mais seguro do que pela estrada, porque quando chovia não tinha como transitar.

Arno: Isso eu não sei se veio primeiro, acho que a estrada veio no trem porque eu não lembro em que ano q era q montaram aquela usina de Santana do Parnaíba como que ela chama? Tem a barragem lá, então quando foi feito aquela a usina de luz então puxaram a rede de Santana do Parnaíba até Cotia, então chegou iluminação e passava por aqui... Então uns dos grandes benefícios foi a estação do trem e a luz, porque naquela a época aqui no meio do mato...

Arno: Não Santana do Paraíba... Bom, então eles já tinham luz e trem já era uma grande coisa, então o que eles faziam, os clientes que eles tinham em São Paulo e tinha correio porque ele vinha pelo trem, Itapevi tinha correio, então o que acontecia, eles tinham correio, estação de trem e luz, e como eles começaram em São Paulo eles tinham uma caixa postal lá e todo dia ia uma pessoa pegar o trem buscar correspondência na caixa postal em São Paulo trazia pra cá e fazia os pedidos e no dia seguinte colocava na sacola e ia pra São Paulo de novo.

Arno: E ai a coisa começou a ampliar e sempre naquele sentindo da colônia alemã, então começou a vir pedido de outras regiões de onde tinha a colônia alemã, e eles mandavam a mercadoria pela estrada de ferro porque a estrada aceitava encomenda. Então começou atender o interior de São Paulo, várias a regiões com colônias pequenas até chegar em Santa Catarina onde que tinha colônias grandes. Porque quando eu ia para Santa Catarina o pessoal antigamente ia de trem e passava por aqui e fazia baldeação em com que se fala? Eu sei que ia até rio Grande do Sul, então eles começaram a ter pedido até o Rio grande do

Sul onde passava a estrada de ferro eles mandavam mercadoria. Ai as coisas foram melhorando e o correio começou a aceitar encomenda fizeram um agencia de correio, primeiro eles mandavam pelo correio de São Paulo. O Sujeito mandava a encomenda despachava ele ia buscar a caixa postal e já despachava. Depois com o tempo abriu uma agencia aqui em Itapevi e pegamos a primeira caixa postal de Itapevi e ela é nossa até hoje, a primeira caixa postal, e foi ampliando e o grande negócio foi mandar pelo correio e pela transportadora. Então começaram a fazer catálogo das plantas e a coisa foi evoluindo, mas sempre nesse sistema, ai foi aumentando as pessoas também queriam ver fazer aqui e com isso surgiu a idéia de melhorar a estrada porque a estrada de São Paulo/ Paraná era que passava por Cotia e já tava melhorada, não soldada, mas já tava melhorada e ai eles sempre mexeram na estradinha melhorando, arrumando jogando pedregulho.

Arno: Foi mais tarde. Ai veio a Pedreira da prefeitura eles iam muito pela estrada de Barueri aquela estrada velha São Paulo/ Itu, mas aquela estrada era muito ruim e eles preferiam passar por aqui ai a prefeitura começou a melhorar a estrada, a jogar pedra e já não tinha mais o problema de muita lama e aquelas coisas todas, então ai foi melhorando. Quando a estrada começou a melhorar muita gente queira vir aqui ai surgiu a idéia de fazer isso aqui, ai já era nos anos de 52,53 e foi feito o Jardim também para as pessoas terem o mostruário, mas levou anos pra construir foi inaugurado depois de 58. Então um ano antes de terminar esse prédio o Jânio Quadros foi eleito o Governador de São Paulo. Ai o Jânio gostava de flores, tinha uma certa caída pela coisa e ai tinha um amigo do meu pai que era amigo do Jânio e ele sempre ficava assim no ouvido do Jânio para melhorar a estrada... Ah ai veio a Santa Rita, fábrica de cimento de Itapevi. A fabrica começou a levar cimento pela mesma estrada, a estrada de lá não era muito boa e eles preferiam pela outra. E ai a Santa ria também queria melhorar a estrada a prefeitura não queria e o Governo também não e os caminhões atolavam e então juntou a prefeitura de São Paulo, Santa Rita e meu pai e resolveram arrumar a estrada ai meu pai comprou um tratorzinho de esteira e começaram a mexer na estrada e a alargar a estrada. Ai meu pai estava arrumando e a Santa Rita se empolgou e os caminhões não conseguiam subir o Lageado, Sabe onde é a estradinha velha? Subia por ali na estradinha velha, ai quando chovia atolava e só trator para tirar. Ai resolveu abrir uma estrada nova e tinha aquela estrada, você se lembra da fazendo do Mirizola? Então tinha a fazenda que ficava um pouquinho mais pra frente ela fazia na

bifurcação uma entrava na fazenda e a outra subia na estrada. A da fazenda então ela ai pela encosta praticamente onde é hoje, e queriam abrir lá e o Dr Mirizola não topou. Ai ele falou "A, mas se vocês quiserem pegar na subida do Lageado e cortar até lá em cima lá no lato do lageado vocês podem abrir..." A, mas não era o ideal, mas o homem topou.

Arno: Não, é aquela subidona do Lageado, quer dizer a primeira estrada do Lageado entrada ai no bairro do Lageado passava na escola Adventista subia fazendo curva e deu naquela subida da fábrica da Corneta. Bom, resumindo ficou uma rampa forte também, mas melhor que antes, quase pavimentada e ai jogaram pedra e tal, só que a subida era forte e os caminhões velhos não tinham força para subir e nem para engatar a primeira e as vezes voltava. E ai a fabrica de cimento foi aumentando porque ela mandava muito cimento pelo trem porque a fábrica era do lado do trem. Ai o caminhão já distribuía direto São Paulo começou a crescer então tinha muito caminhão, ai a Santa Rita começou a insistir para o Dr Mirizola e ai ele falou "então Abre" e abriram onde é hoje. Ai aquele ficou sendo o traçado atual. O meu pai tinha um grande contado com aquele secretário da agricultura do Jânio, Pacheco Chaves, e ai ele pegou o Jânio e no fim ele topou. Ai em 58 uns dias antes de inaugurar a festa da Rosa eles asfaltaram a estrada, mas era só aquela casquinha e jogava pedriscos em cima, essa foto eu tenho no primeiro dia que a estrada foi asfaltada. E aonde que começo a festa da Rosa que aquele mundaréu de carro que chego aqui ainda que aquela subida do Lageado a nova, então tinha que passa por Cotia onde é bombeiro só que era estreitinha e só passava um carro tinha muita pedra era muito íngrime.

Arno: Tudo, desde a antiga prefeitura porque a prefeitura ficava ali no canto da entrada de Itapevi, a câmara ficava na outra esquina.

Arno: Quer ver me deixa pegar uma caneta ali... Aqui você sobe pra Cotia e Atravessa lá pelo centro e vai embora né?

Arno: Sobe e pegava o presépio da estrada atual.

Arno: É mais aquilo é novo.

Arno: Não, aquilo foi mais tarde.

Arno: Não, sabe quando você sobe pra Cotia pelo centro ai entra a direita depois logo a esquerda quando você entra a direita aquela casa que fica em frente era a Prefeitura e na esquina onde hoje tem comércio era a Câmara. Então de lá começaram a asfaltar até Itapevi.

Sr Waldemar Paioli, nascido em julho de 1929, é jornalista e dono do Jornal Gazeta de Cotia.

Segundo ele, do lado do oeste de São Paulo, no Km 21 da Raposo Tavares até perto de Ibiúna, sempre imaginando uma linha reta, depois ia de lá até Cajamar, e aí voltava para Osasco e depois de volta ao km 21, tudo isso era da Sesmaria a região dos Carijós; na porção leste havia outra Sesmaria, a dos Guainaz que deu origem a cidade de Guainazes.

Uma parte da área que é hoje de Carapicuíba pertencia a Cotia até por volta de 1965, depois, Cotia perdeu parte da Aldeinha, esse lugar onde ela está hoje não é o verdadeiro, o verdadeiro era lá no Caiapiá, local da primeira Capela, mudou em 1703, é uma aproximação, ninguém sabe exato. Mas, há divergências entre a data, outros, consideram 1713. Nessa data a Capela mudou para o caminho São Paulo Paraná, em 1954 muda de nome, passa a ser Senador Feijó. Em meados de 1960, quando o centro se expandia, ai foi aberto aquela rua de traz da Igreja Nsa Sra do Monte Serrat, na ocasião encontraram ossadas humana, lá era um cemitério atraz da Igreja.

A cidade precisa de alguns projetos para melhorar o trânsito, por que o fluxo de veículos no sentido leste / oeste, ocorre teoricamente em uma rua, teoricamente por que, quando o trânsito é servido por outras ruas, a fluidez destas torna-se muito pequena.

Até início da década de 1960, o prefeito Sr Ivo Isaac Pires era fornecedor de lenha, era a atividade mais importante na época, havia algumas indústrias, mas, a via de circulação não estava preparada para o crescimento industrial, na área da comunicação em 1973 havia uma empresa, TASA Telefônica Anhanguera S.A, tinha só doze canais que se comunicava para o exterior. A Munk do Brasil teve que construir outra fábrica no km 20, para resolver seu problema para falar com a matriz. Outras se instalaram nesta década como a Levis, Astra Zeneca, Spirax Sarco, Lucas CAV, etc.

Nesta época acontecia o início da qualificação da mão-de-obra, fundaram a Escola Industrial Sverre Munk, escolas vocacionais. Hoje Cotia deveria ter escolas como aquelas, devemos encaminhar nossos jovens a criar sonhos.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo